UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTOS DE GEOGRAFIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA HUMANA

LUIZ ALVES BRIGIDO MAIA

A Escola Superior de Guerra: o Olhar para o Sul

Versão Corrigida

SÃO PAULO
2018

LUIZ ALVES BRIGIDO MAIA

A Escola Superior de Guerra: o Olhar para o Sul

Tese apresentada ao Programa de
Pós-Graduação em Geografia
Humana do Departamento de
Geografia da Faculdade de Filosofia,
Letras e Ciências Humanas da
Universidade de São Paulo, para a
obtenção do título de Doutor em
Geografia

Área de Concentração: Geografia
Humana

Orientador: Prof. Dr. Mário de Biasi

Versão Corrigida

São Paulo

2018

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

Catálogo na Publicação

Serviço de Biblioteca e Documentação

Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo

M217e Maia, Luiz Alves Brigido
 A Escola Superior de Guerra: o Olhar para o Sul /
 Luiz Alves Brigido Maia ; orientador Mário de Biasi.
 - São Paulo, 2018.
 170 f.

 Tese (Doutorado)- Faculdade de Filosofia, Letras e
 Ciências Humanas da Universidade de São Paulo.
 Departamento de Geografia. Área de concentração:
 Geografia Humana.

 1. Geografia política. 2. Geopolítica. 3.
 Geopolítica brasileira. 4. Escola Superior de Guerra.
 5. Projeção para o sul. I. Biasi, Mário de, orient.
 II. Título.

fflch

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS

ENTREGA DO EXEMPLAR CORRIGIDO DA DISSERTAÇÃO/TESE

Termo de Ciência e Concordância do (a) orientador (a)

Nome do (a) aluno (a): Luiz Alves Brigido Maia

Data da defesa: 23/11/2018

Nome do Prof. (a) orientador (a): Mário de Biasi

Nos termos da legislação vigente, declaro **ESTAR CIENTE** do conteúdo deste **EXEMPLAR CORRIGIDO** elaborado em atenção às sugestões dos membros da comissão Julgadora na sessão de defesa do trabalho, manifestando-me **plenamente favorável** ao seu encaminhamento e publicação no **Portal Digital de Teses da USP**.

São Paulo, 22/02/2019

(Assinatura do (a) orientador (a))

MÁRIO DE BIASI

Nome: MAIA, Luiz Alves Brigido.

Título: A Escola Superior de Guerra (ESG): o Olhar para o Sul

Tese apresentada ao
Programa de Pós-Graduação
em Geografia Humana do
Departamento de Geografia
da Faculdade de Filosofia,
Letras e Ciências Humanas
da Universidade de São
Paulo, para a obtenção do
título de Doutor em Geografia.

Aprovada em:

Banca examinadora

Prof. Dr. _____ Instituição: _____

Julgamento: _____ Assinatura: _____

Prof. Dr. _____ Instituição: _____

Julgamento: _____ Assinatura: _____

Prof. Dr. _____ Instituição: _____

Julgamento: _____ Assinatura: _____

Prof. Dr. _____ Instituição: _____

Julgamento: _____ Assinatura: _____

A meus pais,
Josefa Alves e José Brígido Maia (*in memoriam*)

AGRADECIMENTOS

A meu orientador, professor Dr. Mário de Biasi, por acompanhar minha formação acadêmica, participando primeiro como avaliador na banca do meu trabalho de graduação individual (TGI) e, desde 2014, no desenvolvimento desta tese. Reitero meu profundo respeito e admiração e destaco seus ensinamentos na cartografia, onde a linguagem visual é instrumental para a leitura geográfica e geopolítica do mundo.

Ao professor Dr. André Roberto Martin, pelo auxílio e disposição em colaborar com suas conversas e indicação de leituras. Geógrafo que conquistou o respeito de todos ao pensar o Brasil à luz de sua teoria geopolítica Meridionalista, dando-nos a certeza de que a ciência geográfica ajudará o País a trilhar seu caminho rumo à condição de potência.

Ao professor Dr. Severino Bezerra Cabral Filho, da ESG, pela receptividade e pelos ensinamentos no decorrer de nossas conversas ao apresentar-lhe o tema desta tese.

A Thays Rey, estagiária de biblioteconomia; Silvana e Fátima Figueiredo (*in memoriam*) atendentes na biblioteca da ESG, pela atenção e presteza no auxílio às pesquisas e acesso aos documentos que compõem este trabalho.

A minha esposa Cristina e minha filha Melissa pelo incentivo. Carinho e amor por vocês.

Ao Pedro, meu irmão, que em suas andanças pelas estradas do Brasil conhece a geografia do nosso país.

A Arnaldo Rebello, Felipe Menezes, José Luís Ayancan e Sérgio Martins pelas conversas, convivências e experiências que fortalecem nossa amizade.

RESUMO

MAIA, L.A.B. **A Escola Superior de Guerra: o Olhar para o Sul**. 2018. 167f. Tese (Doutorado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo. 2018.

Esta tese discute a consonância (ou mesmo a antecipação) de estudos geográficos e geopolíticos desenvolvidos na Escola Superior de Guerra (ESG) com algumas propostas da política externa brasileira nos dois períodos de maior autonomia: a Política Externa Independente (1961-1964) e a Política Externa do Pragmatismo Responsável e Ecumênico (1974-1979). O levantamento das áreas geográficas e geopolíticas cobertas nesses dois momentos mostra uma perspectiva voltada para os países do Sul, denominados países do Terceiro Mundo no período da Guerra Fria. No currículo da ESG, foram examinados programas de curso e fichas didáticas. Nestes materiais, as propostas de temas (disciplinas) eram divididas por continentes ou região, respondendo à divisão geopolítica do mundo bipolar (Leste x Oeste). Nos dois períodos da política externa brasileira focalizados nesta tese, a abordagem geográfica e geopolítica dos trabalhos da Escola manifestou-se também na atuação da diplomacia. O Brasil se projetava para o Sul, nos estudos da ESG e em sua efetiva política externa.

Palavras-chave: Geografia política, Geopolítica, Geopolítica brasileira, Escola Superior de Guerra, Projeção para o sul.

ABSTRACT

MAIA, L.A.B. **Superior War College: a Projection Toward the South**. 2018. 167f. Tese (Doutorado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo. 2018.

The aim of this research is to discuss the correspondence (or even the anticipation) of some geographical and geopolitical studies developed at Superior War College (Escola Superior de Guerra – ESG) with the proposals of Brazilian Foreign Policy in the course of two periods of relative autonomy: the Independent Foreign Policy (Política Externa Independente, 1961-1964) and the Ecumenic and Responsible Pragmatism Foreign Policy (Política Externa do Pragmatismo Responsável e Ecumênico, 1974-1979). The identification of some geographical and geopolitical areas covered in these two moments shows an orientation toward Southern countries, also known as Third World Countries at the time of the Cold War. Study Programs and Didactic Files were examined within ESG curriculum; in these items, the suggestions of themes (disciplines) were divided by continents or regions, according to the bipolar world geopolitical division (East x West). In the course of the two periods of Brazilian Foreign Policy focused on this thesis, the geographical and geopolitical approach present on ESG themes was also noticed on diplomatic actions. Brazil projected itself toward the South, in ESG studies and in its actual Foreign Policy.

Key words: Political geography, Geopolitics, Brazilian geopolitics, Superior War College, Projection toward the south.

Lista de Figuras

Figura 1: Teoria do Poder Marítimo – MAHAN (1890)	26
Figura 2: O mundo segundo MACKINDER	29
Figura 3: HAUSHOFER – Pan-regiões	33
Figura 4: SPYKMAN – Rimland.....	36
Figura 5: Teoria de SEVERSKY	38
Figura 6: ESQUEMA 12	52
Figura 7: ESQUEMA 16	53
Figura 8: ESQUEMA 19	55
Figura 9: ESQUEMA 20	57
Figura 10: Brasil – Linhas comerciais marítimas	62
Figura 11: O Estreito do Atlântico.....	63
Figura 12: Atlântico Sul	64
Figura 13: Antártica – Defrontação.....	68
Figura 14: O Brasil no Atlântico.....	70
Figura 15: Países participantes da Conferência de Bandung (1955)	73
Figura 16: Movimento dos Países Não Alinhados – 1961	76
Figura 17: Países do G-77	78
Figura 18: O Brasil e o Meridionalismo	80
Figura 19: Eixos da Política Externa Brasileira.....	84
Figura 20: Áreas de ação da Política Externa Independente	89
Figura 21: Áreas de ação da Política Externa do Pragmatismo Responsável e Ecumênico	95
Figura 22: Projeção para o Sul.....	98
Figura 23: Projeção geopolítica do Brasil na PEI e no PRE	101
Figura 24: Programa de 1974.....	114
Figura 25: Ficha Didática	117
Figura 26: Regiões da PEI	125
Figura 27: O Sul nos temas de estudos da ESG (1974-1979)	131

LISTA DE ABREVIATURAS

C - Conferência

CP – Corpo Permanente

DACT – Divisão Assuntos Científicos e Tecnológicos

DADC – Divisão Assuntos Doutrinários e de Coordenação

DAE – Divisão Assuntos Econômicos

DAICI – Divisão Assunto de Informação e Contrainformação

DAL Mob – Divisão Assuntos de Logística e Mobilização

DAM – Divisão Assuntos Militares

DAP – Divisão Assuntos Políticos

DAPs – Divisão Assuntos Psicossociais

DD - Discussão Dirigida

Db - Debate

DE – Departamento de Estudos

DEx - Divisões Executivas

DExDE – do Departamento de Estudo

DExCSG – Curso Superior de Guerra

DExCEMCFA - Curso de Estado Maior e Comando das Forças Armadas

DivE - Divisões de Estudo P - Palestra

Dm - Demonstração

DSN – Doutrina de Segurança Nacional

Et EN- Estudo de Estado-Maior

EUA – Estados Unidos da América

EX EM- Exercícios de Estado-Maior

Gen. – General

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

LD -Leitura e Discussão

PEI – Política Externa Independente

PRE – Pragmatismo Responsável e Ecumênico

Pres.- Presidente

SN – Segurança Nacional

Sp - Simpósio

TE - Trabalho Especial

TG- Trabalho de Grupo

TP - Trabalho de Planejamento

TT - Trabalho de Turma

URSS – União das Repúblicas Socialistas Soviéticas

Vg E – Viagem de Estudos

Vi E - Visita de Estudos

SUMÁRIO

Introdução.....	15
Capítulo 1 – Geografia Política e Geopolítica	20
Capítulo 2 – A ESG e a Geopolítica Brasileira	41
2.1 A Escola Superior de Guerra – Presente e Passado	41
2.2 A Geopolítica Brasileira e o Olhar para o Sul	47
Capítulo 3 – O Brasil no Sul	71
3.1 O Sul	72
3.2 A Busca pelo Sul na Política Externa Brasileira	82
3.3 Geopolítica e Relações exteriores.....	96
Capítulo 4 – A ESG e a Política Externa Brasileira.....	105
4.1 A Organização dos Cursos na ESG	106
4.2 Temas de Estudos e a Política Externa Autônoma: PEI e PRE	122
Considerações Finais	133
Referências.....	140
Anexos	146

“Não cumpriria a Geopolítica, plenamente, o papel que lhe cabe, se, além de interprete segura da conjuntura mundial e nacional no que esta apresenta de mais fundamental e estável, não fosse também capaz de fecundas e acertadas previsões sobre os dias de amanhã.

Mas os Mahan, os Mackinder e os Spykman serão sempre, na verdade, bem raros... Mais raro ainda é que sejam ouvidos a tempo.”

Gen. Golbery do Couto e Silva

Introdução

O olhar do Brasil para o Sul foi aos poucos sendo construído, a partir de leituras, conversas, palestras, debates geopolíticos, e na sensação de que, para atingirmos um protagonismo no cenário mundial, precisávamos assumir liderança e responsabilidade junto a outros países e nos projetar como potência – e por que não começar como Brasil potência no hemisfério sul? As contribuições dos geopolíticos brasileiros e as perspectivas que esses estudos traziam para o futuro do país, desde o pós-Segunda Guerra Mundial, apontavam para um futuro promissor. Parecíamos destinados a ser um país em condições de superar nossas dificuldades para atingir estágios mais avançados de desenvolvimento, superando vários dos problemas sociais que atuam como obstáculos para alcançarmos mais rapidamente nossos objetivos.

A Escola Superior de Guerra – ESG apareceu como tema de pesquisa por ser a referência ao tratar dos debates geopolíticos desde a década de 1950 e ter um papel fundamental como Escola que se propôs estudar o Brasil. Primeiramente oferecendo o Curso Superior de Guerra (CSG) somente para militares, e logo depois aceitando matrículas também de civis. Tinha como missão “Desenvolver atividades acadêmicas que permitam compreender as realidades nacional e internacional, visando preparar civis e militares para o desempenho de funções de direção e assessoramento de alto nível, no campo da Defesa Nacional, incluindo o que concerne à Segurança e ao Desenvolvimento”. Seus estudiosos, general Golbery do Couto e Silva, general Carlos de Meira Mattos e a professora Therezinha de Castro são expoentes desta escola brasileira de geopolítica – escola no sentido de corrente de pensamento – e muito contribuíram com seus estudos para a projeção de poder do Brasil na sua formação de potência.

Ao escolher a ESG como tema de pesquisa, buscávamos saber o seu papel nas discussões geopolíticas que incentivaram ou permearam o debate nos projetos para desenvolver e transformar o Brasil em potência. Essas discussões, propostas, teses foram postas no debate nacional e orientaram políticas tanto para o planejamento interno quanto para o externo, no caso as relações exteriores e a atuação da nossa diplomacia.

Ao iniciar a pesquisa a partir da temática Cooperação Sul-Sul, buscando levantar a participação do Brasil, vimos que o debate girava em torno de acordos bilaterais, sobretudo do comércio, e que tais acordos eram uma resposta à aproximação do Brasil com países do Terceiro Mundo, com a maioria dos quais até então não tínhamos relações comerciais nem diplomáticas. Assim, a diplomacia brasileira, orientada a partir dos delineamentos da política externa, abriria caminho em direção às nações que estariam no mesmo grupo que nós, países do Terceiro Mundo, nesta tese identificados pelo ponto cardeal Sul. Ao Norte estariam as nações capitalistas desenvolvidas, configurando a oposição Norte x Sul.

Trata-se, nesta tese, de entender a política externa nos seus momentos de maior autonomia e levantar onde atuou a diplomacia orientada pela política externa, em quais países ou regiões do globo. Este levantamento seria um passo importante para demarcar geograficamente a atuação e se esta era indicativa de um olhar para o Sul. Esses momentos de maior autonomia são denominados de Política Externa Independente – PEI (1961-1964), e Política Externa do Pragmatismo Responsável e Ecumênico – PRE (1974-1979). Também se buscava, a partir da PEI, levantar momentos em que o Brasil se aproxima e se identifica com as causas dos países do Terceiro Mundo, efetiva sua visão de pertencimento a essa categoria e se reconhece como Sul. Dois momentos marcantes nessa identificação: em 1961 o Brasil participa como observador do movimento dos Não Alinhados e, em 1964 é membro fundador do Grupo dos 77 (G-77). Buscávamos alternativas comerciais, por exemplo, para diminuir nossa dependência dos países do Norte, sem, no entanto, cortar as relações com o bloco ocidental. O país tinha um novo eixo da política externa – Sul-Sul – alternativo ao eixo Sul-Norte. Nessa perspectiva de atuação no eixo Sul, esforçávamo-nos para alcançar maior autonomia e protagonismo, por exemplo, no G-77. Esse papel de destaque no passado, quando se procurava congregiar os países do Sul, foi retomado pelo professor André Roberto Martin no desenvolvimento de sua teoria geopolítica Meridionalista, destacada nesta tese como a projeção do Brasil para o Sul e de relevante posicionamento geopolítico brasileiro como potência. Esta busca pelo olhar brasileiro para o sul vem a colaborar com o Meridionalismo, uma vez que este confirma a projeção de poder do país.

Na ESG, o manuseio das fontes primárias teve o objetivo de levantar, durante o período selecionado para análise – 1960 a 1980 –, os currículos dos cursos e outros documentos que indicassem os temas de trabalhos, conferências, palestras que abordassem a geografia política e a geopolítica e tivessem alguma relação com a política externa brasileira, e com isso colocassem a ESG em papel de destaque a debater temas que poderiam se tornar pauta na elaboração da política externa. Nesse levantamento foi importante a identificação dos temas e do período do curso que eram ministrados dentro da estrutura curricular, bem como se tais temas eram abordados numa escala global, hemisférica, continental ou regional. O objetivo era, no momento de confronto com casos específicos da política externa, verificar se estes eram tratados geograficamente na mesma escala.

Assim, foram surgindo perguntas que colaboraram no desenvolvimento desta tese, tais como: Onde a política externa atuou e quais as perspectivas geopolíticas na PEI e no PRE? Quais eram, nos cursos da ESG, os estudos, temas e escala de análise sobre a atuação do Brasil na ordem mundial bipolar? Nos textos dos três geopolíticos de grande destaque na escola – Golbery, Meira Mattos e Therezinha de Castro – quais as propostas geopolíticas que lançam o olhar do Brasil para se projetar ao Sul? A partir das respostas a essas questões, era apresentada a seguinte hipótese: os estudos na ESG estavam em consonância e até mesmo direcionaram a condução da política externa autônoma em um crescente olhar para o Sul.

Os documentos curriculares e programas dos cursos, entre outros documentos, foram recursos necessários a esta tese para ilustrar, ou mesmo confrontar informações com o intuito de confirmar a hipótese. Para isso, recorreu-se à melhor forma de comunicação visual, utilizada pela Geografia e pela Geopolítica para se instrumentalizar na apresentação de seus conteúdos e sintetizar suas ideias: o mapa.

No primeiro capítulo desta tese apresento a geografia política, seu desenvolvimento conceitual em torno de Ratzel e o surgimento da geopolítica com Kjellén. Buscando apresentar os conceitos de geopolítica e suas preocupações, no decorrer do capítulo trazemos as propostas dos geopolíticos clássicos sobre os poderes marítimo, terrestre e aéreo em suas formulações geopolíticas. É importante essa abordagem, uma vez que trabalharemos os

geopolíticos brasileiros e suas formulações para o Brasil se projetar como potência. E sabemos que Mahan e Mackinder, entre outros geopolíticos, foram lidos e relidos e suas teorias serviram de inspiração para nossos estudiosos.

O segundo capítulo está dividido em duas partes. Na primeira apresentamos a ESG e sua história, missão, cursos oferecidos no período estudado nesta tese, seu papel de formar a elite militar e intelectual para pensar o destino do Brasil. Na segunda parte, intitulada A geopolítica brasileira e o olhar para o Sul, apresentamos as propostas dos generais Golbery e Meira Mattos e da professora Therezinha de Castro sobre a projeção geopolítica do Brasil, com destaque para a colaboração de cada um deles na construção de um olhar sobre o mundo, almejando o desenvolvimento do País.

Dividido em três partes, o terceiro capítulo apresenta o Brasil no Sul, inicialmente conceituando o bloco geopolítico meridional e dando sentido de pertencimento a um grupo de países que têm em comum o subdesenvolvimento e na ordem mundial bipolar integram o chamado Terceiro Mundo. Essa identidade com o Sul vai destacar nossa posição na relação Norte x Sul durante a Guerra Fria, enquanto a busca pela autonomia nas relações exteriores leva o Brasil a se projetar num eixo diplomático Sul-Sul. Assim, a segunda parte do capítulo traz os dois momentos de autonomia da política externa – a PEI e o PRE –, destacando as regiões e países onde a diplomacia brasileira atuou. O capítulo termina com uma leitura sobre o olhar para o Sul, lançado pela geopolítica e pelas relações exteriores.

Fechando esta tese, o quarto capítulo analisa o material levantado no Curso Superior de Guerra (CSG) da ESG para militares e civis. O material selecionado permitiu examinar dados sobre sua estrutura curricular, métodos de trabalho, objetivos dos cursos, calendário escolar e programas. Estes trazem os temas abordados em palestras, conferências e trabalhos. Os temas (disciplinas, no jargão da ESG) foram o indicativo da abordagem no currículo dos estudos desenvolvidos na Escola. Foram classificados quanto à abordagem geográfica ou geopolítica e depois comparados, para responder à hipótese, com a política externa vigente nos períodos da PEI e do PRE.

Os mapas apresentados nesta tese ilustram documentalmente o pensamento geopolítico de seus autores, e os de autoria própria trazem informações colhidas na bibliografia e sintetizados na linguagem cartográfica.

Assim, o mapa mais uma vez é síntese e também revelador e proporcionador de abordagens e leituras geopolíticas que corroboram para esta tese.

Capítulo 1 – Geografia Política e Geopolítica

Uma abordagem inclusiva sobre geografia política e geopolítica se faz necessária para entendermos a convergência entre estas duas áreas do conhecimento e destacarmos, na geografia brasileira, o desenvolvimento da geopolítica.

O contexto histórico do final do século XIX e início do século XX favorece os estudos geográfico-políticos, uma vez que a ordem mundial do Imperialismo vivenciava um acirramento da rivalidade entre as “grandes potências” da época (Inglaterra e França). A necessidade de expansão territorial e a ascensão de novas potências – Alemanha, Japão, Rússia, EUA – levam a ciência geográfica a sistematizar esses conhecimentos.

Assim, no âmbito da geografia moderna, a geografia política surge no fim do século XIX e tem como fundador o geógrafo alemão Friedrich Ratzel, com a publicação em 1897 de seu livro *Politische Geographie* (Geografia Política). Esta obra fez parte do momento vivido por esse geógrafo, e não representa apenas um ponto de vista da Alemanha. Trata-se, na realidade, de uma representação do mundo vivido e existente sob a égide das disputas expansionistas dos Estados, com o controle diante de suas colônias e a manutenção de seu poderio – o que não envolve diretamente disputas territoriais e projeções de poder (COSTA, 1992).

VESENTINI (2010) assim define a primeira fase do novo ramo do conhecimento:

“A primeira fase da geografia política – ou pelo menos desta ‘nova’ geografia política inaugurada por Ratzel –, do final do século XIX até 1945, foi marcada por uma forte base nacional, ou seja, o que existia de fato eram ‘escolas nacionais’ de geografia – notadamente a alemã, a francesa e a britânica – que competiam de forma acirrada, inclusive colocando os seus ‘interesses nacionais’ – ou corporativistas, no sentido de uma corrente (nacional) específica – acima dos cânones científicos ou, às vezes, até mesmo éticos pelo nosso entendimento atual.”

Ratzel, ao sistematizar a geografia política, nos leva ao entendimento da análise política do espaço tendo o Estado como ponto central. Segundo este autor, caberia à geografia a análise espacial do Estado, território e da própria sociedade. Sobre o Estado, Ratzel tem preocupação especial com questões relacionadas ao fortalecimento do Império Alemão, remetendo-se a suas

estratégias espaciais expansionistas.

O expansionismo fazia parte de suas preocupações em função de a Alemanha ter surgido como Estado territorial tardio, e por isso relativamente “atrasada” na corrida colonialista. Esse aspecto repercutiu no número relativamente limitado de colônias dominadas para esse país. Paralelamente, o expansionismo territorial fazia parte das práticas de outros Estados que possuíam colônias e prezavam por sua manutenção, como demonstra Costa (1992, p. 30):

“Como se verá adiante, essa situação repercutirá em muitas das análises de Ratzel sobre o papel que caberia ao Estado nesse processo. Além do mais, assim como a maioria dos geógrafos e ‘homens de Estado’ do país, tinha plena consciência do atraso político e da situação de ‘inferioridade’ da Alemanha em relação às demais potências europeias, em especial à Inglaterra e a à França, principalmente na questão das colônias de além-mar.”

Podemos acrescentar a essa forma de comportamento dos Estados, conforme faz Castro (2009). Destacando em Ratzel o sentido geográfico que jamais faltou ao pragmatismo dos homens do Estado, ele ressalta que o apetite colonialista recebeu outras denominações como “instinto de expansão”, “vocaço colonial” e “sentido inato de poder”, tornando-se uma prtica comum a todos os dirigentes estatais. Prtica que deveria ter estimulado tambm na sociedade esses impulsos, fundamentando as aes da geopoltica alem. Nessa anlise, fcil perceber o carter territorialista e, ao mesmo tempo, a necessidade do envolvimento dos chefes estatais e a participao social centrada nas diligncias do Estado.

Ratzel, apud Moraes (2005), em suas reflexes passa a conceber nesse sentido o Estado como um organismo diretamente ligado ao solo, ou seja, a existncia de uma simbiose territrio/Estado, onde se constitui sua importante teoria do “espao vital” (*lebensraum*). O desenvolvimento desse ente estava diretamente ligado existncia de recursos e sua utilizao pela sociedade, que levavam expanso e contrao de fronteiras conforme a necessidade de sua populao e utilizao correta desses recursos pelo Estado. o que relata Moraes (2005, p. 70):

“Para Ratzel, o territrio representa as condies de trabalho e existncia de uma sociedade. A perda de territrio seria a maior prova de decadncia de uma sociedade. Por outro lado, o progresso implicaria a necessidade de aumentar o territrio, logo, de conquistar novas reas. Justificando estas colocaes, Ratzel elabora o conceito

de 'espaço vital'; este representaria uma proporção de equilíbrio entre a população de uma dada sociedade e os recursos disponíveis para suprir suas necessidades, definindo, portanto, sua potencialidade de progredir e suas premências territoriais."

Moraes (2005) aponta o quadro alemão existente como uma estrutura arcaica herdada do feudalismo devido à penetração tardia do capitalismo na Alemanha, tendo como consequência a permanência de vários ranços sociais aristocráticos que impediam o avanço das relações econômicas e o desenvolvimento desse país. Outro ponto de preocupação é a necessidade de unificação em função dos problemas referentes às pretensões francesas no continente, e ao mesmo tempo ao interesse, por parte dos franceses, que não ocorresse o fortalecimento da Alemanha como Estado. Podemos apontar como fato estratégico nessa perspectiva as políticas territoriais repercutindo em outro lado do território europeu, no caso no território alemão, premissa ainda pertinente à ação estratégica dos Estados modernos contemporâneos.

VESENTINI (2010) considera Ratzel como iniciador da geografia política, destacando os seguintes motivos:

"[Ratzel] foi o organizador ou sistematizador de um conjunto de temas e conceitos que, a partir dele, passaram a ser o conteúdo inquestionável de qualquer obra de geografia política, inclusive daquelas elaboradas pelos seus críticos. Na verdade, ele construiu um novo campo de estudos, definindo seus 'objetos', ou, em outras palavras, seus temas e conceitos fundamentais: as relações da política com o espaço geográfico, nas quais despontam o estudo do território (seu tamanho e formato, sua expansão ou retração, sua localização absoluta e relativa), das fronteiras com a sua tipologia, das cidades-capitais (sua localização no território nacional, sua importância), da política geográfica ou territorial, da circulação pelo território, da importância do 'solo' [território] na constituição e na evolução dos Estados, do significado de 'grandes potências' ou Estados mundialmente poderosos, da colonização e da guerra enquanto conquista ou domínio territorial."

Ratzel deixou muitas contribuições para a Geografia Política, entre elas os postulados que consideramos abaixo:

1ª) A ideia de que o objeto de estudo da Geografia Política deve ser a relação "Estado-solo-sociedade".

2ª) A teoria de que cada Estado tem sua vida política condicionada pelos fatores "espaço" (entendido como a área ocupada por um Estado), e "posição" (este "espaço" relacionado a todos os outros, isto é, à superfície da Terra).

3ª) A tese de que "espaço é poder", isto é, o "espaço" não é visto apenas como suporte ou como veículo das forças políticas, mas é em si mesmo

considerado uma poderosa força política.

4ª) A percepção de que o poder mundial sempre se repartiu entre potências “marítimas” e “continentais”. E, finalmente,

5ª) A sua conclusão de que só o poder marítimo conduz ao verdadeiro poder mundial, uma vez que a massa líquida dos oceanos contém a massa sólida dos continentes, e estes últimos estão separados entre si, ao passo que os oceanos estão interligados.

Com base nestes cinco postulados, a Geografia Política firmou-se como novo ramo da Geografia, vindo a receber, logo em seguida, uma outra contribuição decisiva, mais tarde reconhecida como a primeira formulação capaz de oferecer alguma previsibilidade aos acontecimentos da política internacional. Trata-se da teoria do “pivô geográfico da História”, de autoria do geógrafo inglês sir Halford John Mackinder.

VESENTINI (2010), ao analisar a *Geografia Política* de Ratzel, destaca que na quinta seção do livro o autor “ênfatiza a extensão geográfica dos Estados, relacionando isso com o formato do território, com o ‘comércio’ ou as relações exteriores, com o povoamento e com o poderio dos Estados”. Um conceito que surge é o de potência mundial:

“Dependeu do espaço dado em cada época a realidade de quantos Estados deveriam crescer e tornarem-se ‘potências mundiais’, ou seja, ter o mundo conhecido sob as suas rédeas a fim de lhe comunicar a sua influência. Ter interesses em todo o mundo não implica numa posição de potência mundial; através do comércio mundial, alguns restringidos Estados, como a Bélgica ou a Suíça, possuem esse alcance. Somente o Império Britânico, atualmente, é uma potência grande e ao mesmo tempo extensa que está diretamente presente em todos os países e em todos os mares. Mesmo uma imensa massa territorial como a da Rússia não poderá fazer uma grande potência que seria uma extensão suplementar até o Pacífico e uma posição equivalente no Atlântico, pois somente os oceanos abririam uma rota que permitiria à Rússia estender o seu poder até os países do hemisfério ocidental e aqueles do hemisfério sul. Aí está porque a Rússia somente alcançará uma posição mundial no momento em que abrir uma rota até o oceano Índico e assim atingir o Atlântico e o Pacífico.” (RATZEL apud Vesentini, 1988: 278-9).

Em outra passagem, VESENTINI (2010) insiste na importância do livro *Geografia Política*:

“Não podemos esquecer que até mesmo a geopolítica foi criada, pelo menos oficialmente, após uma leitura de Kjellén desta obra de Ratzel. E inúmeros cientistas sociais, além de estrategistas estatais, passaram a prestar mais atenção à dimensão geográfica da política ou, em outras palavras, à importância da geografia (física e humana) para a política internacional e em especial – naquele momento de bipolaridade

conflituosa, na qual havia um declínio da grande potência hegemônica, o Reino Unido, e a ascensão de outras grandes potências mundiais que de uma forma ou de outra propugnavam por uma 'nova ordem mundial' – para as disputas mundiais por poder.”

Citado por Vesentini, o sueco Johan Rudolf Kjellén (1864-1922) diplomou-se em Ciência Política pela Universidade de Uppsala, onde lecionou, e foi também professor de Geografia na Universidade de Gotemburgo. Publicou em 1905 *As grandes potências*, e em 1916 *O Estado como forma de vida*. Tinha como concepção a autonomia da geopolítica diante dos demais ramos de conhecimento, diferenciando-a até mesmo da geografia política, sendo que suas interpretações baseavam-se de forma estreita nas ideias ratzelianas (VESENTINI, 2012).

Segundo FERNANDES (2003), a explicação do significado de Geopolítica foi feita por Kjellén na sua obra mais importante, *Staten som Lifsform* (O Estado como forma de vida, 1916). Nesta obra, a Geopolítica é apresentada como “a ciência do Estado enquanto organismo geográfico tal como este se manifesta no espaço”, sendo o Estado entendido como país, como território ou, de uma maneira mais significativa, como império. Essa nova “ciência” tinha por objeto constante o Estado unificado e pretendia contribuir para o estudo da sua natureza profunda, ao passo que a Geografia Política “observava o planeta como habitat das comunidades humanas em geral”. (Korinman, apud Fernandes, 1990: 152).

Preocupações geopolíticas surgidas em torno de questões relacionadas ao tema das grandes potências ocorreram antes mesmo de sua sistematização, voltadas para compreender, por exemplo, o que é uma potência mundial, as disputa mundiais pelo poder entre os Estados e a preocupação com o aumento da influência regional. Esses são alguns temas que podemos colocar como prematuros e que terminaram fazendo parte de seu corpo teórico (HORTA, 2006).

A seguir, uma breve descrição das propostas dos geopolíticos clássicos sobre os poderes marítimo, terrestre e aéreo em suas formulações geopolíticas.

Poder Marítimo

MAHAN

Alfred Thayer Mahan (1840-1914) almirante da Marinha dos EUA, desenvolveu sua teoria geopolítica baseada na potencialização dos mares através da hegemonia naval e na ampliação do controle das rotas marítimas em função de sua estratégia. Seu principal trabalho nessa área foi *The interest of America in Sea Power* (O interesse da América no poder marítimo), publicado em 1897.

Segundo sua visão, os EUA eram uma “grande ilha” cercada por dois enormes oceanos: o Atlântico e o Pacífico. Portanto, seria um país quase impossível de ser invadido, contanto que tivesse como aliados o Canadá e o México. Mas também seria fundamental manter a América Central como “zona de influência”. Potência insular, os EUA não precisariam de um exército forte, mas de esquadras navais poderosas: uma no Pacífico e outra no Atlântico. Estas frotas, numa emergência, se ajudariam: daí a necessidade de uma passagem entre o Atlântico e o Pacífico próxima ao território norte-americano. Nascia, assim, a concepção do Canal do Panamá.

Em sua obra intitulada *The Influence of Sea Power upon History, 1660-1783* (A influência do Poder Marítimo na História) publicada em 1890, o autor aborda os diversos momentos da história da humanidade nos quais “quem dominava o mar dominava todas as coisas”. O mar seria como uma grande planície onde as operações militares seriam mais fáceis de realizar que no domínio terrestre, além de ter uma contribuição decisiva no crescimento da economia nacional. E claro, em função da força territorial norte-americana, um país com dois extensos litorais e dotado de grande poderio em sua marinha militar e mercante, Mahan afirmava que o efetivo exercício do poder marítimo trazia prosperidade, crescimento e, principalmente, segurança nacional (BONFIM, 2005).

Os fundamentos de Mahan são interessantes, em especial no que se refere a sua abordagem dentro da história, desde o Império Romano, passando por Portugal durante o período colonial e pela supremacia marítima da Inglaterra em seu longo domínio imperialista.

Para Mahan, o Poder marítimo é exercido a partir de três fatores: Posição geográfica; Condições estratégicas e Caráter nacional. Da junção desses três elementos encontra-se a chave para boa parte da história e da política das nações marítimas.

Podemos dizer que sua teoria baseia-se em uma concepção fortemente imperialista, na qual o autor não integraria apenas as atividades militares, mas também as mercantis (COSTA:2010, 69). Na ótica de BONFIM (2005), Mahan assim afirma:

“O poder marítimo não é sinônimo de poder naval, pois não compreende apenas o potencial militar que, navegando, domina o oceano ou parte dele pela força das armas, mas também o comércio e a navegação pacífica que, de um modo vigoroso e natural, deram nascimento à esquadra e, graças a ela, repousam em segurança.” (p. 53).

Figura 1: Teoria do Poder Marítimo – MAHAN (1890)

Fonte: BONFIM, U.C. *Geopolítica*. Brasília. Escola de Comando e Estado-Maior do Exército, 2005. p.57.

Mahan lança uma abordagem inovadora sobre o poder marítimo: ele resulta da integração de todas atividades relacionadas ao mar. Para essa integração, seriam fundamentais a natureza e o grau de envolvimento da população de um país com as atividades marítimas, ou seja, decorreriam daí as

possibilidades concretas de constituição de um poder marítimo. Segundo o autor norte-americano, cabe à Marinha de Guerra definir os pontos de concentração; depósitos de munição e suprimentos; comunicação entre esses pontos e a base original; o valor militar do comércio e o modo como o comércio combinado com as operações militares navais pode ser conduzido.

Os oceanos e mares são concebidos como um vasto espaço social e político com características próprias que os distinguem dos espaços terrestres, articulados a estes pelos portos e vias de comunicações interiores, devendo haver uma ligação estratégica das rotas marítimas e ligações com outros continentes e com os espaços interiores dos países. Mahan lembra que o poderio marítimo de uma nação depende sobretudo de sua capacidade de instalar e manter em funcionamento essa rede de pontos de apoio (colônias e postos coloniais), que possui valor econômico e estratégico.

Para Mahan, apud Costa (1992), todas as atividades devem estar entrelaçadas em direção ao mar, não somente as de cunho bélico como a existência de uma potente frota naval, mas também as atividades econômicas somadas ao envolvimento da população nas atividades marítimas. Seriam elementos cruciais para os Estados Unidos pela sua própria localização geográfica, com uma extensa linha de costa junto ao Atlântico e ao Pacífico.

É indiscutível o impacto da visão de Mahan sobre o pensamento naval dos Estados Unidos, Harold e Margaret Sprout (1942) ressaltam a forte influência das ideias de Mahan, talentoso professor, junto a seus jovens alunos no Naval War College (fundado em 1884 em Newport, Rhode Island)). Destacam também como a publicação de *A influência do Poder Marítimo na História* “não apenas tomou de assalto a alta oficialidade, mas também afetou profundamente o pensamento civil e a formulação de políticas na América, na Europa e mesmo no Extremo Oriente”. Os dois autores acrescentam que a vitória na guerra hispano-americana (1898), que resultou na independência de Cuba e na anexação das Filipinas, Guam e Porto Rico, “fez avançar o processo imperialista visualizado e propagado por Mahan”. A partir da anexação dessas ilhas, o discurso e a ideologia do “Destino Manifesto” ganharam uma nova dimensão, e tornou-se inquestionável a existência do Império Americano.

Poder Terrestre

MACKINDER

Halford John Mackinder (1861-1947) nasceu na Inglaterra, em Gainsborough. Geógrafo, desenvolveu a “Teoria do Poder Terrestre”, sendo suas ideias expostas em uma conferência em Londres denominada *The geographical pivot of history* (O pivô geográfico da História), em 25 de janeiro de 1904. Nesta conferência ele rebate a tese mahaniana, ao atribuir à “área pivô” um papel estratégico na política de poder das grandes potências europeias.

Em suma, um geógrafo inglês contesta a teoria do poder marítimo exposta por um almirante estadunidense. MARTIN (2005) explica:

“visto com mais atenção, trata-se de algo bastante compreensível, pois Mackinder, um liberal que queria conservar para sua pátria a condição de principal potência mundial, estava preocupado com a possibilidade de que seus compatriotas estivessem ‘acomodados’ com tal situação e, portanto, desatentos com o que vinha ocorrendo no resto do mundo”.

Mackinder observou a ascensão de novas potências, como Estados Unidos, Alemanha, Japão e Rússia. Segundo MARTIN (2005), tal ascensão “vinha colocando em xeque a supremacia industrial britânica. Em particular, porque alemães e norte americanos já haviam superado os ingleses na produção de aço, componente fundamental da indústria bélica, e quanto aos russos, haviam se tornado os principais concorrentes dos ingleses quanto ao poder mundial, uma vez que representavam o poder terrestre, em oposição aos britânicos, detentores do poder marítimo”

MARTIN (2005) cita a crítica de Mackinder à distorção que a projeção cartográfica convencional provoca, “pois quando a Europa ocupa o centro das cartas, dá-nos a impressão de ser muito maior e mais importante geograficamente do que na realidade é”. Ainda, segundo Martin (2005):

“em contraposição, propôs uma projeção ‘asiocêntrica’, procurando mostrar que, no fundo, a Europa é apenas uma península da grande massa de terras emersas que ele denominou de ‘Ilha Mundial’, e que contém, além da Europa e da Ásia, também a África. Depois, com base numa análise histórica de longa duração, verificou que, nas grandes estepes da Ásia Central, localizava-se a fonte das grandes transformações mundiais, como provavam as duas ondas de invasões bárbaras que atingiram as grandes civilizações: a primeira com os hunos de Átila, à época do Império Romano, e a segunda com os mongóis de Gêngis Khan, durante a Idade Média. Concluiu por fim que

estas estepes eurásianas, abertas à movimentação da cavalaria, representavam “o pivô geográfico da História” (ver mapa).

Figura 2: O mundo segundo MACKINDER

O MUNDO SEGUNDO MACKINDER (1904)

Fonte: TOSTA, O. *Teorias geopolíticas*. Rio de Janeiro: Bibliex, 1984. p. 50.

A noção de *Heartland*, literalmente “coração da terra” ou, ainda, “coração continental”, também chamado pelo seu mentor – John H. Mackinder – de “área pivô”, antes de ser propriamente um nome dado para uma região, refere-se a um conceito teórico. Este conceito foi desenvolvido para categorizar uma vasta região no “coração da Eurásia”, o maior de todos os continentes da Terra – a que chamou de “ilha mundial” ou “ilha-mundo”. Suas fronteiras geográficas, ou delimitação original, variaram segundo diferentes análises e percepções do próprio autor, sendo posteriormente revisadas e reaplicadas por inúmeros pensadores do século XX.

Mackinder indicava ademais que, nos tempos modernos, o cavalo havia sido substituído pelo trem, e o Império Mongol, pela Rússia, mas de qualquer forma, o mesmo conjunto achava-se protegido contra eventuais invasões das

potências marítimas, configurando uma zona que representava uma verdadeira “fortaleza terrestre”, que mais tarde ele denominaria de “*Heartland*”.

A consequência prática de sua teorização pode ser resumida em suas próprias palavras, proferidas durante os trabalhos da Conferência de Paz de 1919: “Quem dominar a Europa Oriental controlará o coração continental. Quem dominar o coração continental dominará a ilha mundial. Quem dominar a ilha mundial controlará o mundo”.

Mackinder assistiu à ascensão e ao declínio do “imperialismo”, e pressentiu a possibilidade de a revolução chinesa vir a promover o controle comunista sobre a maior extensão territorial – a União Soviética –, e a maior população – a China – do mundo. Seu grande empenho foi oferecer às democracias ocidentais um guia para a ação em política externa, baseado em considerações “científicas”, ou seja, alicerçadas numa análise minuciosa da história e da geografia mundiais

HAUSHOFER

O general Karl Ernst Haushofer (1869-1946) foi militar por vocação profissional e por visão de mundo. Do mundo militar vêm sua amizade com Rudolf Hess – o terceiro personagem na hierarquia nazista –, sua permanência no Japão (determinante para sua visão política e geopolítica) e, no âmbito de seus estudos, sua paixão pela geografia militar e pela cartografia.

Segundo a distinção de Haushofer, a geografia política interroga-se sobre a distribuição do poder dos Estados no espaço, bem como sobre o seu exercício nesse espaço, enquanto a Geopolítica tem por objeto a atividade política em um espaço natural. A Geografia Política observa as formas do ser estatal, enquanto a Geopolítica se interessa pelos processos políticos do passado e do presente. Dessa maneira, para Haushofer, apud Defarges (2005, p.83):

“[...] a geopolítica fornece a reserva permanente de saber político que se pode ensinar e aprender; este, como uma ponte necessária ao salto para a ação política, como uma espécie de consciência geográfica que conduz ao ato, deve levar ao melhor lugar possível para saltar, ao último ponto sólido para que este salto seja pelo menos executado do domínio do saber para o domínio do poder e não do domínio da ignorância para o do poder, o que seria um salto maior e mais incerto”.

ARCASSA e MOURÃO (2011) colocam o pensamento de Haushofer na “sequência de Ratzel e dos geógrafos alemães. Karl Haushofer reformula a

interrogação: qual é o lugar justo da Alemanha no mundo? Enquanto Ratzel é influenciado pela vitória alemã – incompleta e inacabada – de 1871, Haushofer apenas sabe raciocinar a partir do traumatismo imposto pela derrota alemã na Primeira Guerra Mundial, sobre o qual desenrola sua ambição de construtor de uma disciplina”.

Três preocupações guiam a tarefa empreendida pelo general-geógrafo alemão (ARCASSA e MOURÃO, 2011):

1ª) A noção de espaço vital continua central para um homem muito sensível às densidades geográficas, que não admite as injustiças do Tratado de Versalhes e que, durante muitos anos, se ocupa das minorias alemãs fora da Alemanha. Para Haushofer, o espaço cultural alemão deve reencontrar a sua unidade, sendo sua área de expansão natural a Europa Central.

2ª) Uma grande atenção às dinâmicas de constituição de grandes conjuntos – denominados pan-ideias –, como o pangermanismo, o pan-eslavismo, o pan-asiatismo. Nesse ponto, Haushofer é duplamente representativo das reflexões da sua época (esquemáticamente, o período entre as duas grandes guerras).

3ª) A ideia de potência continental e de potência marítima. Isso porque, entre os inspiradores de Haushofer figura evidentemente Halford Mackinder, que vê o *Heartland* como o pivô geográfico da História.

Segundo MARTIN (2005), a leitura de Haushofer sustentava “que a tendência histórica irreversível apontava para o declínio das velhas potências colonialistas – Inglaterra e França –, em favor da ascensão das novas potências industriais – Estados Unidos, Alemanha, Rússia e Japão”.

A partir dessa análise, ele desenvolveu sua teoria das “*pan-regionen*”, substituindo o “povo” pelo “espaço”, como categoria unificadora dos grandes aglomerados geopolíticos.

O conceito de “pan-regiões” completa o de “espaço vital” (*lebensraum*). A formação dessas áreas geograficamente compensadas e autárquicas obedeceria a critérios económicos e políticos: estabelecendo-se no sentido dos meridianos terrestres, abarcando dessa forma uma diversidade de condições climáticas, a sua extensão permitiria a esses grandes espaços uma enorme

gama de produtos naturais, indústrias e de recursos humanos que os poria em situação de completa autonomia face aos restantes. Por outro lado, a tendencial “fusão” dos interesses estatais neles existentes eliminaria os antagonismos, gerando-se assim uma espécie de “paz regional”.

Haushofer propôs, assim, uma regionalização do espaço mundial em quatro grandes unidades, cada uma delas correspondendo à seguinte articulação: um centro industrial dinâmico, galvanizador de áreas menos desenvolvidas; uma zona pouco povoada, servindo de espaço de reserva para futura ocupação e também utilizada como fonte de matérias-primas; e uma outra área cuja função principal seria a de fornecer mão de obra barata para a continuidade do processo de industrialização do centro, ou ainda, para ajudar o povoamento do espaço de reserva.

Em suma, tratava-se de um mundo em perfeito equilíbrio, onde cada pan-região poderia ser bastante autônoma, pois todas as exigências da nova economia industrial e de uma demografia em expansão poderiam ser atendidas pelo espaço de cada uma delas. Com isso, imaginava Haushofer, a paz mundial estaria assegurada, não havendo mais a necessidade de uma potência industrial entrar em guerra contra uma outra.

Perante a lógica subjacente às premissas geopolíticas indicadas, a concepção de Ratzel, segundo a qual “espaço é poder”, adquire um carácter global, aplicando-se doravante à escala planetária. Pensar em “grandes espaços” significava, em última instância, pensar na *Hegemonia Mundial* alemã.

Figura 3: HAUSHOFER – Pan-regiões

Fonte: TOSTA, O. *Teorias geopolíticas*. Rio de Janeiro: Bibliex, 1984. p. 68.

De acordo com MARTIN (2005), a proposta de Haushofer para as pan-regiões era a seguinte:

- **Panamérica**, reunindo todo o conjunto americano, onde os Estados Unidos seriam a cabeça industrial, o Canadá o espaço de reserva, e a América Latina, o “viveiro” de mão de obra.
- **Euráfrica**, formada pela Europa exceto Rússia, mais o Oriente Médio exceto o Irã, e todo o continente africano, e em que a posição central seria ocupada pela Alemanha, o mundo árabe entraria como espaço de reserva e fornecedor de petróleo, e a África Sub-saariana serviria de berço da mão de obra.
- **Panrússia** onde a Rússia europeia seria o centro industrial, a Sibéria a área-reserva e a Índia a fonte de mão de obra.
- **Zona de Co-prosperidade asiática** (ou Esfera de Co-prosperidade da Ásia Oriental Maior), nome dado pelos japoneses à vasta zona em que a Austrália serviria como área-reserva, a China seria a fornecedora de braços e o Japão, evidentemente, representaria o centro industrial (ver mapa acima).

ARCASSA e MOURÃO (2011) afirmam que Haushofer concebia uma constelação antibritânica de poder, com seu eixo no *Heartland* russo-soviético, estando o território alemão conectado à esfera japonesa através de uma rede de transporte terrestre. Porém as linhas mestras da política externa formulada pelo Führer apontaram justamente para a direção oposta dos blocos de poder (pan-regiões) arquitetados por Haushofer: a aceitação da hegemonia naval e colonial da Inglaterra em troca do reconhecimento da supremacia continental alemã, com base em um ajuste recíproco feito com a Rússia.

Observa MARTIN (2005):

“Infelizmente, o esquema haushoferiano não foi capaz de evitar a guerra, muito pelo contrário. Ao subestimar a resistência franco-britânica perante uma eventual liderança alemã dentro da Europa, sua proposta terminaria por acirrar ainda mais os ânimos e, para seu azar, sucederia com ele algo semelhante com o que anteriormente ocorrera com Bismarck [afastado por Guilherme II em 1890 do cargo de chanceler que ocupava desde a proclamação do Império Alemão, em 1871].

De início, Haushofer conseguira influenciar Hitler, podendo ser considerado o inspirador do pacto de não agressão russo-alemão, assinado em 1939. Dois anos mais tarde, entretanto, rompendo com seu conselheiro geopolítico, Hitler decidiu invadir a União Soviética, ato cujas consequências catastróficas para a Alemanha são bastante conhecidas”.

Martin (2005) considera ainda que

“não se sabe exatamente até que ponto os conhecimentos de Haushofer influenciaram as ideias de Adolf Hitler. O fato é que o Estado-Maior alemão simpatizava amplamente com a tese de Haushofer, e certamente o capítulo XIV do Mein Kampf contém muitos pontos de vista do mestre alemão”.

A geopolítica teve sua fase de popularização por meio da Zeitschrift für Geopolitik (*Revista de Geopolítica*), publicada em Munique de 1924 a 1944. Nesse veículo e em outras publicações, os escritos de Haushofer tinham como preocupações o espaço vital relacionado às necessidades da anexação de novos territórios para a Alemanha na Europa Central e a superioridade da raça ariana diante dos demais povos, conforme destaca Vesentini (2012, p. 14): “A geopolítica, enfim, conheceu um período de grande expansão no pré-guerra, na primeira metade do século XX, tendo se eclipsado -- ou melhor, ficado no ostracismo -- depois de 1945”.

SPYKMAN

Nicholas J. Spykman (1893-1943), nascido na Holanda e radicado nos EUA, foi geógrafo e estrategista, sendo considerado o precursor da “Estratégia de Contenção” do pós-Segunda Guerra Mundial.

Em 1942 apresentou sua teoria que apontava para a influência da base geográfica de um Estado em sua política externa. Segundo ele, as seguintes características influiriam de forma direta no planejamento estratégico e político: a extensão territorial, a densidade populacional, a organização econômica, os recursos naturais, a inter-relação com outros Estados, a localização geográfica de um Estado vista em relação aos centros de poder, às zonas de conflito e às principais rotas oceânicas.

TOSTA (1984) aponta que Spykman adotou a visão global de Mackinder, atribuindo-lhe, porém, significado diferente. Ao *Heartland* (“Coração da Terra”) opôs o *Rimland* (região das fímbrias”), significando a orla marítima do Velho Mundo que, conforme salientou, parece cercar a ilha que é o Novo Mundo.

Para Spykman, apud Tosta, o *Rimland* é, funcionalmente, uma vasta zona-tampão de conflitos entre Poder Terrestre e Poder Marítimo. O cordão de mares marginais e mediterrâneos, que separam o continente dos oceanos, constitui uma via marítima periférica que integra a massa continental em termos de Poder Marítimo.

Figura 4: SPYKMAN – *Rimland*

Fonte: BASSETS, L. *La venganza de la geopolítica*, 2014. Disponível em: <https://elpais.com/internacional/2014/03/08/del-alfiler-al-elefante/1394269200_139426.html>. Acesso em: 16 fev. 2017.

Assim, a política de segurança da Eurásia fundamenta-se no controle no *Rimland* e não no domínio do *Heartland*, como sustentava Mackinder. Spykman, apud TOSTA (1984), afirma: “Se houver um ditado para a política de poder do Velho Mundo, esse deverá ser: ‘Quem controlar os espaços periféricos (*Rimland*), dominará a Eurásia; quem dominar a Eurásia, controlará os destinos do mundo.’”

PODER AÉREO

DOUHET

Giulio Douhet (1869-1930) nasceu em Caserta, na Itália. Foi comandante da primeira unidade italiana de aviação. Segundo sua teoria: “Só há uma maneira prática de impedir o inimigo de atacar-nos com suas forças aéreas: destruir suas forças aéreas” (Silva, 2010). Surgia o conceito de domínio do espaço aéreo, no qual a conquista do domínio do ar é um requisito indispensável para realizar,

com vantagem, operações de guerra no terreno e no mar.

A teoria de Douhet parte do princípio de que

“o avião veio dar maior profundidade ao teatro de Operações, pois consegue levar os efeitos para além dos que eram alcançados pela artilharia. O avião leva o combate às retaguardas e assim vem alterar os conceitos de frente e de retaguarda e reduzir a distinção entre combatentes e não combatentes” (Silva, 2010).

Segundo Douhet, a utilização dos meios aéreos materializa o princípio da ofensiva. Permite a iniciativa e a sua conservação. A aviação garante poder de concentração sobre o objetivo, sem perder a surpresa. Para ele, é necessário que o inimigo seja impedido de voar. Nesse quadro, a prioridade tem que ser dada à destruição de aeródromos e às fábricas de produção aeronáutica. Douhet defendia que se atacassem os meios aéreos do inimigo ainda no solo (interdição), no local e no momento escolhido e de forma eficaz; o domínio do ar seria o primeiro objetivo de uma “Armada Aérea”. Esta deveria ser uma força independente e o seu potencial não apresentaria limites, devendo estar pronta para entrar em ação desde o início das hostilidades. Douhet só não previa o desenvolvimento dos escudos antimísseis que impossibilita uma ofensiva para o detentor deste aparato.

SEVERSKY

Alexander P. de Seversky (1894-1974), aviador militar russo, nasceu em Tiflis (atual Tbilisi, Geórgia). Após a revolução de 1917 refugiou-se nos Estados Unidos e em 1927 tornou-se cidadão americano naturalizado.

Segundo Seversky: “O poder de um país será medido pelo seu Poder Aéreo”. O domínio do ar é uma condição necessária, mas não suficiente, quer para vencer, quer para resistir. É necessário buscar a supremacia aérea. O principal objetivo seria bloquear e destruir as retaguardas do inimigo e não os exércitos inimigos; era necessário “secar a fonte”. (SILVA, 2010).

Seversky, apud TOSTA (1984), define Poder Aéreo como: “a capacidade que tem uma nação de defender seus interesses por meios aéreos”. A partir do ar o bloqueio e a destruição das retaguardas seriam assegurados de forma mais eficaz; assim, o bloqueio de uma Nação convertia-se numa função do poder aéreo.

Após a Segunda Guerra Mundial, no início da Guerra Fria, Seversky

observa que a guerra aérea transoceânica, inter-hemisférica é não somente possível, mas inevitável. Essa nova concepção de guerra aérea determina profundas modificações nos conceitos de defesa nacional e estratégia militar. Sua concepção geoestratégica tem caráter global. Sobre uma carta geográfica de projeção azimutal equidistante e centrada no Polo Norte, Seversky dividiu o globo terrestre em duas grandes áreas de domínio aéreo: uma dos Estados Unidos e outra da União Soviética.

Figura 5: Teoria de SEVERSKY

Fonte: TOSTA, O. *Teorias geopolíticas*. Rio de Janeiro: Bibliex, 1984. p. 98.

Estas duas áreas se cruzam e interferem no que Seversky denominou de

“área de decisão”. Dentro desta área encontram-se os *heartlands* industriais dos EUA e da URSS. Assim, é vital para os EUA a manutenção da supremacia aérea. Segundo TOSTA (2014), “a visão global de Seversky também modifica o conceito de defesa do Hemisfério Ocidental, cujo principal eixo passa a ser o norte-sul ao invés do leste-oeste, como ocorreu nas duas guerras mundiais.

Seversky (apud TOSTA, 2014) aponta que, na eventualidade de uma guerra, o hemisfério americano seria dividido em três faixas:

- **Faixa de desenvolvimento de operações:** compreende o Alasca, o Canadá e a Terra Nova. A partir daí, a Força Aérea dos EUA levará a guerra ao coração do inimigo.

- **Faixa industrial:** compreende o território dos EUA, que produzirá os meios para fazer a guerra. Constituirá um dos primeiros objetivos do ataque inimigo, necessitando por conseguinte da maior concentração possível de meios de defesa.

- **Faixa de suprimentos:** compreende toda a América Central e do Sul, reservatório vital de alimentos e materiais estratégicos. Esta é a área livre, fechada ao ataque inimigo. Deve ser preparada para apoiar o esforço nas outras duas faixas.

Este papel a ser desempenhado pelos países na faixa de suprimentos vem a apontar para a necessidade norte-americana de manter “a América para os Americanos” e sua preocupação com a defesa continental. Neste contexto, é ainda maior a relevância do Tratado Interamericano de Assistência Recíproca (TIAR), assinado no Rio de Janeiro em 1947, como “doutrina da defesa hemisférica”.

VESENTINI chama a atenção para alguns traços em comum entre os geopolíticos clássicos:

1. Ênfase no poderio militar, na guerra e na(s) grande(s) potência(s) mundial(is).
2. Preocupações com o “seu” Estado nacional e com o fortalecimento dele.
3. Criação de ideias (ou melhor, *projetos*) estratégicas e pragmáticas que sempre têm o Estado como sujeito.

4. Visão geoestratégica do poder, ou seja, não diferenciação entre Geopolítica e Geoestratégia.

Cada um dos geopolíticos apresentados anteriormente e o estabelecimento da teoria sobre o poder marítimo, terrestre e aéreo e o papel do Estado no estabelecimento de suas políticas exteriores são pontos de estudo da geografia política. Assim, o pensamento de Mahan, Mackinder, Spykman, Haushofer, Serversky e Douet descritos ajudam a entender nos capítulos seguintes as propostas geopolíticas de pensadores brasileiros. Por exemplo a teoria do Rimland (Spykman) citada anteriormente, conhecida como Estratégia de Contenção, foi utilizada pelo Gen. Golbery do Couto e Silva na sua proposta geopolítica para conter o avanço do comunismo.

No Brasil, um dos locais em que nossos geopolíticos, a partir da leitura dos geógrafos e geopolíticos clássicos, farão a interpretação sobre a realidade brasileira e discutirão nossas aspirações na busca de um maior protagonismo no cenário mundial e na nossa projeção de poder será a Escola Superior de Guerra (ESG).

Capítulo 2 – A ESG e a Geopolítica Brasileira

2.1 A Escola Superior de Guerra: Presente e Passado

A Escola Superior de Guerra (ESG), criada pela Lei nº 785/49, é um Instituto de Altos Estudos de Política, Estratégia e Defesa, integrante da estrutura do Ministério da Defesa. Destina-se a desenvolver e consolidar os conhecimentos necessários ao exercício de funções de direção e assessoramento superior para o planejamento da Defesa Nacional, nela incluídos os aspectos fundamentais da Segurança e do Desenvolvimento.

A ESG funciona como centro de estudos e pesquisas, a ela competindo planejar, coordenar e desenvolver os cursos que forem instituídos pelo Ministro de Estado da Defesa. A Escola não desempenha funções de formulação ou execução da Política do País. Seus trabalhos são de natureza exclusivamente acadêmica, sendo um foro democrático e aberto ao livre debate.

Sua missão é: “Desenvolver atividades acadêmicas que permitam compreender as realidades nacional e internacional, visando preparar civis e militares para o desempenho de funções de direção e assessoramento de alto nível, no campo da Defesa Nacional, incluindo o que concerne à Segurança e ao Desenvolvimento”.

Sua visão de futuro: "Ser reconhecida como centro de excelência nacional e de referência internacional no ensino e na pesquisa, no campo da Defesa Nacional, incluindo o que concerne à Segurança e ao Desenvolvimento”.

A busca pelo estímulo intelectual multidisciplinar fez com que, a partir de 1951, além de militares dos estamentos superiores das três Forças, a Escola passasse a receber também a contribuição de civis do mais alto nível dos diversos segmentos profissionais da sociedade.

A ESG possui dois campi, sendo o primeiro na cidade do Rio de Janeiro-RJ, localizado no interior da Fortaleza de São João (FSJ), no bairro da Urca. O segundo campus foi inaugurado em 2011, em Brasília-DF. O site da Escola destaca que a criação deste campus “materializa a expansão de suas atividades, reaproximando a Escola do centro político-administrativo do País”.

Sobre a origem da ESG, SOUZA (2011) aponta para a criação de uma primeira ESG em 1889,

“por intermédio do Decreto nº 10.203, quando o ensino militar sofreu uma grande reestruturação. A então existente Escola Militar subdividiu-se em duas: Escola Militar da Corte, com o Curso Preparatório e de Infantaria e Cavalaria, e a Escola Superior de Guerra, com o Curso de Artilharia e de Estado-Maior e de Engenharia Militar”.

Esta primeira ESG foi limitada ao ambiente do Exército, sendo extinta em abril de 1898.

A segunda e atual ESG teve seu embrião no Decreto-Lei nº 4.130, de 26 de fevereiro de 1942, disciplinador do Ensino Militar do Exército. Foi criado o Curso de Altos Estudos para examinar as questões referentes ao emprego das Grandes Unidades Estratégicas, à direção da Guerra e às operações de ordem técnica e do serviço, restrito apenas a coronéis e generais do Exército (SOUZA, 2011).

Segundo Arruda (1983, p. XXI), apud SOUZA: “esse curso ‘hibernou’ até o ano de 1948, quando o Decreto nº 25.705, de 22 de outubro de 1948, estendeu o Curso de Alto Comando, contemplando os oficiais das três Armas.”

O General Muniz Oliva (1989, p.11) relata que a ESG surgiu do idealismo de um grupo de militares da FEB que combateram na Europa. Indignados com a devastação e a humilhação sofrida por uma nação herdeira da cultura latina – a Itália –, decidiram implantar a mentalidade moderna do trabalho em equipe. Mais tarde somaram-se a este grupo outros brasileiros, civis e militares, a fim de desempenhar um papel fundamental no delineamento do perfil nacional, que é o de garantir uma identidade própria à reflexão sobre os destinos do País.

O Estado-Maior das Forças Armadas – EMFA inicialmente nomeou uma comissão de oficiais, presidida pelo General de Divisão Oswaldo Cordeiro de Farias, com a incumbência de elaborar o anteprojeto do Regulamento da nova Escola. Em seguida, o próprio Cordeiro de Farias foi nomeado primeiro Diretor da ESG. Na Exposição de Motivos nº 13-C, de 04 de abril de 1949, do Chefe do EMFA, o General Salvador César Obino, ao Presidente da República, Eurico Gaspar Dutra (MONTENEGRO, apud SOUZA, 2011) ficou registrado que a preocupação de unificar o processo de preparação dos chefes militares era “consequência natural do conceito moderno do emprego das forças

militares, no qual cada vez mais se acentua a tendência para o predomínio de ações combinadas”.

A ESG foi criada com base no modelo do National War College, sediado em Washington-DC. O contato entre militares estadunidenses e brasileiros se deu quando estes integravam a Força Expedicionária Brasileira (FEB). Com o fim do conflito mundial, e antes do retorno ao Brasil, foram enviados aos Estados Unidos para conhecerem as instituições militares de ensino. Entre estas destaca-se o National War College, vinculado ao Pentágono. Sua criação, em 1946, teve como objetivo a formulação de uma doutrina própria para estudar e aperfeiçoar a política externa dos EUA no contexto da Guerra Fria, através, principalmente, da perspectiva de segurança coletiva, sendo um dos responsáveis pela elaboração da Doutrina de Segurança Nacional – DSN.

Cabe aqui ressaltar as diferenças entre o War College e a ESG, nas palavras do General Cordeiro de Farias:

“A missão que o general Obino me deu foi a de organizar no Brasil uma única escola que integrasse as funções das três escolas norte-americanas no âmbito do Estado-Maior das Forças Armadas. Assim, a tarefa no Brasil seria mais difícil do que nos Estados Unidos. Lá existia uma escola para tratar dos problemas da produção bélica, o Industrial College, outra para formular estratégias, o War College, e uma terceira para integrar as três forças. No Brasil, um país pobre e de poucos recursos, nós decidimos criar um só estabelecimento para cobrir estas diferentes finalidades. No caso, a ESG. Segundo esse raciocínio, qual seria o objetivo principal da ESG? Criar lideranças civis e militares para enfrentar a eventualidade de um novo estilo de guerra não mais circunscrita à frente de batalha e ao palco de lutas, mas transformada em fato total, que afeta a sociedade por inteiro e toda a estrutura de uma nação. Dentro dessa orientação, os civis das mais diversas profissões precisarão estar prontos para exercer papéis talvez até mais decisivos do que o dos militares na guerra”. (FARIAS, O.C.de, 1981, op. cit., p. 413)

A presença dos civis e a convivência com os militares é um ponto importante de sustentação da ESG, a convivência influencia mutuamente no aprendizado. Em suas memórias, o General Juarez Távora descreve quem são os matriculados em seus cursos:

“Isso levou-me a entendimento imediato com o então chefe do EMFA, Marechal Mascarenhas de Moraes, a quem expus essas ideias e pedi apoio para executá-las. O prezado e eminente chefe mostrou-se muito compreensivo, dando-me imediato e completo apoio para sua realização. Graças a isso, ao reabrir-se, em março, o Curso Superior de Guerra – além dos estagiários normalmente indicados pela Marinha, pelo Exército, pela Aeronáutica e pelo Itamarati e Ministérios

civis e algumas autarquias federais – haviam sido matriculados, no referido curso, vários membros do Poder Legislativo (senadores e deputados), do Poder Judiciário (dois desembargadores), de representantes dos governos estaduais, de associações de classes (Confederações Nacionais da Agricultura, da Indústria e do Comércio, Associação Brasileira de Imprensa, Arcebispado do Rio de Janeiro, etc.) – de tal forma que o número de estagiários civis ultrapassava o dos militares.” (TÁVORA, 1974-1977, 2º Vol., p. 227-228.)

O testemunho de Távora dá bem a noção de sua perspectiva e de sua contribuição em relação à integração civil da ESG e a seus objetivos:

“Duas preocupações fundamentais dominavam o meu espírito, ao assumir o comando da ESG: De um lado, fazer funcionar o Curso de Estado-Maior e Comando das Forças Armadas – CEMCFA – que vinha sendo objeto de estudos, desde 1951, sob a orientação de meu antecessor, para o preparo adequado de oficiais do Exército, da Marinha e da Aeronáutica, visando o planejamento e execução de operações combinadas das três Forças Armadas; e, de outro lado, ampliar a frequência de civis qualificados ao Curso Superior de Guerra (que melhor se chamaria ‘Curso Superior de Segurança Nacional’), a fim de difundir, entre os elementos mais responsáveis de nossa elite, hábitos de análise objetiva de nossas realidades, capaz de permitir um planejamento global das atividades governamentais, mediante prévio balanço de ‘necessidades’ e de ‘meios disponíveis para atendê-las’, e o estabelecimento, consequente, de ‘prioridades’ para a solução dos problemas nacionais considerados mais importantes e urgentes.”

Nas palavras do general Juarez Távora, esses civis matriculados, cumprem uma finalidade da ESG: não apenas treinar militares “mas também todos aqueles que poderiam influenciar o governo”. (STEPAN, 1975, p. 130). Assim, a ESG buscava ser uma instituição aglutinadora e formadora de “elite” tecno-empresarial e política.

Segundo MUNDIN (2007, p. 50), a “integração ideológica direta com os civis tornou possível a criação de uma produção intelectual ampla e altamente reprodutiva, traduzindo-se rapidamente em um campo híbrido (intelectual e político). Durante toda a década de 1950, ano após ano, a ESG conseguiu criar alto nível de circulação de especialistas nas mais diversas áreas, aglutinando e disseminando sua doutrina por meio de seus estagiários diplomados”.

STEPAN, apud MUNDIN (2007), esboça o perfil dos diplomados:

“Por volta de 1966, a ESG tinha diplomados de muitos setores importantes da estrutura de poder política e econômica: 599 eram militares, 224 empresários particulares, havia 200 funcionários públicos dos principais ministérios e 97 dos órgãos autônomos de governo, 39 eram congressistas, 23 juízes federais e estaduais e 107 eram profissionais variados – como professores, economistas, escritores, médicos e sacerdotes católicos. O requisito de curso

universitário ou equivalente que se exigia dos civis significou, virtualmente, a ausência total de representantes dos sindicatos.”

Assim, listamos a seguir os requisitos para a matrícula na ESG. Eles nos ajudam a traçar o perfil do estagiário pretendido pela Escola até 1963:

- 1 – Experiência e aptidão para o estudo.
- 2 – Ocupar importante cargo na administração pública.
- 3 – Exercer função com classificação correspondente a coronel de acordo com uma tabela de paridade criada pelo governo.
- 4 – Ser indicado como representante de entidade.

Com relação aos civis que não pertencem à administração pública, as regras também são as mesmas até 1963:

- 1 – Possuir alguma característica que o credencie na sociedade ou na profissão.
- 2 – Estar envolvido em atividades referentes à questão da Segurança Nacional.
- 3 – Ser membro efetivo indicado por entidades culturais, profissionais, técnico-científicas, ou de direção de empresas que prestam serviços públicos.
- 4 – Possuir diploma de curso superior. (SEPULVEDA, 2010, p.137).

Segundo AMARAL (2014, p. 54), a partir de 1973 passaram a ser admitidas mulheres no Curso Superior de Guerra (CSG).

O alcance dos estudos é ampliado com a criação das Associações dos Diplomados da Escola Superior de Guerra (ADESG) em cada Estado. De acordo com seu artigo 1 assim se descreve:

Art. 1º - A Associação dos Diplomados da Escola Superior de Guerra – ADESG, fundada em 7 de dezembro de 1951, é uma sociedade civil de direito privado, sem fins lucrativos, com prazo de duração indeterminado, e considerada de utilidade pública pelo Decreto Presidencial 36.359, de 21 de outubro de 1954, com sede e foro na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, idealizada para congregar os diplomados pela Escola Superior de Guerra – ESG, e pelas Delegacias e suas Representações Regionais, e é regida pela legislação em vigor, e por este Estatuto.

O general Cordeiro de Farias (1981, p. 426-427) observa que a ideia da criação da ADESG foi do Almirante Benjamim Sodré e não foi organizada pela ESG, e sim pelos 40 diplomados em 1950. Os objetivos da ADESG eram:

- manter a coesão dos estagiários após o término do curso e, através dela, garantir a permanência dos hábitos de cooperação intelectual criados entre civis e militares durante a permanência na escola;
- organizar um sistema de cursinhos em todo o país e estender os contatos criados na ESG e na ADESG para as relações de trabalho, estreitando a cooperação entre as diversas instituições através de uma sólida convivência.

Os cursos oferecidos pela ADESG abordam os problemas fundamentais de cada estado ou região e transmitem as doutrinas da ESG, procurando explicar seus objetivos e sua história. O objetivo básico é divulgar a Doutrina da Segurança Nacional e seus princípios. Atualmente esses cursinhos formam milhares de pessoas por ano, que são chamadas de *adesguianas*.

Os artigos 3º e 4º do Estatuto da ADESG referem suas finalidades e incumbências:

Art 3º - A ADESG tem por finalidade:

- I - difundir conceitos e estudos conjunturais relacionados com a Defesa, Segurança e o Desenvolvimento, com ênfase na Defesa Nacional, observados os métodos e pesquisas da ESG.
- II - desenvolver outras atividades de natureza cultural e educacional.
- III- preservar e projetar os valores morais, éticos e espirituais da nacionalidade brasileira.
- IV- incentivar, cada vez mais, a amizade e solidariedade entre os seus membros.

Art. 4º - Para a consecução de seus objetivos, incumbe à ADESG:

- I - manter estreitas relações com a ESG.
- II - promover atividades que fortaleçam a união e o conagraçamento entre os seus associados.
- III - proporcionar aos seus associados a atualização com os métodos e pesquisas da ESG, realizando cursos, seminários, conferências, palestras e editando publicações.
- IV - promover iniciativas de ordem técnica e cultural, inclusive convenções, que sirvam de fórum para apresentações de comunicações, palestras, projetos e relatórios, nas unidades federativas.
- V - cooperar com pessoas jurídicas de direito público e privado, em estudos, pesquisas e planejamentos sobre as conjunturas municipal, regional, nacional ou internacional, tendo em vista as políticas de Defesa, Segurança e Desenvolvimento do Brasil.

Cabe salientar que a ADESG foi criada por alunos em 1950 e não se vincula oficialmente a ESG. Na atualidade a ESG com suas mudanças estruturais torna mais claro as distinções entre esta Escola e as ADESGs.

2.2 A Geopolítica Brasileira e o Olhar para o Sul

A ESG foi criada no decorrer da Guerra Fria, uma ordem mundial bipolar, caracterizada pelo conflito leste x oeste. Ao ver dos autores da proposta de criação da Escola, o Brasil, na época, dispunha de “área, população e recursos, em medida a autorizar sua transformação em grande potência” (GURGEL, 1975, p. 31).

Nesta parte do texto, buscaremos expor o pensamento de dois dos principais pensadores geopolíticos quanto à temática de Brasil potência e nossa projeção de poder, os generais Golbery do Couto e Silva e Carlos de Meira Mattos. Na discussão de projeção do Brasil para o Sul, traremos a contribuição da geógrafa e professora Therezinha de Castro, com reconhecimento e méritos dentro da ESG pelas suas propostas geopolíticas e análises da inserção do Brasil na perspectiva do Sul.

No Brasil, os militares têm longa tradição nos estudos de geopolítica. Ainda assim, refletir sobre o pensamento geopolítico brasileiro implica em várias dificuldades, principalmente quando o que se pretende é uma classificação de teorias ou delegar a um autor específico o título de pioneiro. A consulta às pesquisas sobre a Geopolítica brasileira do começo do século XX nos revela que não existe um consenso sobre qual seria o primeiro geopolítico brasileiro; no entanto, é consenso entre os especialistas que o mais importante geopolítico desse período foi o oficial do Exército brasileiro Mário Travassos (1891-1973) - (MARTIN, 2007).

Se TRAVASSOS (1936) pensa sobre como conquistar a hegemonia no cenário sul-americano, deixando para trás a Argentina, os geopolíticos das décadas seguintes tiveram outras preocupações. Observa PENHA (2009, p.132):

“Em fins dos anos 1940 e ao longo da década de 1950, as formulações geopolíticas brasileiras incorporam definitivamente a dimensão atlântica decorrente de duas ordens de acontecimentos. O primeiro deles refere-se à assinatura, em 1947, do Tratado Interamericano de Assistência Recíproca - TIAR que atribuía um

status estratégico ao Atlântico Sul, nos marcos da Doutrina de Segurança Hemisférica. O segundo foi a criação da Escola Superior de Guerra, em 1949, e que seria responsável pela formulação, no plano interno, da Doutrina de Segurança Nacional.

Como resultado, as reflexões geopolíticas brasileiras aparecerão como um problema estratégico definido a partir da Doutrina da Segurança Hemisférica e da Doutrina de Segurança Nacional. Por conta disso, a Escola Superior de Guerra - ESG vai desempenhar um papel fundamental nas reflexões geopolíticas, inclusive do Atlântico Sul.”

Segundo MEIRA MATOS (1975, p.60),

“em 1949, com a criação da Escola Superior de Guerra, o pensamento político brasileiro começou a se estruturar em bases realistas e científicas. É a ESG responsável por uma doutrina política essencialmente brasileira, fundamentada na dinâmica da aplicação do poder nacional”.

Esta perspectiva de poder nacional se apoia em Morghentau em seu livro publicado em 1948 com o título “*politics among nations*” contatada por Cordeiro de Farias no período da criação da ESG.

Examinando questões ligadas à ESG, VLACH (2016) ressalta: “É assim que uma ‘escola brasileira de geopolítica’ não tarda a ganhar corpo em seu seio, o que permite compreender por que a ESG torna-se conhecida como a ‘Sorbonne militar’”. E ainda segundo VLACH:

“Em outras palavras, é a partir da fundação da Escola Superior de Guerra que as elites militares (com apoio das elites civis instaladas nos mais altos postos da burocracia do Estado) assumem a execução do projeto de tornar o Brasil ‘grande potência’, denominação que certamente leva em conta o mundo bipolar, sob a hegemonia das duas superpotências mundiais da época (Estados Unidos e União Soviética)”.

Apresentamos a seguir os principais geopolíticos militares – general Golbery do Couto e Silva e general Carlos de Meira Mattos –, bem como a geógrafa Therezinha de Castro, que contribuíram na formação do pensamento geopolítico brasileiro. A escolha destes três geopolíticos tem como princípio a colaboração de seus trabalhos no que diz respeito à temática do Brasil potência e sua projeção para o Sul.

General Golbery do Couto e Silva

Na década de 1960 a ESG, em grande parte devido ao pensamento geopolítico de Golbery do Couto e Silva, começou a ser percebida, nos meios políticos e na imprensa, como um grande laboratório de ideias do país.

NOVAES (2015) cita o militar e acadêmico norte-americano Jack Child, que em 1979 escreveu um artigo sobre o “pensamento geopolítico latino-americano”. Segundo o autor, apesar de ter declinado internacionalmente após a Segunda Guerra Mundial, a geopolítica seguiria viva, principalmente no Brasil, “onde os mais importantes pensadores e escritores sobre geopolítica têm estado nos últimos 30 anos” (CHILD, 1979, p.89). A ESG foi o local onde esses pensadores puderam desenvolver seus estudos, e entre eles um dos destaques foi o General Golbery, como era chamado.

Golbery do Couto e Silva (1911-1987) nasceu na cidade de Rio Grande – RS. Ingressou na Escola Militar do Realengo (RJ) em 1927. Foi declarado Aspirante a Oficial da Arma de Infantaria em dezembro de 1930, tendo conquistado o 1º lugar entre as turmas de cadetes de todas as Armas. Em 1937 foi promovido a Capitão e passou a servir na secretaria geral do Conselho de Segurança Nacional. Em 1944, foi enviado para estágio na Fort Leavenworth War School, nos Estados Unidos, e depois incorporado à Força Expedicionária Brasileira (FEB) como oficial de inteligência estratégica e informações, cargo que ocupou até o final da Segunda Guerra Mundial.

Em 1951 foi promovido a Tenente-Coronel e passou a adjunto do Departamento de Estudos da ESG. Tornou-se reconhecido como um dos principais teóricos da Doutrina de Segurança Nacional (DSN). “Iniciou, então, sua carreira de intelectual castrense, com o ciclo de conferências ‘Aspectos geopolíticos do Brasil’, em 1952.” (GASPARI, 2003, p.123)

Com a criação da Escola Superior de Guerra (ESG), consolidava-se na sua visão de mundo a “premissa de que o subdesenvolvimento brasileiro era produto da falta de competência e articulação de sua elite”. Assim, Golbery via na ESG a possibilidade de “sistematizar o debate dos problemas do País”.

Três grandes estudiosos destacaram-se na elaboração da geopolítica brasileira e influenciaram diretamente Golbery. O professor de Geografia da

Escola Politécnica do Rio de Janeiro, Everardo Backheuser, foi quem sistematizou e ofereceu método ao estudo da geopolítica.

Outro acadêmico pioneiro na área da geopolítica foi Delgado de Carvalho, professor de Geografia na Universidade do Distrito Federal, que realizou diversos trabalhos sobre a análise geográfica do território brasileiro. Dentre os militares, a análise geopolítica do capitão Mário Travassos, nos anos 1930, dominou as Forças Armadas. A partir de sua obra *Projeção Continental do Brasil* – publicada em 1931 com o título de *Aspectos geográficos sul-americanos* –, traçou os rumos de uma política nacional a fim de elevar o Brasil à categoria de potência do trecho sul do continente (FERNANDES, 2009).

Muitos consideram o livro *Geopolítica do Brasil*, de Golbery do Couto e Silva, publicado em 1967, a obra mais importante e influente sobre a incorporação da geopolítica brasileira no contexto da Guerra Fria e da Segurança Nacional.

Sobre a geopolítica, o general Golbery afirma “que esta precede a Política, não tanto como componente desta ou mera parcela sua, antes colaborando com ela mediante a apresentação de sugestões e projetos também”. (Já a Estratégia “vem depois da Política”.) Assim, a geopolítica “deve ser de proposições políticas com base na realidade geográfica, cabe-lhe pois, sem dúvida, suprir e estimular viva consciência do próprio valor espacial, o senso de alerta a antagonismos potenciais, em permanência inscritos no modelado eterno da face da Terra, de fundamentação territorial”. (COUTO E SILVA, 1983, p. 102)

Definida a Geopolítica, Golbery assinala que seu conteúdo comporta (p.106):

- uma doutrina, abrangendo uma metodologia também;
- uma perspectiva ou “cosmovisão” ou “Weltanschauung”;
- diretrizes gerais para a ação.

Por sua vez a doutrina, que deve ser adaptada às condições peculiares de cada nação, implicaria (p.106):

- uma conceituação do que seja realmente a Geopolítica, seu objeto próprio, seu relacionamento duplo com a Estratégia e a Política, e a definição de seu campo particular de aplicação;
- a caracterização dos vários conceitos geopolíticos básicos – o Espaço, sob o duplo ponto de vista da Extensão e da Forma, a Posição, a Circulação, dentre os principais;
- a enunciação e análise das leis e princípios que a condicionam ou regem – leis da geografia política, leis da sociologia, leis da ciência política, princípios geopolíticos.

Por meio da doutrina,

“cumprirá esboçar uma perspectiva nacional de mundo, devendo ela ser mantida atualizada em relação às transformações de conjuntura, especialmente quanto aos fatores tecnológicos e às mutações políticas. Por fim, diretrizes gerais de ação e manobras geopolíticas serão elaboradas para que os Objetivos Nacionais Permanentes (ONP) já definidos pela nação sejam atingidos.” (COUTO E SILVA, 1983, p.106).

Estes ONP devem inspirar toda a nossa ação geopolítica, tanto no âmbito interno como no campo internacional. Um dos objetivos na esfera internacional é “o fortalecimento do prestígio nacional no âmbito externo com base no princípio da igualdade jurídica dos Estados, e a crescente projeção do país no exterior com vistas à salvaguarda eficaz de seus próprios interesses e em benefício também da própria paz internacional”. (p. 75)

Cabe salientar o contexto da ordem bipolar da Guerra Fria e a conjuntura nacional quando do lançamento de *Geopolítica do Brasil*. O livro surgiu em 1967, ano do término da Presidência do General Humberto de Alencar Castelo Branco e início do governo do general. Artur da Costa e Silva. Na p. 45 em diante Golbery apresenta “uma perspectiva brasileira do mundo”, ilustrando com mapas de projeção equidistante tendo ao centro o Brasil.

Esta projeção azimutal equidistante (figura abaixo) “valoriza o eixo Américas-Antártida-Austrália, ao separar nitidamente um hemisfério das águas representado pela imensidão imponente do Pacífico e seus incontáveis arquipélagos, de um lado, e, do outro, o hemisfério maciço de terras do antigo

continente”. Ainda caracteriza o oceano Atlântico “como o novo Mediterrâneo” (p.76).

Figura 6: ESQUEMA 12

ESQUEMA 12

Fonte: COUTO E SILVA, Golbery. *Conjuntura Política Nacional: O Poder Executivo & Geopolítica do Brasil*. 3ª ed. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1983,. p.76.

No decorrer da obra Golbery apresenta três mapas temáticos que tratam respectivamente do ecúmeno (distribuição populacional), relevo e circulação mundial. Analisa cada mapa e resume os dados que apresenta “numa visão compósita que, esquematicamente, ponha em justo relevo a posição do continente sul-americano e, em particular, do Brasil” (p. 80).

No contexto da Guerra Fria e da grande ameaça do expansionismo soviético, Golbery apresenta o mapa da “América do Sul e os hemiciclos interior e exterior”. Vide abaixo:

Figura 7: ESQUEMA 16

**A AMÉRICA DO SUL E OS HEMICICLOS
INTERIOR E EXTERIOR**

ESQUEMA 16

Fonte: COUTO E SILVA, Golbery. *Conjuntura Política Nacional: O Poder Executivo & Geopolítica do Brasil*. 3ª ed. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1983, p. 81.

Ao explicar cada ciclo e sua área de abrangência, destaca o hemicíclo exterior, de onde

“ameaças perigosas podem bem surgir, a qualquer tempo, contra o mundo sul-americano, pois de lá já partiram em eras passadas, seja da Alemanha de Guilherme II – pouco menos definidas – e do grande Reich de Hitler – vigorosas –, seja do Império nipônico de Hirohito – mais distantes – e, novamente, hoje se manifestam, com virulência excepcional e multiforme, a partir de Moscou-Pequim”.

Trata-se de um “hemicíclo perigoso contra o qual a América do Sul terá de solidamente estruturar sua segurança”. (p. 82)

Com o mapa “Centros de Poder – Áreas esplanadas e áreas interiores” podemos observar a área enumerada 3 (esquema 19), pertencente ao hemicíclo interior, “mais no interior do sistema, melhor protegidas portanto contra assalto diretos e articuladas entre si pelo mediterrâneo do Atlântico Sul, as três massas da América do Sul , da África atlântico-meridional e da Antártida” (p. 84). Esta área constitui “uma placa giratória de manobra pra qualquer estratégia de resistência e contra ofensiva” contra o expansionismo soviético (p.85).

Figura 8: ESQUEMA 19

Fonte: COUTO E SILVA, Golbery. *Conjuntura Política Nacional: O Poder Executivo & Geopolítica do Brasil*. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1982, 3ª edição. p.86.

Mesmo com essa avaliação sendo feita no contexto da Guerra Fria, cabe destacar a descrição e importância dada ao Atlântico Sul, no aspecto de segurança que leva à discussão da projeção de poder do Brasil sob essa área. Assim, no capítulo que trata da perspectiva geopolítica brasileira, são considerados três círculos de visão:

- o império brasileiro;
- a moldura continental;
- o mundo ameaçador e tumultuado do além-mar (p.108).

Centraremos estes três círculos da visão acima na perspectiva de um Brasil potência e sua projeção para o exterior. Assim, as características geopolíticas internas e externas nos ajudam a dar um primeiro passo na compreensão do “pensamento golberyano” sobre a projeção do Brasil no Sul.

O Brasil, ao julgar de Golbery, é um império, “vasto império compacto de ampla frente marítima e dilatada fronteira continental” e no “Oceano Mundial em que o Atlântico Sul é nada mais que um golfão ainda excêntrico” (p.108). Ele apresenta os *heartlands* brasileiros e propõe as cinco áreas geopolíticas desse Império, tendo como ponto de partida a região de maior importância econômica e política, o chamado núcleo central – ancorado sobre o triângulo formado pelas cidades de São Paulo, Rio de Janeiro e Belo Horizonte. A região nuclear brasileira engloba os estados de São Paulo e Rio de Janeiro por completo, assim como grande parte dos estados de Minas Gerais e Espírito Santo, além do Distrito Federal da época – o Estado de Guanabara. Articulados ao núcleo central estão três penínsulas: a nordestina, a sulina e a goiano-mato-grossense. A hileia amazônica, a noroeste, representa uma ilha distante ainda a ser conquistada, devidamente povoada e articulada ao resto do país (COUTO E SILVA, 1983, p. 89-90).

Na moldura continental o autor expõe a participação do Brasil em todas as áreas geopolíticas da América do Sul, “integrando porções inegavelmente expressivas de seus amplos domínios”. (COUTO E SILVA, 1983, p. 87). Assim, compartimenta a América do Sul a partir do olhar do “império” brasileiro.

Figura 9: ESQUEMA 20

Fonte: COUTO E SILVA, Golbery. *Conjuntura Política Nacional: O Poder Executivo & Geopolítica do Brasil*. 3ª ed. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1983, p.88.

A área geopolítica do Nordeste brasileiro (número 5) no mapa acima possui as seguintes funções:

- continua a desempenhar o papel de bastião avançado de defesa contra ações extracontinentais provindas do Atlântico ou de mais além;
- essencial plataforma de projeção para o Oriente;
- área de soldadura entre as duas grandes áreas geopolíticas ou estratégicas do Atlântico Sul e do Atlântico Norte (COUTO E SILVA, 1967, p.129).

Golbery descreve o “mundo além-mar” ressaltando (esquema 16), no próprio coração da América do Sul, os dois hemisférios de terras que nos defrontam.

O primeiro, de um raio de 10.000 km, vai desde a América do Norte até a Antártica, passando por toda a África Ocidental. Assim, a chamada Fortaleza Sul-Americana tem no hemisfério interior um imenso raio de ação geopolítico e estratégico que se configura como “fronteira decisiva da segurança sul-americana”.

Já o hemisfério exterior, de um raio de 15.000 km, abarca quatro núcleos de potencial demográfico e econômico: o europeu, o indiano, o australiano e, por fim e além do próprio arco de demarcação, o núcleo japonês e chinês, englobando, também, todo o Sudeste Asiático.

Em resumo, Golbery projeta uma série de hemisférios em direção ao Atlântico e ao Leste. Avaliando esses hemisférios, destaca as ameaças ao Brasil e projeta nossa defesa no Atlântico Sul em direção à África.

General Carlos de Meira Mattos

Carlos de Meira Mattos (1913-2007) nasceu em São Carlos – SP e ingressou em 1936 na Escola Militar do Realengo. Foi integrante da FEB como Capitão. Em Nápoles, na Itália, fez o curso de Liderança e Combate e na ESG o Curso Superior de Guerra (CSG). Foi promovido a General de Brigada em 1968 e a General de Divisão em 1973. Em sua biografia destacam-se os cargos de Chefe de Divisão de Assuntos Políticos da ESG; Presidente da Comissão Especial para o Ministério da Educação e Cultura; Comandante da Academia Militar de Agulhas Negras (AMAN) e Vice-Diretor do Colégio Interamericano de Defesa em Washington (EUA). Em 1983 doutorou-se em

Ciência Política pela Universidade Mackenzie de São Paulo. Sua tese, apresentada em 1983, foi publicada no ano seguinte com o título *Geopolítica e Trópicos*.

Meira Mattos publicou importantes livros para a geopolítica brasileira, com uma abordagem centrada nas temáticas “Brasil potência”, “projeção de poder”, “Atlântico Sul” e “Antártida”. Suas obras *Brasil – Geopolítica e Destino* (1975).e *A Geopolítica e as Projeções de Poder* (1977), lançadas na década de 1970, em meio a mudanças na política externa brasileira, fizeram do autor referência bibliográfica dentro da ESG. Assim, a colaboração de Meira Mattos na geopolítica brasileira e sua leitura do Brasil quanto às temáticas acima citadas nos servem para afirmar nesta tese as leituras e propostas geopolíticas de projeção do Brasil para o Sul.

No capítulo I de *Brasil – Geopolítica e Destino*, Meira Mattos discorre sobre “Fundamentos, teorias e escolas geopolíticas”, trazendo algumas definições de geopolítica e apresentando a sua. Diz ele: “o mais sintético e abrangente conceito de geopolítica é o de Ratzel, “espaço é poder”, e sugere: “A este acrescentaríamos outro, não menos importante, de que “geografia é destino” (p.5 e 6)

Ao discorrer sobre a ESG, elogia a comissão encarregada de propor o 1º Anteprojeto de Regulamento da Escola e as ideias que inspiraram a sua criação (p.60):

- o surgimento de um conceito de segurança em substituição ao de Defesa;
- a consciência de que o Brasil possuía os requisitos para chegar a grande potência;
- a crença de que o desenvolvimento vinha sendo retardado por incapacidade de planejamento e execução governamentais;
- a necessidade de elaborar um método de formulação da política nacional.

Logo em seguida (p.61), destaca a importância da ESG:

“de 1949 a 1964, durante 14 anos, a ESG não teve influência nas decisões do governo. Entretanto, formulou sua doutrina de segurança nacional e pesquisou profundamente no campo do desenvolvimento. Formou elites civis e militares aptas a pensarem o Brasil com objetividade, como um todo, a se exercitarem na formulação de uma política de aplicação do poder nacional para a segurança, a se aprofundarem nas tentativas de selecionar rumos para o nosso desenvolvimento”.

Ele lembra que,

“quando veio a revolução de 1964, a doutrina da ESG já estava formulada e exercitada em termos laboratoriais e escolares. Foi fácil para o Chefe da Revolução, o presidente Castelo Branco e seus principais assessores Golbery, Ernesto Geisel, Juarez Távora, Cordeiro de Farias, todos ex-militantes, pertencidos aos quadros da ESG, transferirem para a prática governamental a doutrina formulada durante 14 anos no casarão do forte de São João”.

Assim Meira Mattos contextualiza a ESG e confirma a importância desta Escola na formação daqueles que assumiram o protagonismo político do país. Ressalta, ainda neste livro, os trabalhos geopolíticos do General Golbery do Couto e Silva e dos civis, os professores Therezinha de Castro e Delgado de Carvalho. Sobre estes dois últimos, destaca os trabalhos em geopolítica sobre o Atlântico Sul e a Antártica.

No capítulo sobre nossa posição estratégica, ressalta que a segurança da América “na parte que nos toca as fronteiras” não está em nosso continente, mas sim além-mar, e destaca a que “não podemos escapar ao truísmo que coloca na vertente atlântica da África a linha de cobertura afastada da costa brasileira” (p. 75). Na sua análise, se o litoral ocidental africano for ocupado por uma potência hostil ao Brasil, teremos a faixa do nosso nordeste ameaçada. Assim, no quadro de defesa continental e da estratégia ocidental, “a África, hodiernamente, interessa muito mais ao Brasil do que qualquer outra área do universo”. A África vale no quadro da estratégia continental por sua posição de base intermediária para as ações militares entre a América e a Eurásia e por suas valiosas riquezas energéticas e minerais” (p.75). Nossa posição continental, ao incorporar a estratégia de duas grandes áreas (América do Sul e Atlântico Sul), nos faz ter um papel preponderante perante a Segurança Atlântica.

MORGENTHAU, apud Meira Mattos (1977, p. 42), “ao tratar dos elementos do poder destaca: geografia, recursos naturais, capacidade industrial, aparato militar, população, caráter nacional, moral nacional, qualidade da diplomacia, aptidão do governo”. Diante desse conceito de poder, um país considerado potência haveria de possuir os seguintes atributos: “dimensão geográfica, população, posse de imensos recursos naturais, capacidade industrial, tecnológica e científica e coesão interna, como inerentes à projeção do poder” (MEIRA MATTOS, 1975. p.77) .

Ele assinala ainda que “essa projeção de poder, ou extrapolação do poder (conceito de Toynbee), que caracteriza a potência, pode irradiar-se em dimensão mundial (as superpotências de 1ª classe de Steven Spiegel), em dimensão continental (as superpotências de 2ª classe do mesmo autor) ou em âmbito regional (potências médias)”, e apresenta a classificação de Morgenthau: superpotências e potências médias.

Meira Mattos destaca que havia apenas duas superpotências (Ordem Mundial Bipolar) – EUA e União Soviética – e coloca o Brasil como nação aspirante a superpotência. Na mesma condição do Brasil estariam China, Japão, Índia, Canadá, México, Argentina, África do Sul, Austrália e Europa Ocidental.

Ao comparar cada uma das nações, Brasil e China se destacam como os dois países que satisfazem melhor os fatores relativos a população, recursos minerais, território, indústria, tecnologia e ciência e coesão interna.

No livro *Geopolítica e as projeções do poder*, Meira Mattos afirma que seu método para “mensurar poder é mais simples”. Os valores a serem analisados são: dimensão e posição geográfica, população, recursos naturais, capacidade industrial, tecnológica e científica, capacidade militar e coesão interna. Em seguida faz uma descrição de cada aspecto.

Sobre a posição geográfica do Brasil (1977, p.86): a posição do espaço brasileiro pode ser referida sobre dois ângulos – “o geodésico e o de sua articulação com o mar e os territórios vizinhos”. Utiliza-se de dois mapas para nos posicionar frente ao comércio internacional e à África. O primeiro, mostrado a seguir, trata das nossas linhas comerciais:

Figura 10: Brasil - Linhas comerciais marítimas

Fonte: MEIRA MATTOS, Carlos de. *A Geopolítica e as Projeções do Poder*. Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 1977. p. 87.

Sobre o Atlântico concluiu:

“com sua imensa massa líquida, oferecemos não apenas a melhor via de comunicação entre grandes centros costeiros do país ou a rota indispensável ao nosso comércio exterior, propicia-nos, também, uma fonte de recurso econômico de maior importância” (1977, p. 88).

No mapa a seguir posiciona o Brasil frente à rota do cabo e ao estreito do Atlântico, entre o Brasil e a África.

Figura 11: O Estreito do Atlântico

Fonte: MEIRA MATTOS, Carlos de. *A Geopolítica e as Projeções do Poder*. Rio de Janeiro, José Olympio Editora. 1977.p.85

Diante da nossa posição continental e observando o estreito, ele esclarece que o mapa evidencia nossa necessidade de incorporar a estratégia de duas grandes áreas (América do Sul e Atlântico Sul) e entender nosso papel preponderante perante a Segurança Atlântica.

Nesta projeção da fronteira brasileira além-mar e insistindo na importância da África no cenário geopolítico que se delineava na década de 70 do século passado, Meira Mattos (1977, p. 89) apresenta o seguinte mapa:

Figura 12: Atlântico Sul

Fonte: MEIRA MATTOS, Carlos de. *A Geopolítica e as Projeções do Poder*. Rio de Janeiro, José Olympio Editora, 1977. p.89

Observando estes três últimos mapas no que diz respeito à articulação do território e à projeção da nossa costa, MEIRA MATTOS (1977, p.88) destaca: “O Atlântico nos assegura articulação direta com cerca de 50 países e uma indireta com todo o planeta, é uma visão renovada do panorama geopolítico que gravita em torno do Atlântico Sul”. Assim, “A África não é mais uma realidade longínqua, mas uma África próxima, com acesso mais fácil do que a fronteira amazônica com a Venezuela, Colômbia, Peru e Bolívia.”

Freitas (2004), em seu livro *A escola geopolítica brasileira*, aponta, entre os princípios básicos do pensamento geopolítico de Meira Mattos, os seguintes:

- interesse devotado à posição geográfica do Brasil;
- importância do Atlântico Sul para o Brasil;
- reafirmação da tese de que o Brasil pode se tornar potência mundial.

Em vários estudos desenvolvidos dentro da ESG, as duas obras aqui pontuadas são referenciais teóricos em estudos e trabalhos. Na década de 1970, com seu método de avaliar o poder e projetar o Brasil e a China como futuras potências, tendo ainda neste grupo a Índia e África do Sul, ele apontou a maioria dos BRICS, países que atualmente assumem destaque na nova ordem mundial.

CABRAL (2013, p.92) resume o legado de Meira Mattos: “sua obra de intelectual tanto quanto sua participação como soldado e cidadão” foram elementos decisivos para a consolidação não só da Geopolítica do Brasil, como disciplina chave para o planejamento do desenvolvimento nacional, como também para influenciar o pensamento nacional nas demais disciplinas das ciências humanas e sociais. “E assim ser e tomar parte do importante, para além do seu tempo de vida, diálogo com seus pósteros sobre o homem brasileiro contemporâneo e sua implantação político-estratégica no espaço meridional e tropical da terra”.

Therezinha de Castro

Therezinha de Castro (1930-2000) nasceu no Rio de Janeiro – RJ. Formou-se em Geografia e História na Universidade do Brasil, atual UFRJ. Trabalhou como geógrafa do IBGE, foi professora do Colégio Pedro II, conferencista da Escola de Comando e Estado-Maior do Exército (ECEME) e da Aeronáutica, da Escola de Guerra Naval, da Escola Superior de Guerra (ESG) e das delegacias da ADESG em todo o país.

Seus estudos geopolíticos sobre a posição brasileira face à Antártica foram citados por Meira Mattos em *Geopolítica e Destino* (1975, p.65):

“[Therezinha de Castro] pensa que não devemos abdicar de um direito que nos é assegurado pela legislação internacional vigente e que, ao lado de abrir-nos valioso campo às explorações científicas, oferece-nos invejável situação estratégica no Atlântico Sul”.

PENHA (2009, p.132) também comenta a contribuição dos estudos de Therezinha de Castro para a geopolítica brasileira:

“A partir do Atlântico Sul, define um novo conceito geopolítico denominado por ela de ‘Oceanopolítica’, que seria a política aplicada aos espaços marítimos na perspectiva do ‘poder mundial’. Inserida dentro da teoria realista das relações internacionais, a consciência da existência de uma ‘Oceanopolítica’ permitiria aventar a possibilidade de se desencadear a formação de bacias oceânicas em todos os oceanos do mundo, tendo como ‘áreas-pivot’: Brasil (no Atlântico Sul), Índia (Índico), Estados Unidos (Atlântico Norte e Pacífico Norte), China (Pacífico Norte), Rússia (Ártico).”

Ainda segundo PENHA, “Três temas frequentaram as preocupações de Therezinha: África, Antártica e Amazônia”.

O livro *Geografia e Geopolítica – a contribuição de Delgado de Carvalho e Therezinha de Castro*, publicado pelo IBGE em 2009, traz uma coletânea com três textos de Castro com temas sobre o continente africano: “Gana Independente” (1959), “Recursos minerais do Saara” (1960) e “África Subsaariana: estudo sobre uma caracterização geopolítica com fins didáticos” (1997). Este último foi publicado na ESG como Leitura Seleccionada para ser utilizado em seus cursos em 1997. Na sua conclusão, Castro faz a seguinte ponderação:

“A África Sub-Sahariana é, pois uma dessas áreas do ‘Sul’, em ebulição, passando por um período de tensão, saído da ‘Guerra Fria’, para entrar na ‘Guerra Tépidia’. Período que irá alterar seu mapa político ou modificar radicalmente as noções de nacionalidade e, no seu bojo, a de soberania. Isto porque a África Sub-Sahariana é região caracterizada geopoliticamente por um conglomerado de países não só fracos como heterógenos, que tateiam para resolver equações nacionais ou regionais, porem muito ligados pelo ‘cordão umbilical’ da dependência, ao centros metropolitanos do ‘Norte’, numa proposição moderna do neocolonialismo.” (CASTRO, 1997, p.48)

Segundo FREITAS (2004, p. 104), a Antártica, por suas potencialidades, constitui “base de alerta, interceptação e partida em qualquer emergência que venha afetar a defesa do Atlântico Sul”. É no trabalho intitulado “Antártica: Teoria da Defrontação” que Castro defende a tese que o Brasil deve reivindicar o seu espaço naquele continente, reforçando assim a projeção internacional do País. Porque, afinal, o Atlântico-Sul e a Antártica constituem “uma frente avançada de nossa defesa do Atlântico-Sul”. (Castro, 1986, p.21)

Abaixo, o mapa ilustra a área de interesse do Brasil:

Figura 13: Antártica - Defrontação

Fonte: CASTRO, Therezinha de. *Retrato do Brasil: Atlas-texto de geopolítica*. Rio de Janeiro: Capemi Editora. 1981, p.53.

A teoria da defrontação foi desenvolvida por Therezinha de Castro e Carlos Miguel Delgado de Carvalho em trabalho publicado em 1956 no *Boletim Geográfico*. No ano seguinte ocorreria o Ano Geofísico Internacional (AGI), visto como um cenário para uma possível partilha da Antártida. O Brasil foi chamado a participar. Afirmaram CARVALHO E CASTRO: “No momento atual, o Brasil está em condições de reivindicar direitos, cujos fundamentos jurídicos são tão sólidos como as bases que pode invocar qualquer outra potência”.

(1956, p. 503). Segundo o critério de defrontação, uma futura partilha da Antártica poderia levar nossas fronteiras a avançar 500.000 km².

Em diversas passagens Therezinha de Castro faz comentários ferinos e por vezes indignados sobre a partilha da Antártica. No texto “Antártica – O assunto do momento”, publicado no *Boletim Geográfico* do IBGE em 1958, “caso tamanha riqueza venha a ser evidenciada, com o avanço vertiginoso da ciência, a quem caberá a exploração?!? Lembremo-nos de que na África prevaleceu de início o espírito científico!”. Sobre os “herdeiros” da Antártica, ela adverte: “Aos cientistas caberá a descoberta de riquezas (?), aos diplomatas tocará a sua partilha”.

Sobre a projeção para o Atlântico, em seu texto “O Brasil à luz da doutrina Mahan”, Therezinha de Castro explica: “dentro da dinâmica geopolítica, a importância do paralelo 20 graus de latitude sul, que separa artificialmente o continente, para destacar a importante área que se convencionou chamar de Cone Sul” (CASTRO, 1986, p. 18)

Assim, apoiada na teoria de Mahan, a autora julga a importância para o Brasil:

“Na atualidade o Cone Sul como apêndice continental tem valor geoestratégico pela cunha que faz no Atlântico-Pacífico; nesse apêndice a participação do Brasil é essencial quer pelo manejo ativo que exerce sobre toda a costa atlântica, quer pela atração dinâmica leste-oeste que mantém na Bacia do Prata”. (CASTRO, 1986, p. 18)

Os mapas abaixo ilustram a posição do Brasil no Atlântico e o paralelo 20 graus.

Figura 14: O Brasil no Atlântico

Fonte: CASTRO, Therezinha de. *Retrato do Brasil: Atlas-texto de geopolítica*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1986. p.16.

Tanto na questão da exploração do continente antártico quanto nas relações exteriores, a leitura do avanço geopolítico brasileiro em direção ao Sul e a necessidade de se projetar e ser protagonista no hemisfério têm nos estudos desta geógrafa grande contribuição.

Capítulo 3 – O Brasil no Sul

Neste capítulo apresento a concepção de “Sul” que irá balizar os levantamentos de dados primários para esta tese. Tais dados e materiais foram pesquisados na biblioteca da ESG de modo a responder à hipótese central da pesquisa sobre os temas propostos: como os estudos apontaram e reafirmaram o direcionamento da geopolítica brasileira em direção ao Sul, centrando inicialmente o levantamento nas décadas de 1960 e 1970 e fechando a pesquisa em 1991 (fim da Guerra Fria).

No contexto da ordem mundial bipolar da Guerra Fria (Mundo Ocidental x Mundo Oriental), tínhamos um lado – O Ocidente –, mas neste Ocidente tínhamos nossa identidade meridional, na perspectiva da relação Norte-Sul.

Assim, faz-se necessário, no quadro geral da política externa brasileira, identificar os períodos em que nossa chancelaria “rompe” ou reduz as relações com o Norte, aproximando-nos mais do Sul.

A partir da análise da estrutura e currículo do Curso Superior de Guerra (CSG), deve-se destacar que a ESG contribuiu para essa guinada, levantando temas de um debate geopolítico contundente e necessário sobre a realidade brasileira. Em síntese, em diferentes momentos a ESG antecipou passos da nossa política exterior, contribuindo para que, nas décadas de 1960 e 1970, ela se tornasse mais autônoma. Vale lembrar o caso da Antártica, discutido desde os anos 50 pela geopolítica Therezinha de Castro, que levou o Brasil a assumir seus interesses neste continente.

No âmbito da política exterior brasileira, serão apresentados dois momentos importantes que alteram as relações internacionais e nos quais a geopolítica brasileira se faz presente. Assim, os geopolíticos citados no capítulo anterior e suas leituras ganham peso dentro da ESG, e seus estudos ajudam a projetar o Brasil no cenário mundial.

3.1 O Sul

A partir da formação do bloco dos não alinhados e do G-77 no cenário da ONU e do redirecionamento da política externa brasileira no Governo Jânio Quadros, podemos compreender como o “Sul” se torna a nova meca de nossa política externa.

O marco inicial desse redirecionamento foi a Conferência de Bandung (Indonésia), em abril de 1955. Esta cúpula foi a primeira a reunir Estados africanos e asiáticos, sem a participação das potências líderes da Guerra Fria – EUA e União Soviética – e dos países europeus. Participaram da Conferência 23 países da Ásia - Afeganistão, Arábia Saudita, Birmânia, Camboja, Ceilão, República Popular da China, Filipinas, Iêmen, Índia, Indonésia, Irã, Iraque, Japão, Jordânia, Laos, Líbano, Nepal, Paquistão, Síria, Tailândia, Turquia, Vietnã do Norte e Vietnã do Sul – e 6 da África: Costa do Ouro (atual Gana), Etiópia, Egito, Líbia, Libéria e Sudão.

Figura 15: Países participantes da Conferência de Bandung (1955)

Fonte: MAIA, L.A.B. Material disponível em: <<https://www.diario-universal.com/arquivo/aconteceu/conferencia-de-bandung/>>. Acesso em: 15 fev. 2018.

Tais países entendiam que ao defender uma agenda própria, saindo daquela imposta pelos líderes na Guerra Fria (EUA e União Soviética), poderiam assumir um protagonismo maior na ordem mundial. Assim, Bandung assinalou um novo momento nas relações entre esses países. Mais ainda, ali começou a surgir uma identidade própria dos povos do Terceiro Mundo.

A expressão “Terceiro Mundo” foi cunhada pelo francês Alfred Sauvy em um artigo para a revista *L’Observateur*, em 1952. Consistia em uma transposição da expressão “Terceiro Estado”, da Revolução Francesa. À semelhança do Terceiro Estado francês de fins de século XVIII, o Terceiro Mundo de meados do século XX “compunha-se de um grupo heterogêneo de integrantes, que não tinha acesso aos principais canais políticos, sofria de limitações econômicas, e reivindicava pleitos políticos e econômicos”. (LEITE, 2011, p. 57)

LEITE (idem) discorre sobre os países reunidos em Bandung:

“em que pesem diferenças em termos políticos, econômicos, sociais e culturais, unia-os o passado da dominação colonial e o interesse de preservar a paz mundial. Atraia-os o repúdio ao colonialismo e ao neocolonialismo, entendido como nova forma de controle econômico e intelectual”.

Para BEDJAOUI (1980), Terceiro Mundo é um conceito geopolítico, baseado simultaneamente no pertencimento a uma área geográfica (Hemisfério Sul), a um período histórico (a colonização) e a uma situação econômica (o subdesenvolvimento). Devido a esses fatores, tais países não estariam alinhados ideologicamente com o bloco capitalista, tampouco com o bloco socialista.

A identidade terceiro-mundista leva este grupo à busca de uma inserção internacional independente e autônoma, com base em interesses mútuos e de cooperação. Esta cooperação, tratada nos dez princípios da Conferência de Bandung (abaixo), vai ser identificada como **cooperação Sul-Sul**.

1. Respeito aos direitos fundamentais.
2. Respeito à soberania e integridade territorial de todas as nações.
3. Reconhecimento da igualdade de todas as raças e nações, grandes e pequenas.

4. Não intervenção e não ingerência nos assuntos internos de outro país (Autodeterminação dos povos).

5. Respeito pelo direito de cada nação defender-se, individual e coletivamente.

6. Recusa na participação dos preparativos da defesa coletiva destinada para servir aos interesses particulares das superpotências.

7. Abstenção de todo ato ou ameaça de agressão, ou do emprego da força, contra a integridade territorial ou a independência política de outro país.

8. Solução de todos os conflitos internacionais por meios pacíficos (negociações e conciliações arbitradas por tribunais internacionais).

9. Estímulo aos interesses mútuos de cooperação.

10. Respeito pela justiça e obrigações internacionais.

Nos anos seguintes, somaram-se aos países afro-asiáticos os sul-americanos. Estes países meridionais passaram a articular-se em torno do tema de desenvolvimento econômico, dando origem a uma nova vertente política. O chamado Movimento de Países Não Alinhados foi organizado a partir da Primeira Conferência de Chefes de Estado ou de Governo de Países Não Alinhados, ocorrida em Belgrado (Iugoslávia), em 1961.

Participaram desta Conferência: Afeganistão, Argélia, Birmânia (Myanmar), Camboja, Ceilão, Congo, Cuba, Chipre, Etiópia, Gana, Guiné, Índia, Indonésia, Iraque, Líbano, Mali, Marrocos, Nepal, Arábia Saudita, Somália, Sudão, Tunísia, República Árabe Unida (Atuais Egito e Síria), Iêmen e Iugoslávia. O Brasil compareceu como observador, junto com o Equador e a Bolívia.

Esse encontro foi um cenário de coesão entre os países do Terceiro Mundo pós-conferência de Bandung. Consistiu no intercâmbio entre 25 países, que reafirmaram o não alinhamento e a coexistência pacífica entre os Estados (SUARÉZ, 1975). Reforçavam-se a independência, o não alinhamento e a manutenção da integridade nacional desses países, sem se alinhar a uma superpotência (VIGEVANI, 1990).

Figura 16: Movimento dos Países Não Alinhados - 1961

Fonte: MAIA, L.A.B. A partir de material disponível em <<http://www.sinus.org.br/2013/wp-content/uploads/2013/03/18.-BELGRADO-Artigo.pdf>>. Acesso em: 16 fev. 2018

Esse movimento sinalizou que o tema do desenvolvimento econômico adquiriu importância e complexidade crescentes e passou, em larga medida, a mobilizar as ações coordenadas dos povos do Sul de distintas regiões desde fins da década de 1950.

Esses países agregaram o tópico “desenvolvimento econômico” à agenda da ONU e propuseram o estabelecimento do Fundo Especial das Nações Unidas para o Desenvolvimento (UNSE), criado em 1958, destinado a administrar recursos públicos de países ricos para projetos de infraestrutura em países pobres. O passo seguinte veio com a Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento (UNCTAD), em Genebra (Suíça) entre março e junho de 1964. LEITE (2011, p.64) considera que foi um importante marco político, pois institucionalizou a solidariedade entre os povos do Sul

“ao instaurar um organismo que, pela primeira vez, vinculava desenvolvimento econômico ao comércio. Um organismo cuja natureza, ao contrário do GATT (General Agreement on Tariffs and Trade – Acordo Geral de Tarifas e Comércio) não se circunscrevia à desgravação tarifária de bens manufaturados, mas pressupunha a existência de um centro e uma periferia, incorporava o tema da agricultura e propunha medidas de política internacional para promoção do comércio, com vistas ao desenvolvimento econômico dos países e a consequente alteração da Divisão Internacional do Trabalho (DIT)”.

Ao final da Conferência de Genebra, 77 países em desenvolvimento – países do “Sul” – firmaram uma “Declaração Conjunta dos Setenta e Sete Países”, na qual:

- Defendiam um novo quadro na do comércio internacional compatível com as necessidades de industrialização acelerada;
- Comprometiam-se a manter e fortalecer a unidade e solidariedade do grupo, intensificando as consultas entre si, a fim de explorar objetivos comuns e acordar programas de ações conjuntas.

Assim, estes 77 países, criaram uma coalizão – O Grupo dos 77 (G-77) que objetivava promover os interesses econômicos de seus membros e uma maior capacidade de negociação conjunta dentro da ONU.

Figura 17: Países do G-77

Fonte: MAIA, L.A.B. A partir de material disponível em:
<http://www.g77.org/doc/Joint%20Declaration.html>. Acesso em: 16 fev. 2018.

Este grupo disporia de uma presidência rotativa anual sob o critério de distribuição geográfica, encarregada de coordenar as ações. O Brasil é membro-fundador do G-77.

Atualmente o grupo conta com 134 países. Juntamente com o bloco dos Não Alinhados, vai congregando países do Terceiro Mundo e fomentando uma agenda de interesse aos povos do Sul. Numa ordem mundial bipolar, como dito anteriormente, tínhamos um novo antagonismo Norte-Sul. Assim o Leste-Oeste teria no Norte-Sul uma nova perspectiva geopolítica dentro da Guerra Fria.

Acontece que a Guerra Fria terminou em 1991, com a dissolução da União Soviética. Subsistiu, no entanto, a concepção de “Sul” para os países do Terceiro Mundo, também identificados como “subdesenvolvidos” e “pobres”.

No decorrer da pesquisa para esta tese, compreender o Sul no contexto da ordem mundial bipolar, pós-Segunda Guerra Mundial, apontaria os países em direção aos quais o Brasil orientou sua política externa.

Nas últimas décadas, almejando um fortalecimento do Sul para melhor negociação perante o Norte, surge a proposta geopolítica apresentada pelo Prof. André Martin. Segundo ele, as buscas por congregar os países do Sul no passado demonstram a viabilidade de uma proposta Meridionalista, uma vez que estes detêm uma pequena parcela do poder mundial. Portanto, “a questão meridional deriva dos déficits de capitais, tecnologias e de poder das nações do Sul, e remonta aos tempos do colonialismo europeu para projetar-se até nossos dias”. (MARTIN, 2014).

Professor titular do Departamento de Geografia, da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas (FFLCH) da Universidade de São Paulo, Martin propõe uma teoria geopolítica denominada “Meridionalismo” para o Brasil assumir efetivamente um protagonismo no cenário geopolítico mundial. Ele vê o hemisfério meridional como

“um imenso campo de manobra para o estabelecimento de ‘zonas de influência’ dos detentores do poder mundial. É precisamente essa fragilidade que não é exclusivamente econômica ou militar, mas sobretudo política e diplomática, segundo nossa concepção, a condição de ‘meridionalidade’. Ela incide, portanto, preferencialmente no âmbito da política, isto é, das relações de poder”. (MARTIN, 1993, p.113)

Ele prossegue: “O meridionalismo, na minha concepção, é a teoria da emancipação dos povos do Sul, dos povos colonizados, contra uma herança de colonização de 500 anos”. “(Martin, 2014). A busca por uma aproximação maior, união e unidade dos países do Sul em ampliar sua participação numa ordem mundial que mantém as potências como tais e os condena a permanecerem como coadjuvantes no cenário internacional.

O Meridionalismo expressaria um ponto de vista próprio e autônomo dos povos colonizados do Sul, das nações cujos Estados tradicionalmente desempenharam o papel de vítima, ou, no máximo, de coadjuvante entre os atores políticos internacionais (MARTIN, 2014, p. 3) Sua tese principal é a possibilidade de formação de uma ampla aliança dos Estados localizados no Hemisfério Sul. Vide o mapa para melhor visualização:

Figura 18: O Brasil e o Meridionalismo

Fonte: MARTIN, A.R. Disponível em: REGIANI, Rafael. O Estado-tampão: Nova Geopolítica ou Novas Fronteiras? *Perspectiva Geográfica- Marechal Cândido Rondon*, Ed. Esp., v. 11, n. 15, p. 71-82, jul.-dez. 2016.

Observamos que nesta proposta existe uma diferença muito importante em relação ao esquema Norte-Sul, que focaliza as oposições pobres x ricos ou capitalistas desenvolvidos x subdesenvolvidos. Um ponto de diferenciação geopolítica dos países do Sul ou Meridionais é a presença da Austrália, que sairia do “Norte” para assumir o “Sul”. Trata-se de uma nova regionalização: “as fronteiras do novo meridionalismo seriam basicamente aquelas do Terceiro Mundo”. (MARTIN, 1993, p. 112).

Na proposta do professor Martin, os principais polos do meridionalismo – Brasil, Índia, África do Sul e Austrália – reúnem características simultaneamente continentais (economias mais autárquicas, agrícolas e extrativistas) e marítimas (economias mais abertas). Daí ser algo mais preciso classificá-los como “poderes anfíbios”, isto é, países que podem desenvolver simultaneamente distintas capacidades.

Na perspectiva da geopolítica meridionalista, Martin propõe um fortalecimento da representatividade do Sul. Segundo ele,

“O grande problema é a Austrália. Ainda não foi possível enquadrá-la em um conjunto próximo a nós, apesar desse país, em termos mundiais, ter uma posição parecida com a do Brasil. Os australianos também têm uma inserção subordinada como exportador de primários, em termos de comércio mundial. E o bloco formado por Índia, Brasil, África do Sul (Ibas) sente a falta de elemento a mais que consiga dar um significado político mais claro, senão o grupo quase reproduz a ideia de um conjunto de países subdesenvolvidos. Apesar de essas iniciativas do Ibas terem um sentido forte na Organização Mundial do Comércio (OMC), ainda não foi possível traduzir a força delas, por exemplo, em um apoio conjunto para assegurar a entrada do Brasil no Conselho de Segurança da ONU. A política e a economia ficam dissociadas. Por essa razão, acho que há a necessidade de um “Ibasa”, para se constituir como um conselho do Sul. Quatro continentes representados por suas maiores potências e, obviamente, nessa relação seria garantido o acesso dos países menores que eventualmente poderiam se sentir incomodados com a participação de um dos membros na posição de liderança.”(MARTIN, Revista Fórum, 2012)

Um sério obstáculo para a implantação, com sucesso, do Meridionalismo seria “a mentalidade colonizada que ainda impera em nossos governantes” (MARTIN, 2012). Sobre esses obstáculos, cabe aqui a citação de um texto bem anterior que, em certa medida, corrobora essa opinião:

“Não cumpriria a Geopolítica, plenamente, o papel que lhe cabe, se, além de intérprete segura da conjuntura mundial e nacional no que esta apresenta de mais fundamental e estável, não fosse também capaz de fecundas e acertadas previsões sobre os dias de amanhã.

Mas os Mahan, os Mackinder e os Spykman serão sempre, na verdade, bem raros... Mais raro ainda é que sejam ouvidos a tempo..." (General Golbery do Couto e Silva, *Geopolítica do Brasil*, p. 107).

Destaco no Meridionalismo, como teoria, esta busca pela emancipação do Sul expressando "um ponto de vista próprio e autônomo dos povos colonizados do Sul" como afirmou o professor Martin. Esta teoria desenvolvida na primeira década deste século no momento de redirecionamento da nossa política externa e de um protagonismo maior e liderança do Brasil no mundo a partir do governo do presidente Luís Inácio Lula da Silva e do chanceler o ministro Celso Amorim, momento este da busca de protagonismo e liderança no cenário mundial. Esta tese ao discutir o olhar para o Sul, buscando no passado indícios de tal protagonismo na política externa, não contraria a proposta do prof. André Martin e coloca assertivamente o Meridionalismo proposto pelo referido geógrafo como teoria geopolítica.

3.2 A Busca pelo Sul na Política Externa Brasileira

Após o entendimento sobre o "Sul", volto ao projeto de identificar no âmbito da política externa brasileira, no período compreendido entre 1960 até o fim da Guerra Fria, os "momentos autonomistas" e, a partir destes, buscar na ESG os indicativos que os temas geopolíticos (regionais, hemisféricos e mundiais) estavam apontados em discussões.

Desde o governo democrático Vargas (1951-1954) até o período populista subsequente, os governos brasileiros "fizeram uma vinculação estratégica da política exterior às necessidades do processo de desenvolvimento econômico, no período denominado de 'política externa para o desenvolvimento'" (VIZENTINI, 2005, p.11). As relações exteriores nesse período voltaram-se prioritariamente para os Estados Unidos "em busca do status de aliado privilegiado, [numa] estratégia de barganha em relação a Washington visando (...) obter apoio ao desenvolvimento industrial brasileiro". (VIZENTINI, *ibidem*)

No quadro da ordem mundial bipolar, a política externa brasileira entre 1951 e 1964 apresentou um contínuo, partindo do nacional-desenvolvimentismo (Getúlio Vargas), passando pelo desenvolvimentismo-

associado (Juscelino Kubitschek) e atingindo sua forma superior com a Política Externa Independente (PEI) (Jânio Quadros-João Goulart).

Nesse contexto, o alinhamento automático aos Estados Unidos é cada vez mais questionado por várias lideranças brasileiras – pois Washington não correspondia às expectativas de benefícios maiores ao Brasil –, que se convencem da necessidade de ampliar os vínculos internacionais do país. Neste momento o eixo Norte-Sul dominava as diretrizes que formulavam a nossa política externa; nas relações internacionais tínhamos um traço de unilateralidade, “configurando-se uma dependência tão forte e exclusiva ao mundo Norte-Atlântico” (VIZENTINI, 1998, p.16).

Este autor observa que o objetivo era ampliar os vínculos internacionais do Brasil e uma atuação no plano mundial, escapando à dependência hemisférica em face aos Estados Unidos e assim, com esta maior autonomia, “ampliar o próprio poder de negociação em relação aos norte-americanos”. Embora esse processo começasse a emergir desde o segundo governo Vargas, foi no período de 1961 a 1964 (governos Jânio Quadros e João Goulart) que a Política Externa Independente entrou “de forma explícita em nossa agenda diplomática” (VIZENTINI, 2005, p.11).

Nas relações exteriores, saíamos da unilateralidade para a multilateralidade:

“Vislumbra-se a primeira oportunidade de horizontalizar (eixo Sul-Sul) ou de diagonalizar (eixo Sul-Leste) nossa política externa, mas isto sem negar totalmente a verticalização (eixo Norte-Sul).” (VIZENTINI, 1998, p.17)

Vide mapa a seguir:

Figura 19: Eixos da Política Externa Brasileira

Fonte: VIZENTINI, Paulo G. Fagundes. *A política externa do regime militar brasileiro: multilateralização, desenvolvimento e a construção de uma potência média (1964-1985)*. Porto Alegre: Ed. Da Universidade/UFRGS, 1998. p. 18.

Assim, a política externa brasileira em momentos de autonomia volta-se para o Sul, como alternativa as relações Norte-Sul. Este dois momentos denominados “autonomistas” da política externa brasileira são identificados como Política Externa Independente – PEI (1961-1964) e Pragmatismo Responsável e Ecumênico – PRE (1974-1979).

Os “momentos autonomistas” da política externa brasileira estão, em certa medida, ligados ao contexto internacional, mas também a condições internas apresentadas no presente artigo. A criação de um ciclo virtuoso de desenvolvimento, democracia, segurança coletiva e integração regional, portanto, “passa por sutilezas internas; e o passado pode auxiliar o que se pretende para além da temporalidade do presente”. (AGUIAR. 2015, p.177)

No seu artigo AGUIAR (p. 79) observa que os líderes à frente do Ministério das Relações Exteriores nestes dois momentos de maior autonomia tinham ligação com a ESG. No período da PEI, a chancelaria foi composta por San Tiago Dantas (1911-1964), Afonso Arinos de Mello Franco (1905-1990) e João A. de Araújo Castro (1919-1975); no período do PRE, por Azeredo da Silveira (1917-1990) e Golbery do Couto e Silva (1911-1987). Todos eles eram esguianos pertencentes a diferentes turmas.

Política Externa Independente – PEI (1961-1964)

A PEI

“pode ser considerada uma resposta da diplomacia brasileira às aceleradas transformações internacionais, em particular o surgimento de novos atores e a modificação do caráter de outros, cujas necessidades e cujos anseios os posicionavam fora da política dos centros dominantes”. (VIZENTINI, 2005, p.27)

Neste período o Brasil passa por uma crise interna e deveria adotar uma política de desenvolvimento entre as duas opções que se delineavam à época: a primeira o nacional-desenvolvimentismo e a segunda o desenvolvimento associado com países industrializados. O presidente Jânio Quadros ao propor

este modelo de desenvolvimento sofreu influência do Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB), criado pelo Decreto nº 37.608, de 14 de julho de 1955, como órgão do Ministério da Educação e Cultura. Cabe destacar a admiração por líderes terceiro-mundistas como Jawaharlal Nehru (Primeiro-ministro da Índia), Josip Broz Tito (Primeiro-ministro da Iugoslávia) e Gamel Abdel Nasser (presidente do Egito).

No cenário internacional alguns países buscavam maior autonomia, como destacado na Conferência de Bandung (1955), no Oriente Médio a chegada ao poder em 1954 do presidente Nasser e a nacionalização do Canal de Suez em 1956 são dois exemplos da busca por maior autonomia dos países juntamente com as reivindicações de descolonização da África e a efetiva independência de uma série deste continente e da Ásia. O presidente Jânio Quadros frente às transformações mundiais na época obedece à necessidade de *aggiornamento* (atualização) da política externa.

No período da PEI (1961-1964), tivemos a seguinte sucessão no cargo de ministro das Relações Exteriores:

- Afonso Arinos de Melo Franco - entre janeiro de 1961 e agosto de 1961;
- Francisco Clementino de San Tiago Dantas - entre setembro de 1961 e julho de 1962;
- Afonso Arinos de Melo Franco - entre julho de 1962 e setembro de 1962;
- Hermes Lima - entre setembro de 1962 e junho de 1963;
- Evandro Lins e Silva - entre junho de 1963 e agosto de 1963;
- João Augusto de Araújo Castro (diplomata) – entre agosto de 1963 e abril de 1964.

A sucessão de ministros reflete o momento conturbado da política brasileira, com a renúncia de Jânio Quadros (agosto de 1961), a instalação do parlamentarismo (setembro de 1961) e o retorno ao presidencialismo (janeiro de 1963). (LEITE, 2011, p.57)

Segundo Moniz Bandeira, Jânio Quadros instrumentalizava a política exterior com o propósito de resolver problemas domésticos.

“A linha de independência por ele defendida correspondia a uma necessidade objetiva do desenvolvimento nacional, da qual já havia alto nível de consciência popular, que, por isso mesmo, repulsava

qualquer forma de subordinação aos interesses dos Estados Unidos. A abertura para o Leste Europeu e a China Popular, aprofundando a tendência dos governos Vargas e Kubitschek, visava a conquista de novos mercados, a fim de aumentar as fontes de divisas e diversificar as linhas de comércio do Brasil.” (MONIZ BANDEIRA, 2011, p. 91)

Ao assumir a presidência, Jânio Quadros, em sua mensagem ao Congresso Nacional (março de 1961), descreve o posicionamento do governo sobre nossa política externa:

“(...) assumir uma posição internacional mais afirmativa e independente, sem desconhecer compromissos assumidos. A posição ideológica do Brasil é ocidental e não variará. O reconhecimento dessa verdade, porém, não exaure o conteúdo de nossa política exterior”.

Nesta mensagem (p. 100-101) ele afirma:

“O governo brasileiro esta disposto à colaboração mais íntima e ao mais perfeito entendimento com as Repúblicas irmãs da América Latina, tanto no que diz respeito aos problemas regionais, quanto às questões de âmbito mundial”

Sobre os problemas regionais e as questões mundiais, em sua mensagem ele aponta os 15 pontos que o Governo se propõe a adotar na política externa:

- Respeito aos compromissos e à posição tradicional do Brasil no mundo livre.
- Ampliação dos contatos com todos os países, inclusive os do mundo socialista.
- Contribuição constante e objetiva à redução das tensões internacionais, quer no plano regional, quer no mundial.
- Expansão do comércio externo brasileiro.
- Apoio decidido ao anticolonialismo.
- Luta contra o subdesenvolvimento econômico.
- Incremento das relações com a Europa, em todos os planos.
- Reconhecimento e atribuição da devida importância aos interesses e aspirações comuns ao Brasil e às nações da África e Ásia.
- Estabelecimento e estreitamento das relações com os Estados africanos.
- Fidelidade ao sistema interamericano.
- Continuidade e intensificação da Operação Pan-Americana.
- Apoio constante ao programa de Associação do Livre Comércio Latino-Americano.
- A mais íntima e completa cooperação com as Repúblicas irmãs da América Latina, em todos os planos.
- Relações de sincera colaboração com os Estados Unidos, em defesa do progresso democrático e social das Américas.

– Apoio decidido e ativo à Organização das Nações Unidas para que ela se constitua na garantia efetiva e incontestável da paz internacional e da justiça econômica.”

O tema da política externa é citado em seis pontos:

- Diretrizes gerais;
- Nações Unidas;
- Países socialistas;
- Europa;
- Mundo Afro-Asiático;
- Política Continental.

Resumidamente, Jânio Quadros propõe uma revisão global da política externa. Regionalizando a ação da política externa brasileira temos quatro áreas (Países socialistas, Europa, Mundo Afro-Asiático e América), definindo os dois novos eixos de atuação: Sul-Sul (mundo Afro-Asiático) e Sul-Leste (países socialistas) e mantendo-se o eixo Norte-Sul. Note-se que nessa regionalização das relações exteriores estão excluídas a Antártica e a Oceania. Seja como for, é importante observar que a PEI vai ser apresentada na fala presidencial trazendo uma compartimentação do mundo, uma divisão regional, tal qual a proposta estudada na ESG anteriormente a 1959.

Figura 20: Áreas de ação da Política Externa Independente

Fonte: MAIA, L.A.B. Material disponível em: QUADROS, Jânio. Mensagem ao Congresso Nacional – 1961.

A PEI teve as seguintes ações:

- Estabelecimento de relações diplomáticas com países do Leste Europeu: Romênia, Hungria, Bulgária e Albânia e abertura de embaixada na Polônia.
- Abertura de embaixadas no continente africano: Gana, Senegal, Costa do Marfim, Nigéria, Etiópia, Mauritânia e Mali.
- Apoio ao ingresso da República Popular da China no Conselho de Segurança da ONU.
- Abertura de embaixadas na Ásia: Irã e Filipinas.
- Participação do Brasil como observador da 1ª Conferência dos Países Não Alinhados em Belgrado (Iugoslávia, atual Sérvia) em setembro de 1961.

Sobre o eixo Sul-Sul, e a projeção sobre ele no cenário mundial, Moniz Bandeira faz a seguinte consideração:

“a inflexão para a África negra, sobretudo a costa ocidental onde os fatores de segurança também recomendavam a presença do Brasil, de modo a obstaculizar ou pelo menos contrabalancear a influência soviética, a avançar então à custa do desgaste das potências colonizadoras e dos Estados Unidos. E não seria defendendo o *big stick* contra Cuba ou a continuidade de Guiné-Bissau, Cabo Verde, Angola e Moçambique que o Brasil robusteceria seu prestígio internacional, particularmente dentro do Terceiro Mundo, e alcançaria aqueles objetivos comerciais e políticos”. (MONIZ BANDEIRA, 2011. p.91)

Assim, o Brasil alça-se a um papel de destaque. Em 1964, está presente na Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento (UNCTAD) e, no Governo Castello Branco, participa da criação do G-77.

Pragmatismo Responsável e Ecumênico – PRE (1974-1979)

O período de 1974 a 1979 é marcado, tal como na época do “equilíbrio pragmático”, de Vargas, por uma ausência de coesão nos dois blocos hegemônicos. À medida que a *détente* (abrandamento das tensões da Guerra Fria) ganha nitidez, o Brasil reorienta novamente sua política externa, voltando-

a para o Sul. Esse período consolida e traz estabilidade a um projeto de governo que pode seguir como projeto de Estado.

No início da década de 70, o cenário internacional foi marcado pela saída do sistema de Bretton Woods (1971). Insustentável, o câmbio fixo do dólar dos EUA deu lugar ao câmbio flutuante no comércio mundial; em 1973, a crise do petróleo golpeou a economia global, elevando o preço do barril de US\$3 para US\$ 12. No Brasil, em 1974, assumiu a presidência da República o general Ernesto Geisel.

VIZENTINI (1993, p. 197) observa que, se o governo Geisel “foi aquele que desenvolveu uma política externa mais ousada, não partiu da estaca zero, nem tampouco constituiu uma ruptura profunda com os governos anteriores”.

Golbery do Couto e Silva foi nomeado ministro-chefe da Casa Civil, tornando-se o assessor mais importante do presidente Geisel. Na primeira reunião ministerial, este anunciou as diretrizes da política externa de seu governo:

“Assim, no campo da política externa, obedecendo a um pragmatismo responsável e conscientes dos deveres da Nação, bem mais adulta, no terreno da solidariedade e cooperação internacionais em prol do progresso da humanidade e da paz mundial, daremos relevo especial ao nosso relacionamento com as nações-irmãs da circunvizinhança de aquém e além-mar. Impulsionaremos a ação diplomática, alerta sempre para a detecção de novas oportunidades e a serviço, em particular, dos interesses de nosso comércio exterior, da garantia do suprimento adequado de matérias-primas e produtos essenciais e do acesso à tecnologia mais atualizada de que não dispomos ainda, fazendo para tanto, com prudência e tato mas com firmeza, as opções e os realinhamentos indispensáveis.” (GEISEL, 1974)

Nomeado chanceler, Antonio F. Azeredo da Silveira apontou a política externa a ser adotada: seria o “pragmatismo responsável e ecumênico”.

A política externa era:

“pragmática, na medida em que buscamos a eficácia e estamos dispostos a procurar, onde quer que nos movam os interesses nacionais brasileiros, as áreas de convergência e as faixas de coincidência com os interesses nacionais de outros povos, (...) porque procura considerar a realidade internacional tal como ela se apresenta, e é responsável porque é ética. O pragmatismo significa esforço para compreender tudo”. (Azeredo da Silveira, apud LEITE, 2011, p.126)

O PRE desenvolvesse num cenário internacional do choque do petróleo que diretamente afetou a economia brasileira e no contexto de relativa perda de poder dos Estados Unidos da América, assim em um momento favorável as mudanças e devido a visão do chanceler Azeredo da Silveira com apoio do presidente Ernesto Geisel temos um novo direcionamento de nossa política externa. Geisel velou pessoalmente para que sua política externa fosse implementada e encarregou-se de neutralizar a oposição a ela, vinda principalmente dos generais da “linha dura”. Entre as forças profundas, com certeza o nacionalismo e a busca de desenvolvimento econômico e a aspiração de Brasil potência. Gerou-se uma nova forma de nacional-desenvolvimentismo, diferente da anterior porque nela havia lugar para um tripé: capital estrangeiro, capital nacional e capital estatal (LIGIÉRO, 2011)

Em março de 1974, num discurso em cadeia de rádio e televisão, Silveira afirmou que o Brasil, “país gigantesco territorialmente”, transformara-se “numa potência emergente, uma potência ecumênica, que não deseja influenciar nem obter vantagens de outros países”.

O ecumenismo implicava que o Brasil buscaria diversificar seus contatos externos, renunciando a qualquer ideia de aliado especial dos EUA e de constrangimentos ideológicos. No quadro interno do projeto do Brasil grande potência, as relações com os EUA foram redefinidas. Em uma série de temas, como negociações comerciais, acesso à tecnologia nuclear, população e meio ambiente, ampliação do mar territorial (200 milhas), direitos humanos, o governo brasileiro iria divergir da posição norte-americana.

Por fim, a ação diplomática brasileira seria responsável. O Governo tratou de explicitar que a ação diplomática brasileira seria moderada, tendente ao desenvolvimento econômico e social do país, sem abandonar inteiramente a preocupação com a segurança, que permanecia um dos princípios basilares do regime.

A orientação das novas iniciativas diplomáticas brasileiras era bem conhecida. Desde 1967, em seu livro *Geopolítica do Brasil*, Golbery apontava a necessidade de intensificar relações com a América Latina e a África Ocidental.

Observa MONIZ BANDEIRA (2011, p. 195):

“O Brasil, na verdade, buscou aproveitar as brechas políticas, a fim de promover sua própria expansão econômica, apresentando-se aos países da África e do Oriente Médio como alternativa de mercado, em substituição à Europa Ocidental e aos Estados Unidos, desgastados por suas políticas coloniais e imperialistas. Este foi importante fator, *inter alia*, para sua penetração nos países árabes, que, conquanto repudiassem o comunismo, estavam em conflito com os Estados Unidos por causa de Israel, e se ressentiam de potências industriais da Europa Ocidental, particularmente Grã-Bretanha e França, das quais foram colônias.”

Segundo VIZENTINI (2003, p.51),

“o primeiro passo da diplomacia foi aproximar-se dos países árabes. O Itamaraty permitiu a instalação de um escritório da Organização para Libertação da Palestina (OLP) em Brasília, apoiou o chamado voto antissionista na ONU – na verdade, uma condenação ao racismo, que incluía o sionismo como uma das formas – e adotou uma intensa política exportadora de produtos primários, industriais e serviços em troca de fornecimento de petróleo. Mais do que isso, o Brasil adotou uma íntima cooperação com potências regionais como Argélia, Líbia, Iraque e Arábia Saudita, sob a forma de *joint-venture*, para prospecção no Oriente Médio por meio da Braspetro e para o desenvolvimento tecnológico industrial-militar (venda de armas brasileiras e projetos comuns no campo de mísseis, por exemplo”.

Esta autonomia nas relações internacionais, “como não poderia deixar de ser, despertou a ferrenha oposição dos Estados Unidos, bem como segmentos conservadores da política brasileira.” (VIZENTINI, p. 53). Geisel precisou mediar constantemente conflitos entre o Conselho de Segurança Nacional (CSN), que se opunha a muitos aspectos desta diplomacia, e o Itamaraty, que a defendia.

A Política Externa do Pragmatismo Responsável e Ecumênico trazia a retomada de uma visão internacionalista, o que se deu pela ampliação das relações no eixo Sul-Sul, a redistribuição do comércio brasileiro para a África, Oriente Médio e América Latina. A Agenda brasileira de relações internacionais neste período também foi marcada pela aproximação do país com o Japão e a Europa Ocidental. VIZENTINI (1998, p. 233) afirma que “as capitais europeias e Tóquio entravam nos planos da diplomacia brasileira na medida em que representavam uma alternativa a Washington. O episódio da assinatura do Acordo Nuclear em 1975 muito bem ilustra esta estratégia”.

No espaço esguiano, os empresários conviviam com homens de Estado. TAMBS (1980, pág. 8) tece o seguinte comentário a respeito da ESG: “Guiadas pelos intelectuais militares da Sorbonne e trabalhando intimamente ligadas aos

tecnocratas civis e aos diplomatas que haviam cursado a Escola Superior de Guerra, as Forças Armadas impulsionaram o Brasil na direção de status de superpotência”.

São dessa época, início da década de 70, as seguintes ações: extração de petróleo em águas profundas pela Petrobras; Pró-Álcool, Polos Petroquímicos; Ferrovia do Aço; Cobra Computadores; Hidrelétricas (Tucuruí, Balbina, Sobradinho). Ou seja, a ação em infraestrutura do governo tentava responder à altura os desafios estruturais ao desenvolvimento do país, esmagado pelas crises internacionais, mormente a do petróleo.

Em 1977, o Brasil rompe o Acordo Militar estabelecido com os EUA em 1952. O país assina, em 1978, o Tratado de Cooperação Amazônica, visando ao desenvolvimento regional, com: Bolívia, Equador, Colômbia, Guiana, Peru, Suriname.

Nesta tese buscamos identificar, a partir das relações bilaterais, os países do Sul dos quais a política externa brasileira no período do PRE se aproximou, abriu ou ampliou a cooperação dentro do eixo Sul-Sul (vide mapa dos eixos da política externa), Eles estão localizados na África, Ásia e América Latina. Mas também cabe destacar, nesse período da *détente*, a (re)aproximação do Brasil com o Leste Europeu e o Oriente Médio.

Sobre o direcionamento da política externa para o Oriente Médio, observa BARBOSA (1994, p. 247): “A partir do governo Médici, a motivação econômica de busca de novas áreas de investimento, somou-se à crise energética como estímulo para maiores contatos com o mundo árabe, propiciando um acercamento mais sistemático.”

Desse modo, o Oriente Médio, “além de área promissora para investimentos, encaixa-se nos projetos de cooperação Sul-Sul que o Brasil ambicionava, Assim, como em relação à África, foi o governo Médici que deu os primeiros passos de aproximação do Oriente Médio” (VIZENTINI, 1998, p. 245).

A regionalização das relações exteriores no âmbito do PRE reforçou os laços entre os Estados latino-americanos, intensificou a presença brasileira em toda a África, penetrou no Oriente Médio (Catar, Bahrein, Emirados Árabes Unidos, Omã, Arábia Saudita, Kwait, Irã e Iraque) e começou a desbravar o enorme potencial da República Popular da China.

Vide o mapa a seguir:

Figura 21: Áreas de ação da Política Externa do Pragmatismo Responsável e Ecumênico

Fonte: MAIA, L.A.B. a partir de LEITE, P.S. *O Brasil e a operação Sul-Sul em três momentos: os governos Jânio Quadros/João Goulart, Ernesto Geisel e Luiz Inácio Lula da Silva*. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2011.

Esta orientação da diplomacia brasileira fundamentava-se na ênfase no desenvolvimento econômico e social do País e na afirmação de sua autonomia nas decisões internacionais, rumo à conversão em uma economia industrializada. É que, no período Geisel, para os formuladores e executores da política externa, o Brasil era tido como país que se distanciava do conjunto do Terceiro Mundo por ter atingido maior grau de desenvolvimento econômico, “mas que ainda tinha um longo caminho a percorrer para alcançar o estágio dos países centrais”. (LEITE, 2011, p.161)

3.3 Geopolítica e Relações Exteriores

Como exposto no capítulo II desta tese, a geógrafa Therezinha de Castro foi uma ferrenha defensora da causa antártica. Assim, seu texto de 1956 publicado com o Professor Delgado de Carvalho, “A questão da Antártica”, oferece argumentos para a reivindicação do Brasil numa eventual Partilha da Antártica.

Os dois autores apontam três razões para o Brasil iniciar negociações o quanto antes:

- “1º. O estreito de Drake ocupa posição estratégica importante, pois, uma vez fechado o estreito de Magalhães, só por lá poderão passar os navios porta-aviões que o canal do Panamá não comporta.
- 2º. Na idade dos transportes supersônicos e dos bombardeiros dirigidos, é de capital interesse possuir bases de controle dos ares em terra firme, e uma língua de terra da Antártica faz parte também da possível localização de tais bases.
- 3º. Se no futuro, embora remoto, houver meios científicos de controlar os climas, é evidente que no polo Sul, onde se formam as massas de ar que se deslocam destas áreas de baixa pressão (ciclônicas) regulando o trajeto das depressões do hemisfério sul, a Antártica será útil.” (CARVALHO; CASTRO, 1956, p.205)

Segundo Carvalho e Castro, o “Brasil deverá estar diplomaticamente preparado a reivindicar, na Antártica, a fatia do bolo polar que lhe cabe por defrontação” no próximo Congresso Geofísico, em 1957-1958. Caberia aos diplomatas a discussão em torno desse direito ao território antártico. Vale a pena se aprofundar no direito de defrontação, “que, ao que parece, é também alegado pela Austrália, Nova Zelândia e África do Sul”; um bom meio pra isso

seria reunir, numa Conferência Antártica, a Argentina. Brasil e Chile, cujos territórios se projetam no continente gelado.

Publicado tanto no *Boletim Geográfico* (IBGE), como na *Revista do Clube Militar* (RJ), o texto de Carvalho e Castro suscitou nos anos seguintes discussões e estudos na sociedade e também dentro da ESG, mas sem entrar na pauta da política exterior brasileira. A situação mudou no Governo Geisel, a ponto de provocar o seguinte comentário do general Meira Mattos:

“Ultimamente, a Professora Therezinha de Castro acaba de rejubilar-se com a vitória de suas ideias. O governo do Brasil, afinal, decidiu assinar o Tratado que lhe dará direito de participação nas atividades científicas na Antártida.” (MEIRA MATTOS, 1975, p.66)

A verdade é que desde 1973, com a crise do petróleo e a necessidade de buscar recursos energéticos para suprir a demanda e a dependência do Oriente Médio, o tema da Antártica retornou nos meios geopolíticos. Além dos argumentos apresentados desde a década de 50, havia a preocupação que após a revisão do Tratado da Antártica, que ocorreria em 1991, o Brasil perdesse a oportunidade de prospecção mineral naquela vasta área.

Outro motivo apontado por TAMBS (1980):

“Suspeitando que o Tratado da Antartida fosse outro esforço da URSS e EUA para monopolizar o globo, os brasileiros interessam-se pela Tese da Defrontação ou Tese dos Setores, de Therezinha de Castro, que daria ao Brasil uma pretensão a uma área territorial sobre a Antártica. A Antártica não apenas controla a rota para o Oceano Índico e para o Oriente Médio, controla uma das vias marítimas chave para o Pacífico.”

O Termo de Adesão do Brasil ao Tratado Antártico foi assinado por Geisel em maio de 1975. Tal assinatura é emblemática: quando ocorre a Adesão, o pensamento geopolítico brasileiro já havia ampliado sua área de visão para além do território nacional; o início da caminhada para uma presença na Antártica estava coerente com essa mudança dos principais autores geopolíticos. Nosso olhar para o “Sul” agora se efetiva, até mesmo da perspectiva de quem segue uma rosa-dos-ventos.

Figura 22: Projeção para o Sul

Fonte: MAIA, L.A.B. a partir de CARVALHO, D.; CASTRO, T. A questão da Antártica. *Boletim Geográfico*, Rio de Janeiro, IBGE, v. 14, n. 135, p. 502-506, nov./dez. 1956.

Já destacado no Capítulo II desta tese, o continente africano, que recebeu grande destaque nos dois períodos de maior autonomia da política externa brasileira, também foi tema de trabalhos e apontamentos sobre sua importância geopolítica.

Na PEI coube a Afonso Arinos, chanceler do governo Jânio Quadros, a incumbência de explicitar o apoio à luta anticolonial na África e buscar ao mesmo tempo um novo enquadramento à projeção internacional do Brasil. A África constituiria, assim, um espaço potencial à expansão da influência econômica, como destino para as exportações, e da percepção brasileira de servir como elo cultural entre os países recém-independentes e os do mundo ocidental (VISENTINI, 2016).

É importante perceber que nos dois momentos de maior autonomia na política externa (PEI e PRE), na política interna temos projetos de cunho nacionalista, que exigiam mudanças na inserção internacional do Brasil. A política de aproximação com a África não decorre simplesmente de aspectos econômicos ou comerciais, mas obedece a uma visão estratégica de inserção do Brasil no sistema interestatal capitalista. A África aparece e reaparece nos momentos em que o Brasil busca no Sul alternativas ou formas de reverter o processo de subdesenvolvimento econômico, considerando que tanto o conjunto regional da América Latina como o da África estavam relativamente marginalizados do comércio internacional controlado pelas grandes potências (PENHA, 2009).

No olhar geopolítico do Brasil para a África também cabem algumas ponderações que ajudam a entender nossa projeção no eixo Sul-Sul. PENHA (2011, p.160) cita o livro *África: Geografia Social, Econômica e Política*, do geógrafo Carlos Delgado de Carvalho, “que realçava a importância da política africana como forma de o país angariar mais prestígio no sistema internacional do Atlântico Sul”. “Publicado pelo IBGE em 1963, a obra tentou difundir as identidades geográficas e históricas entre o continente africano e o Brasil.

PENHA afirma que “o despertar da África”, na visão de Carvalho,

“tinha por referência os esforços empreendidos pelos líderes africanos, no sentido de reverterem a situação de dependência estrutural resultante do colonialismo e de afirmarem sua soberania e autonomia nos fóruns internacionais, onde passaram a ser numericamente importantes”.

Ainda segundo PENHA, Carvalho insistia nas diretrizes independentes da política externa brasileira que, segundo ele, não deveria ser condicionada por orientações ideológicas e nem sentimentais – numa clara alusão à insistência de Portugal em manter suas colônias na África (Angola, Moçambique, Cabo Verde e Guiné-Bissau) –, mas vislumbrava possibilidades de cooperação com os países do continente. Em particular, a entrada de países africanos nos organismos da ONU poderia contribuir para alterar o equilíbrio do poder mundial, até então concentrado nas duas superpotências. Dentro desse processo, caberia ao Brasil um papel preponderante como potência intermediária que,

“[...] resulta apenas do fato (hoje patente para a opinião pública da comunidade das nações do mundo) de nosso país estar saindo de sua reservada e discreta situação de potência secundária, para entrar deliberadamente no Conselho das Nações [...]. A África é exatamente o campo vasto, vastíssimo, que se abre subitamente [...] Por isso não podemos condicionar as nossas atividades a ideologias políticas e normas alheias”. (CARVALHO, 1963, p. 214)

No contexto geopolítico da PEI a África está sob o olhar atento do Brasil, nossos geopolíticos trazem contribuições e análises sobre o papel desse continente no sistema mundo. Golbery do Couto e Silva, Carlos de Meira Mattos e Therezinha de Castro também expressaram suas análises sobre a projeção do Brasil neste continente. Ponderações foram consideradas e entraram na pauta da política externa dos governos pós-1964, alcançando maior êxito com a crescente autonomia do Brasil em sua política externa com o PRE.

Segue-se uma correlação entre as propostas geopolíticas com a regionalização do continente africano resultante da PEI e PRE. Mesmo no intervalo 1964-1973, no qual nossa política externa foi “menos autônoma” ou “menos expansiva”, podemos verificar que a orientação geopolítica foi estudada e em alguns momentos efetivada pela chancelaria brasileira na política exterior.

O general Golbery, no livro *Conjuntura Política Nacional: O Poder Executivo & Geopolítica do Brasil* (1983), preocupa-se com o processo de descolonização africano, que, se descuidado, ofereceria um campo favorável à penetração do comunismo propagado pelo eixo Moscou-Pequim. Para o autor,

o Brasil deveria estar vigilante sobre o que se passava na África, cuja preservação contra o “imperialismo agressivo” (p. 93) das forças comunistas se fazia necessário. Como vimos no capítulo anterior sobre o conflito Leste-Oeste da Guerra Fria, ele sugere a existência de círculos concêntricos, num esforço de colocar o Brasil como centro do mundo. Aponta as áreas mais sensíveis ao avanço do comunismo e, a partir daí, prognostica as linhas de estratégia de defesa. No hemisfério interior, estariam a América do Sul, África e Antártica; não haveria ameaças diretas à América do Sul e ao Brasil, senão as forças internas insurgentes.

Ao enumerar os países africanos com os quais o Brasil, por meio de sua política externa autônoma, ampliou os vínculos diplomáticos, tanto no período da PEI quanto do PRE.

Figura 23: Projeção geopolítica do Brasil na PEI e no PRE

A América do Sul e os Hemisférios (Interior e Exterior)

Fonte: MAIA, L.A.B. a partir da Figura 7, Esquema 16.

A África, segundo Golbery, seria um segundo ponto de resistência, porém com um grau de resistência menor devido aos amplos ressentimentos históricos produzidos pelos anos de subordinação às potências europeias. A presença norte-americana seria fundamental para ocupar o vazio estratégico deixado pela Europa.

O hemisfério interior – áreas articuladas pelo Atlântico Sul - deveria ser objeto de um exercício permanente de “contenção”, sobretudo na África, área mais vulnerável do hemisfério, onde o controle de espaços estratégicos possibilitaria comunicações vitais do Atlântico centro-meridional. Ao Brasil caberia

“cooperar na imunização também dos jovens países africanos à infecção fatal do comunismo, estar vigilante e atento a qualquer propensão soviética na direção dessa África Atlântica, onde se situa a fronteira avançada e decisiva da própria segurança nacional” (COUTO E SILVA, 1983, p. 137).

PENHA (2009) sustenta que o “Continente Negro”, na concepção de Golbery, seria a continuação da própria fronteira brasileira (a “fronteira oriental”) e, como ponto mais vulnerável da “área interior”, deveria merecer maior atenção política por parte do governo brasileiro, em termos de segurança mútua.

Pode-se dizer que Golbery teve a oportunidade de ver suas propostas geopolíticas debatidas e concretizadas em diferentes perspectivas com a PEI e o PRE. No período da PEI, mesmo seu olhar mais voltado para a questão da segurança interna e a contenção do avanço do comunismo, a projeção do Brasil para o Sul era apontada. Na PRE suas propostas estavam alinhadas a projeção do Brasil potência e o nacionalismo o aproximava do chanceler Azeredo da Silveira, ambos tinham estreito laço com o presidente Ernesto Geisel.

Durante o governo do Presidente Castello Branco (1964-1967), a PEI foi gradualmente substituída por um realinhamento com os Estados Unidos, porém mantendo-se ainda o pressuposto de não intervenção e autodeterminação dos povos. O Governo retomou a visão dos círculos concêntricos de poder e defesa, que teve na ESG sua formulação teórica, sendo o general Golbery o principal expoente desta formulação. Nesses círculos, a primeira zona de prioridade estaria nos países circunvizinhos da América do Sul; o segundo arco ligava-se à política hemisférica americana, daí as relações com os EUA serem

determinantes para a tomada de posições. No terceiro e mais amplo círculo, estava o Atlântico Sul e a costa ocidental da África. Nesse quesito, para além da parceria com os EUA no âmbito da segurança internacional, o governo brasileiro retomou os contatos com o governo português e reiterou, em troca de acordos comerciais e acesso aos portos coloniais, o apoio à política portuguesa na África.

O general Golbery define três espaços de atuação brasileira, chamando-os de “império brasileiro”, “moldura continental” e “mundo além-mar”.

O “império brasileiro” corresponde à linha de ação do Brasil com seus vizinhos sul-americanos; por sua vez, a “moldura continental” expande a ação brasileira ao continente americano, coincidindo com o segundo círculo concêntrico. A terceira área coincide com o círculo concêntrico do mundo além do continente, ou “além-mar”, (COUTO E SILVA, 1983, p.108).

No governo Castello Branco, os teóricos da ESG afirmavam que o Brasil deveria pautar sua política externa no chamado binômio da segurança e do desenvolvimento (FREITAS, 2004, p.34). As questões relativas à segurança ficariam limitadas ao entorno continental brasileiro. Assim, o objetivo era impedir a subversão comunista na América Latina. Ao mesmo tempo, o Brasil procurava se colocar como parceiro dos EUA nas questões hemisféricas, atuando como um defensor dos valores ocidentais.

Este realinhamento com os Estados Unidos tem um retorno mais contundente no governo do general Emílio Garrastazu Médici (1969-1974). Segundo Tambs, os EUA

“responderam favoravelmente ao modelo brasileiro. Empréstimos, auxílios, investimentos e tecnologia não faltaram à América portuguesa. Reconhecendo a parceria Brasil-Estados Unidos, o presidente Richard Nixon proclamou, durante a visita oficial do presidente Garrastazu Médici a Washington, em dezembro de 1971, que o Brasil era o líder natural da América Latina”. (TAMBS, 1980, p.7)

Vimos que a política externa respondeu as perspectivas geopolíticas cunhadas e moldadas por seus teóricos na ESG. Esta regionalização do espaço mundial para formulação e atuação da diplomacia brasileira serviu como base geográfica para direcionar a política exterior tanto na PEI como no PRE, e também em governos com realinhamento sob a influência dos EUA. Observamos ainda que a formulação da política externa partiu de teóricos em altos cargos administrativos no governo federal, em carreira diplomática ou

mesmo ocupando cargos no 1º escalão (ministros, chancelaria) e que muitos foram estagiários da ESG. Atribui-se a esta formação intelectual recebida nos cursos o desenvolvimento de uma elite intelectual nacionalista.

Subsistem, porém, algumas questões. De que modo os cursos da ESG apresentaram em sua estrutura curricular a divisão geográfica do mundo para estudos? Ao propor os temas de estudos geopolíticos, qual a regionalização adotada? Esses temas ou propostas de regionalização antecipavam a política exterior nos momentos de maior autonomia da política externa? A hipótese, a ser confirmada no próximo capítulo, é que os temas propostos na ESG dentro de uma regionalização no período anteciparam visões e leituras geopolíticas da inserção ou projeção maior do Brasil no Sul.

Capítulo 4 – A ESG e a Política Externa Brasileira

Este capítulo apresenta o CSG, sua estrutura curricular, métodos de ensino, programas e fichas didáticas. A consulta a esses programas e às fichas didáticas foram a base do levantamento de dados para apontar os países ou regiões abordados em seus temas de estudos. A ESG possuía uma estrutura curricular muito particular por não estar organizada em disciplinas, e sim em temas. Esses temas, que abordam estudos geográficos ou geopolíticos, foram selecionados para que pudessem depois ser comparados às áreas (regiões) ou países para os quais se voltaram a PEI e o PRE, assim direcionando a política externa brasileira para o Sul.

A política externa brasileira respondeu às perspectivas geopolíticas cunhadas e moldadas por seus teóricos na ESG numa perspectiva regional do espaço mundial. Foi orientada tanto no período da PEI quanto no do PRE para o eixo Sul-Sul – e esse direcionamento se manteve, pelo menos em parte, em momentos de menor “autonomia” ou de realinhamento com os EUA, numa retomada do eixo Norte-Sul. Vimos que a formulação da política externa partiu de teóricos que ocupavam altos cargos administrativos no governo federal, em carreira diplomática ou mesmo no 1º escalão (ministros, chancelaria). Dentre eles, muitos foram estagiários da ESG, e atribui-se à formação intelectual recebida na ESG um papel importante na constituição de uma elite intelectual nacionalista, responsável pela formulação e execução da PEI e do PRE.

Assim, uma primeira pergunta era: como os cursos da ESG apresentaram em sua estrutura curricular a divisão geográfica ou regionalização do mundo que orientava seus programas os temas para estudos? Daí a hipótese de que essa regionalização estava em consonância com os estudos e propostas formulados na ESG. A partir do levantamento bibliográfico, constatou-se que muitos temas já explicitavam em seu título um país ou região. A tese é a de que os temas propostos na ESG dentro de uma regionalização estariam em consonância ou mesmo ajudaram na prospecção de cenários futuros para uma inserção ou projeção maior do Brasil no Sul.

Na pesquisa realizada na Biblioteca da ESG, a opção foi fazer levantamento bibliográfico em fontes primárias, tendo como ano inicial 1960, uma vez que todo o planejamento e estrutura para esse ano foi elaborado e

aprovado em 1959. A opção por 1960 também se deu por ser o ano imediatamente anterior ao início do mandato do Presidente Jânio Quadros, em cujo curto governo ocorreu a guinada rumo à PEI.

O levantamento das fontes primárias dos currículos e temas cobre o período entre 1960 a 1980. A escolha pelo término do levantamento em 1980 visou basicamente buscar compreender se na transição entre o governo do presidente Geisel para o presidente João Figueiredo – o último general-presidente, cujo mandato assina o declínio e o fim do regime militar no Brasil – houve mudanças significativas no currículo ou nas propostas de temas.

Esses temas, de acordo com o planejamento da ESG, eram abordados em palestras, debates, simpósios, trabalhos de grupo, trabalhos de turma, entre outros métodos. Daí a importância do programa do curso e da ficha didática (que hoje chamaríamos de plano curso). A ficha constitui o detalhamento de cada tema tratado no programa do curso: nela constam título, cursos a que se destina, participantes, divisão responsável pela execução, alcance (objetivos) e metodologia.

São apresentadas a seguir a estrutura dos cursos e algumas características para situar as fichas didáticas e os programas dos cursos como fonte principal de pesquisa.

4.1 A Organização dos Cursos na ESG

Desde o início de suas atividades a ESG criou dois cursos, o primeiro denominado Curso Superior de Guerra (CSG) e o segundo Curso de Estado Maior e Comando das Forças Armadas (CEMCFA). O CSG era destinado a civis e militares, enquanto que o CEMCFA reunia apenas militares das três Forças Armadas (Marinha, Exército e Aeronáutica)

A partir da estrutura organizacional da Escola, estes cursos estão subordinados dentro de um organograma. Adiante descreveremos a estrutura, organização didática e metodológica dos cursos. Note-se que, em tal descrição, os programas e temas atendem ao currículo do CSG, uma vez que são também oferecidos ao CEMCFA

Os documentos listados abaixo foram acessados na Biblioteca da ESG, sendo responsável pela publicação o Departamento de Estudos (DE):

- Currículos dos Cursos – D1
 - Plano Geral de Estudos para o ano letivo – D2 (inclui os programas a partir de 1973).
 - Estágio de Orientação ao Corpo Docente – D2
 - Fichas Didáticas – D2
 - Método de trabalho didático – D3
 - Programas – editados separadamente até 1972,
- Note-se que as designações D1, D2 e D3 são introduzidas pelo próprio DE da ESG.

Para o levantamento de temas, países ou abordagens que envolvem esta pesquisa, optou-se pelo levantamento junto aos seguintes materiais:

- Currículo dos Cursos – foco no CSG, no programa do curso e nas fichas didáticas. Mais adiante será explicitado cada um dos materiais.
- Fichas Didáticas – observa-se que muitas fichas atendem aos dois cursos: CSG e CEMFA.
- Programas do 2º Período – até 1972 estes documentos eram impressos separadamente, continham somente o programa do 2º Período do curso (Conjuntural) e detalhavam, em cada ciclo, os temas.

Para melhor compreensão, vide o documento Estado-Maior das Forças Armadas – Escola Superior de Guerra – Departamento de Estudos – **Programa do 2º Período** – Curso Superior de Guerra – 1966, doravante referido como **Anexo 1**. Neste Anexo, temos os temas do Ciclo IV – Conjuntura Internacional.

Organização

De acordo com as suas finalidades, a Escola Superior de Guerra, para realizar o papel de Centro Permanente de Estudos e Pesquisas e de Ensino, está estruturada pelos seguintes órgãos:

- Comando
- Junta Consultiva
- Direção de Ensino

O Departamento de Estudos (DE), subordinado à Diretoria de Ensino, está dividido em quatro Divisões de Estudo (DivE). Tais divisões têm a seu cargo o estudo especializado e as pesquisas relacionadas às questões de Segurança Nacional correspondentes aos campos político, psicossocial, econômico e militar.

A Divisão de Assuntos Doutrinários e de Coordenação (DADC) tinha entre suas atribuições essenciais:

- Assuntos teóricos e doutrinários em geral.
- Coordenação das atividades escolares.
- Evolução geral da conjuntura.
- Manutenção de um registro de Assuntos teóricos e Doutrinários e de um Arquivo Complementar.

Esta divisão respondia pelo planejamento, execução e coordenação das atividades escolares.

O Organograma da Escola é doravante referido como **Anexo 2**.

Cursos

Como já mencionado, os cursos oferecidos são o CSG e o CEMCFA, este último destinado apenas a militares das três Armas. Nesta tese, optou-se pelo primeiro, o Curso Superior de Guerra.

O **Anexo 3** refere o documento Estado-Maior das Forças Armadas – Escola Superior de Guerra – Departamento de Estudos – **A Escola Superior de Guerra (ESG): sua organização e atividades** – Armando V. P. Vasconcelos – General de Divisão – 1960. Conforme esse documento, o CSG tem por finalidade promover os estudos e as pesquisas sobre os problemas da Segurança Nacional (SN) dentro de um conceito moderno e que abranja todos os fatores de interesse vital para a nação, visando especialmente:

- o estabelecimento e ensaio das bases para formulação de uma doutrina nacional de Segurança, com suas derivadas – de guerra, de mobilização e de informações;

- a formulação de uma política de Segurança Nacional (SN);
- a elaboração e sistematização de uma técnica de planejamento para a SN, nos altos escalões governamentais.

Currículo dos Cursos – D1

O currículo do Curso Superior de Guerra (CSG) traz as informações sobre o ambiente de aprendizagem esperado, sua organização, suas práticas pedagógicas e métodos para atingir seus objetivos. Como já verificamos, sua estrutura curricular não era organizada em disciplinas e sim em temas. Segundo ADERALDO, apud SEPULVEDA, “A ESG entendia, então, o currículo como um conjunto de temas agrupados em unidades didáticas definidas por limites teóricos e pelo contexto dentro do qual os assuntos eram inseridos” (ADERALDO, 1978).

Finalidade do curso

O CSG destina-se a:

- a- Habilitar civis e militares para o exercício de funções de direção e assessoria, especialmente dos órgão responsáveis pela formulação e planejamento da Política Nacional de Desenvolvimento e Segurança (1974).
- b- Cooperar no aprimoramento de uma metodologia de formulação e planejamento da Política Nacional de Desenvolvimento e Segurança.

Regime do curso

Era realizado em 40 semanas, cada semana de 5 dias com 6 horas de trabalho diário.

Desenvolvimento do curso

Era desenvolvido em três períodos:

- 1º Período (Doutrinário);
- 2º Período (Conjuntural);

- 3º Período (de Aplicação).

O 1º Período – Doutrinário – tinha duração de 11 semanas. Visava proporcionar ao estagiário o conhecimento:

- da orientação escolar;
- da Doutrina de Desenvolvimento e Segurança Nacional, Informações e Mobilização;
- da metodologia ensaiada pela ESG para a formulação e planejamento da Política Nacional.

Esse período era estruturado para fornecer a base conceitual necessária à análise e compreensão dos problemas a serem tratados no próximo período.

No 2º Período – Conjuntural – é onde os temas de interesse à pesquisa estão postos no currículo escolar. Nos documentos deste período (programas de estudos e fichas didáticas) são as fontes primárias consultadas e organizadas, para posterior análise e citação nesta tese.

O 2º Período, com duração de 23 semanas, tinha por finalidade habilitar o estagiário a:

- compreender os ONP (Objetivos Nacionais Permanentes) e sua obtenção ou manutenção em termos de medidas de Desenvolvimento e Segurança;
- proceder à análise da conjuntura interna e externa;
- estabelecer as medidas de Desenvolvimento e Segurança, consideradas necessidades básicas e que devem ser aplicadas no âmbito interno e externo para a obtenção ou manutenção da ONP;
- determinar e avaliar os óbices decorrentes da conjuntura interna e externa que dificultam ou possam dificultar a obtenção ou manutenção da ONP;
- avaliar a capacidade do Poder Nacional (atual e no futuro previsível) de realizar as medidas de Desenvolvimento e Segurança, consideradas necessidades básicas para a obtenção ou manutenção dos ONP.

Os programas e as referidas fichas didáticas ajudam no desenvolvimento dos temas propostos para cumprir os objetivos do curso e proporcionar a habilitação dos formados segundo a descrição acima.

O 2º Período do CSG comporta o estudo sintético e objetivo da Conjuntura, para compreensão e reconhecimento da realidade brasileira, nos âmbitos externo e interno, segundo seus aspectos políticos, econômicos, psicossociais e militares, tendo em vista a aplicação efetiva nos trabalhos que se realizarão no 3º Período.

O 3º Período – Aplicação – tinha duração de 6 semanas. Sua finalidade era habilitar o estagiário a projetar modelos brasileiros viáveis para o desenvolvimento e a Segurança Nacional, ensaiando segundo a metodologia estudada:

- a formulação de uma Política Nacional de Desenvolvimento;
- a execução do respectivo planejamento, incluindo, também, o de informações e Mobilização Nacionais.

Este último período era destinado à formulação de planos, estratégias e políticas a serem aplicadas na sociedade.

PLANO GERAL DE ESTUDOS – D2

Este documento tinha a finalidade de orientar as atividades do ano letivo relativas aos diferentes cursos na ESG. A esse respeito, é esclarecedor o documento Estado-Maior das Forças Armadas – Escola Superior de Guerra – Departamento de Estudos – **Plano Geral de Estudos para o Ano Letivo de 1974**, doravante referido como **Anexo 4**.

Segundo o índice, este documento é dividido em:

- 1- Finalidade
- 2- Referências
- 3- Objetivos Gerais dos Cursos
- 4- Orientação Básica
- 5- Execução do Ensino
- 6- Estágio de Orientação do Campo Permanente (CP) – de funcionários da Instituição

7- Prescrições Diversas

Integrando o **Anexo 4** estavam também:

- Calendário para 1974
- Esquema de repartição de Tempo
- Programa de Estudos
- Desenvolvimento cronológico do Ano Letivo
- Fichas Didáticas
- Estágio de Orientação do CP

Note-se que as Fichas Didáticas e o Estágio de Orientação do CP estavam publicados separadamente.

O **Anexo 4** traz ainda os objetivos gerais do cursos e os específicos do CSG.

Objetivos Gerais dos Cursos

Além dos cursos CSG e CEMCFA, havia a atualização e extensão dos conhecimentos dos diplomados pela Escola por meio do Curso de Atualização e de dois Ciclos de Extensão. Era também prestado apoio à Associação de Diplomados da Escola Superior de Guerra (ADESG), a fim de orientar as atividades ligadas à divulgação dos ensinamentos preconizados pela Escola.

Objetivos Específicos

O Curso Superior de Guerra objetivava especificamente:

- 1) O estudo dos conceitos básicos de Doutrina de Desenvolvimento e de Segurança Nacionais.
- 2) A análise das conjunturas interna e externa, a fim de determinar as necessidades básicas nacionais, os óbices que elas se opõem e a capacidade do Poder Nacional para obtenção ou manutenção dos Objetivos Nacionais Permanentes (ONP).
- 3) O estudo sobre Informações Nacionais, visando à sua utilização na formulação e no planejamento da Política Nacional de Desenvolvimento e de Segurança.

4) O estudo sobre a Mobilização Nacional, ensaiando a formulação de uma doutrina que vise aos quatro campos do Poder Nacional e a uma estrutura organizacional para a mesma.

5) O estudo e aperfeiçoamento de um método para a formulação, planejamento e execução da Política Nacional de Desenvolvimento e de Segurança.

6) A elaboração, como aplicação dos estudos, de um ensaio de formulação da Política Nacional de Desenvolvimento e de Segurança e seu respectivo planejamento no nível do CSN, EMFA, SNI, MINIPLAN e Ministério da Justiça.

Em termos de execução, o ensino era dividido nos seguintes assuntos:

- A- Divisão do Ano Letivo
- B- Objetivos do Período
- C- Programa de Estudos – Encontra-se no interior do Plano Geral de Estudos e corresponde aos cursos que funcionarão na Escola
- D- Fichas didáticas

Cada atividade escolar, prevista no Programa de Estudos, é objeto de uma Ficha Didática destinada a fornecer a Divisão responsável pelo trabalho e a orientação didática necessária ao planejamento e condução correta da atividade.

- E - Desenvolvimento Cronológico do Ano Letivo
- F - Curso de atualização e ciclos de Extensão
- G - Regime de trabalho
- H - Dias Feriados
- I - Dias festivos
- J - Método de trabalho didático

O desenvolvimento geral de cada atividade letiva e do Plano Geral de Estudos em seu conjunto obedece, tanto quanto possível, aos seguintes ciclos didáticos: Preparação – Apresentação – Aplicação – Verificação – Revisão e Crítica.

Um exemplo do planejamento está no chamado “Trabalho de Pesquisa”. As atividades de pesquisa que ocorriam ao longo do ano letivo eram reguladas por um Plano Especial. Este plano continha os temas a serem pesquisados, os respectivos executantes e as condições de execução. Ao final, o trabalho poderia finalizado sob a forma de monografia.

Estes temas deveriam incidir sobre os aspectos da doutrina e método para o Estabelecimento da Política Nacional, preconizados pela ESG.

Programa

Até 1972, o Programa era um documento publicado à parte, especificado como Programa do 2º Período. Era dividido em ciclos, e estes apresentavam os temas a serem estudados. Por exemplo, em 1966, o ciclo que atendeu à pesquisa para esta tese foi o Ciclo IV – Conjuntura Internacional (Vide **Anexo 1**).

A partir de 1973, o programa foi incorporado à edição do Plano Geral de Estudos (Vide **Anexo 4**).

No **Anexo 5**, a reprodução de uma página de um programa do ano de 1974, para melhor compreensão da estrutura didática. Vide abaixo:

Figura 24: programa de 1974

(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)	(7)	(8)	(9)
IV - ANÁLISE DAS CONJUNTURAS EXTERNA E INTERNA	10. Análise da Conjuntura Externa	15. Análise da Conjuntura Externa	T101	Política Externa do Brasil	C-DB	1	DAP	MRE
			T102	A ONU e os Interesses do Brasil	C-DB	1	DAP	
			T103	A OEA e os Interesses do Brasil	C-DB	1	DAP	
			T104	O Brasil e o Sistema de Segurança Continental	C-DB	1	DAM	
			T105	O Brasil e o Bloco Soviético	C-DB	1	DAP	
			T106	O Brasil e o Extremo Oriente	C-DB	1	DAP	
			T107	A África Subsaariana	C-DB	1	DAP	
			T108	Conjuntura dos Países da Bacia Amazônica	C-DB	1	DAP	
			T109	Conjuntura do Chile e dos Países da Bacia do Prata	C-DB	1	DAP	
			T110	A América Central e as Antilhas	C-DB	1	DAP	
			T111	O Brasil e o Oriente Médio	C-DB	1	DAP	
	11. Análise da Conjuntura Interna	16. Expressão Política do Poder Nacional	VG1	Viagem ao Exterior	VG	30	DEXDE	VF2
			VG1	Análise da Conjuntura Externa	TG	12	DAP	
			T120	Conjuntura Política Nacional - O Poder Executivo	C-DB	1	DAP	
			T121	Conjuntura Política Nacional - O Poder Legislativo	C-DB	1	DAP	
			T122	Conjuntura Política Nacional - O Poder Judiciário	C-DB	1	DAP	
			T123	O Poder de Polícia, o Desenvolvimento e a Segurança Nacional	C-DB	1	DAP	
			T124	Os Partidos Políticos Brasileiros	C-DB	1	DAP	

- 1- Fase
- 2- Matéria
- 3- Unidade Didática
- 4- Indicativo
- 5- Título

Os itens 4 e 5 compõem o tema, chamado de Trabalho

- 6- Processo Didático
- 7- Participantes
- 8- Módulo
- 9- Divisão Responsável
- 10- Observação

Vamos utilizar o exemplo T106 – O Brasil e o Extremo Oriente.

Este tema compõe a Fase IV – Análise da Conjuntura Externa e Interna – e pertence a matéria Conjuntura Externa.

O Processo didático será C (conferência) e DB (debate), sob a responsabilidade da DAP (Divisão de Assuntos Políticos).

No decorrer do levantamento primário na biblioteca foram observados em alguns documentos anotações a lápis com prováveis sugestões para o ano seguinte. Assim, no decorrer de um ano letivo já havia o planejamento para o próximo ano com sugestões. É o que se pode observar no **Anexo 6** – Programa do 2º Período – Sugestões de mudanças nos temas trabalhados.

Fichas Didáticas

O documento Estado-Maior das Forças Armadas – Escola Superior de Guerra – Departamento de Estudos – Fichas Didáticas (anexo “D” ao PGE/73 corresponde a fichas didáticas do ano de 1974, É doravante designado como **Anexo 7**.

As fichas didáticas destinam-se a fornecer às Divisões responsáveis pelos trabalhos a orientação didática necessária ao planejamento e execução correta dos mesmos. Além disso, através dos alcances destas fichas, o DE assegura à coordenação os assuntos a serem tratados pelas diversas DivE, evitando superposições ou lacunas. Sua utilização para o preparo dos trabalhos deve, portanto, ser considerada impositiva.

O conteúdo é dividido em Seção I e Seção 2.

Seção 1 - As fichas se apresentam divididas para os cursos CSG e CEMCFA, sendo que, de acordo com o título do trabalho (tema), são indicadas para dois ou mais cursos.

Fichas Didáticas – São encontradas como Anexo e compõem o Plano Geral de Estudos para o Ano Letivo – (D2) a partir de 1973.

A 1ª Parte são Temas (T)

A 2ª Parte são Trabalhos Coletivos (SP-TG-PN-TP-ES-ET-EX)

O **Anexo 8** traz o conteúdo de uma ficha didática. Seu exame ajuda a entender sua relação com o Programa a qual ela pertence e qual o seu papel na estrutura didática.

Figura 25: ficha didática

<u>TÍTULO DO TRABALHO</u> A ÁFRICA SUBSAÁRICA		<u>INDICATIVO</u> T107
<u>CURSO</u> CSG	<u>PARTICIPANTES</u> Todos	<u>DIV. RESPONSÁVEL</u> DAP

ALCANCE

a. Habilitar os estagiários à compreensão dos principais problemas dos países da África Negra e as relações entre eles e o Brasil.

b. Compreenderá:

Panorama geral da área e seu relacionamento com a conjuntura mundial. Problema das colônias de Portugal.

Posição atual do Brasil em face dos países da área, e Portugal no tocante às suas colônias (inclusive relações de qualquer natureza).

Tendências, inclusive quanto à posição do Brasil.

PRESCRIÇÕES METODOLÓGICAS

a.

Tipo de trabalho	C	DB
Tempo disponível	50 min	85 min
	1	módulo

b. Conferencista:

A ser indicado pelo MRE.

Nesta ficha temos o Título do Trabalho, que corresponde ao tema: A África Subsaariana. T-107 é o Indicativo ou Código do Trabalho.

Este trabalho é para o CSG, para todos os participantes (estagiários) e está sob a responsabilidade da DAP (Divisão de Assuntos Políticos).

Alcance: objetivos gerais e específicos.

Método: Uma conferência apresentada por alguém do Ministério das Relações Exteriores (MRE), ao longo de 50 minutos, seguida por um debate com a duração de 85 minutos.

Além do Programa e suas fichas didáticas, havia no documento um relação de Palestras (P) e Conferências (C) previstas.

A consulta a essa lista também facilitou o levantamento de dados. Vide o documento Programas – 2º. Período – **Conferências e Debates** – 1972, doravante referido como **Anexo 9**.

Métodos de Trabalho Didático

Com relação às técnicas didáticas empregadas, no período 1960-1980 não houve alterações. Cada técnica tinha uma finalidade específica, e era usada em função do conteúdo a ser trabalhado.

Mas antes de serem abordados o Método e a Técnica, é conveniente fazer uma distinção entre esses termos. Técnica de Ensino, segundo as normas da ESG, é um conjunto de procedimentos que operacionaliza a prática educativa, a partir das diretrizes metodológicas adotadas. Método é o caminho, é a opção por um trajeto até o alcance de objetivos que se sintetizam na aprendizagem. A técnica é como percorrer esse trajeto (SOUZA, p. 24).

Esta tese se apoia em dois documentos para examinar os Métodos de Trabalho Didático. O primeiro é o documento Estado-Maior das Forças Armadas – Escola Superior de Guerra – Departamento de Estudos – **Métodos de Trabalho** – 1967 (**Anexo 10**). O segundo é o documento Estado-Maior das Forças Armadas – Escola Superior de Guerra – Departamento de Estudos – **Métodos de Trabalho Didático** – 1974, doravante referido como **Anexo 11**.

Com a comparação entre os documentos correspondentes aos **Anexos 10 e 11**, surge a constatação de que os métodos de trabalho didático foram ampliados no decorrer dos anos. A análise do material permite perceber

algumas de suas características mais importantes e as diferenças entre os métodos, nos dois períodos.

As técnicas vigentes na década de 1960 são (vide o **Anexo 10**):

- Conferência (C)
- Palestra (P)
- Debate (Db)
- Demonstração (Dm)
- Leitura e Discussão (LD)
- Discussão Dirigida (DD)
- Simpósio (Sp)
- Trabalho de Grupo (TG)
- Estudo de Estado-Maior (Et EM)
- Exercícios de Estado-Maior (EX EM)
- Trabalho de Turma (TT)
- Viagem e Visita de Estudos (Vg E, Vi E)
- Trabalho de Planejamento (TP)
- Trabalho Especial (TE)

Seguem-se algumas descrições importantes para a compreensão das fontes primárias.

Conferência (C) – consistia na apresentação formal de um tema ou assunto, em auditório, por especialista não pertencente ao Corpo Permanente (CP). Visava fornecer dados e informações, que reunidos a outros e coligados nos diversos trabalhos da Escola, pudessem ser interpretados e analisados em subsequentes atividades letivas. A ESG dava ao conferencista convidado a maior liberdade para a exposição de ideias e conceitos e deixava claro que a opinião expressa poderia ou não coincidir com a adotada na Escola. A ESG tinha por norma solicitar ao conferencista que desenvolvesse o tema segundo os objetivos e alcance formulados pela Escola, fixados para o trabalho letivo e constante da Ficha Didática, esta anteriormente fornecida.

Palestra (P) – apresentação individual de um convidado abordando tema relevante para os cursos com os quais a temática proposta se direcionava. Geralmente o palestrante sugeria leituras prévias aos estagiários para melhor acompanhamento.

Debate (DB) – era atividade complementar da conferência, palestra, discussão dirigida, simpósio e em geral de trabalho coletivos. Tinha por objetivo dirimir dúvidas decorrentes de estudos e trabalhos ou da exposição antecedente, bem como obter dados ou esclarecimentos mais aprofundados sobre algum tópico estudado. No período conjuntural, tinha a finalidade de esclarecer dúvidas do grupo em relação aos estudos, e não aquelas de interesse estritamente pessoal.

O método de trabalho didático normatizava a participação do Dirigente ou Coordenador das atividades acima descritas, como também a participação dos estagiários (debatedores).

Era vedado ao Dirigente ou Coordenador:

- alterar o processo didático
- dominar o raciocínio dos participantes
- desfigurar a contribuição do participante
- declarar que o participante estava errado
- criticar a contribuição do participante ou louvar uma contribuição quando isso não fosse oportuno, justa e conveniente
- ser parcial
- impor suas ideias

Aos debatedores era vedado:

- confrontar os debatedores
- questionar o expositor
- formular perguntas ou expor opinião de caráter político-partidário
- questionar posições de conferencistas anteriores, apontando contradições; caso houvesse necessidade de alguma referência, a orientação era não identificar.

Sobre os trabalhos:

Trabalho de Grupo (TG) – eram trabalhos sobre temas pertinentes que buscavam a solução de um problema a partir da formulação de um juízo que deveria expressar a opinião de todos a partir de um consenso dentro do grupo.

Trabalho de Turma (TT) – era um trabalho resultante da somatória de todos os trabalhos individuais produzido pela turma no decorrer do ano letivo. Trabalhos cujos temas eram pertinentes aos ciclos de estudos e definidos previamente pelo DE.

Trabalho de Planejamento (TP) – esta atividade objetivava a experimentação da metodologia da ESG referente a assuntos de Segurança Nacional. Estes trabalhos tinham um rigor maior e possuíam procedimentos específicos cuja intenção era a aplicação e a socialização dos conceitos fundamentais da Doutrina defendida pela ESG.

Em resumo, os Programas dos Cursos e as Fichas Didáticas são documentos importantes e norteadores no levantamento de materiais sobre a abordagem geográfica e sua regionalização. O uso deste material e sua compreensão dentro do currículo demonstram a viabilidade na identificação da abordagem geográfica junto aos temas propostos no 2º Período – Conjuntural. Assim, uma vez identificados tais temas, podemos relacioná-los aos períodos da PEI e do PRE.

Os programas analisados, compreendendo o período de 1960 a 1972, contêm as propostas de conferências ou palestras. Em alguns anos também foram levantados dados sobre os temas para trabalho e no período entre 1973 e 1980 foram analisados os programas (contendo também propostas de conferências) e as fichas didáticas que já traziam a descrição do Tema e do trabalho a que se proporia, tal qual visto anteriormente. Traça-se desse modo um caminho para identificar quais regiões estariam compreendidas nos estudos, vislumbrando a projeção do Brasil ao Sul e assim relacionando esses elementos à política externa brasileira.

4.2 Temas de Estudos e a Política Externa Autônoma: PEI e PRE

Tal levantamento teve como ponto de partida o ano de 1960, escolhido, como já vimos, entre outros fatores, por ter seu currículo planejado no decorrer de 1959 e aprovado em dezembro do mesmo ano. Como descrito no Plano Geral de Estudos, o ano em que se objetiva o planejamento resulta de uma proposta que considera as avaliações sobre os anos anteriores, bem como sugestões de mudanças para atender melhor aos objetivos da ESG. Portanto, toda a proposta curricular desenvolvida em 1960 corresponde a formulações feitas no ano anterior.

No programa de conferências para o 1º Período (Doutrinário) constam os objetivos para os temas vinculados ao campo das relações exteriores brasileiras. Este documento tem como tema “Aspectos Doutrinários Contemporâneos e a Segurança Nacional no Campo da Política Externa”, sendo doravante referido como **Anexo 12**.

As conferências teriam como público-alvo os estagiários dos cursos CSG e CEMCFA. No **Anexo 12** apresenta-se o sumário e também leituras recomendadas para atender ao objetivo de propiciar aos estagiários um primeiro contato com a matéria e orientar a consulta sobre assuntos correlatos aos tratados nas diversas conferências.

Essas conferências que cumprem o currículo doutrinário (1º Período) preparam o terreno para a etapa seguinte (2º Período - Conjuntural), no qual ocorre o desdobramento dos temas ligados à política externa, propostos nos programas dos cursos do 2º Período de forma regionalizada.

Assim, na consulta às fontes, os temas de interesse para esta tese estavam elencados no Ciclo IV “Avaliação da Conjuntura”, que compõe o Programa de Conferências para o 2º Período. O levantamento das fontes compreendidas entre 1960 e 1972 forneceu um vasto material constante de uma série de Anexos.

O primeiro deles é o **Anexo 13**, Relação das Conferências 2º Período – 1961. Para este ano o Ciclo IV – Avaliação da Conjuntura trazia os seguintes temas:

1- Síntese da conjuntura Internacional

- Panorama Mundial
- Panorama do Continente Americano
- Panorama da América Latina
- O Sistema Mundial e Regionais de Segurança
- O Bloco Ocidental
- O Bloco Soviético
- O Bloco Afro-Asiático
- A China Comunista

2- Síntese da Conjuntura Nacional: Estágio atual e perspectivas

- Campo Político Interno
- Campo político externo: A Política Exterior do Brasil – Aspectos Gerais
- Campo político externo: A Política Exterior do Brasil com os EUA
- Campo político externo: A Política Exterior do Brasil com a América Latina

Todos os tópicos acima são temas para Trabalhos de Equipe (grupo). O destaque são as regiões ou países a serem abordados em diferentes escalas (mundial, continental, regional (bloco) e local (país). Os blocos Ocidental, Soviético, Afro-Asiático e a China Comunista, no contexto da Guerra Fria, são escalas para o melhor entendimento do mundo na perspectiva da relação Leste-Oeste. Já o Bloco Afro-Asiático aponta para o eixo Sul, tal como visto no capítulo anterior.

No ano de 1962 não ocorreram mudanças frente à proposta curricular de 1961. Alterações só aconteceram no ano de 1963, no programa de conferências (vide o **Anexo 14**), onde é apresentada uma regionalização diferente. Desaparecem as menções ao Bloco Soviético e à China Comunista, aparecendo, em contrapartida, o chamado Bloco Comunista. Ficam assim os temas, entre outros referidos no **Anexo 14**:

- As relações entre o Brasil e os EUA
- O Brasil e a América Latina
- A Política dos EUA com a América Latina e o Brasil
- A Política Internacional Militar dos EUA, especialmente com o Brasil
- O Bloco Ocidental
- O Bloco Comunista - O Mundo Afro-Asiático

Entre os temas acima citados, três são referidos aos Estados Unidos e um à América Latina. Mesmo na vigência da PEI, os temas em torno dos EUA são recorrentes nos estudos da ESG, como evidencia, por exemplo, o novo

tema de estudo “A Política Internacional Militar dos EUA, especialmente com o Brasil”.

Nos anos seguintes, 1964 e 1965, não há mudanças nas propostas de temas. Assim, entre o ano que antecedeu o estabelecimento da PEI e o ano posterior ao seu encerramento, elencamos as seguintes áreas geográficas abrangidas pelos estudos na ESG e constando em seus programas:

- O Bloco Ocidental
- O Bloco Comunista
- O mundo Afro-Asiático
- A América Latina
- Os Estados Unidos

Identificamos assim, pertencentes ao Sul, tal como discutido no capítulo anterior:

- O mundo Afro-Asiático.
- A América Latina.

O Brasil pós-1964, inserido no Bloco Ocidental na contexto da ordem mundial da Guerra Fria, descartou em certa medida a abordagem Sul-Sul. Isso relegou a segundo plano a aproximação com, países latino-americanos e africanos, que se intensificara durante o período da PEI.

Figura 26: Regiões da PEI

Fonte: MAIA, L.A.B, 2018.

A partir de 1966, cujo planejamento pedagógico fora aprovado em dezembro de 1965, identificamos mudanças no Ciclo IV – Conjuntura Internacional (vide o **Anexo 15, Conjuntura Internacional - 1966**). O quadro exposto neste Anexo não sofrerá alterações até 1968.

Os temas continuam a se apoiar em uma divisão geográfica do mundo, ora mantendo a divisão regional (Europa Ocidental, América Latina), ora centrando-a nos “Estados” (países). À abordagem por Estados soma-se uma abrangência continental, como em “O Brasil e os Estados Africanos” e “O Brasil e os Estados Asiáticos”. Nos dois casos o tema explicita, a partir do Brasil, os interesses e relações com os Estados dentro do continente onde se localizam.

Ao ser proposto o tema “O Brasil e os Estados Comunistas – Interesses e Relações”, a análise por bloco é descartada em favor de uma abordagem individualizada. O mesmo vale para os Estados da África e da Ásia: afinal, alguns deles poderiam estar atrelados à Europa Ocidental e aos EUA, enquanto outros poderiam integrar o grupo dos não alinhados ou o G-77.

Sob a administração do presidente Castello Branco, a autonomia nas relações internacionais, difundida pela PEI, foi gradualmente reduzida e a política externa brasileira se realinhou com os EUA; na própria ESG afirmava-se que a política externa deveria ser pautada no binômio segurança e desenvolvimento (FREITAS, 2004).

Sobre o desenvolvimento, o currículo de 1966 (**Anexo 15**) traz o tema: “A ALALC e os interesses do Brasil”.

O tema em torno da ALALC discutia os interesses do Brasil a partir da eventual criação de uma Associação Latino-Americana de Livre Comércio, cujos membros seriam, num primeiro momento, Argentina, Brasil, Chile, México, Paraguai, Peru e Uruguai.

Por sua vez, os temas “Aspectos Econômicos das Relações Internacionais do Brasil” e “Aspectos Financeiros das Relações Internacionais do Brasil”, também desenvolvidos em 1966, vão trazer uma discussão que também está alinhada com as orientações da ESG em torno da questão do desenvolvimento.

Nos anos 1969 e 1970, a ESG traz propostas de temas ligados aos estudos das dimensões regionais do espaço brasileiro e às regiões (segundo a divisão do IBGE). Estas propostas trazem uma abordagem centrada no estudo das “Áreas Brasileiras” nos temas para conferências e palestras:

- As Dimensões Regionais do Espaço Brasileiro
- Áreas Brasileiras – as regiões Sul e Sudeste
- Áreas Brasileiras – as regiões Centro-Oeste, Nordeste e Norte

Para outros temas, vide **ANEXO 16: Programa do 2º Período – 1970**.

Dentre os temas propostos está “Áreas brasileiras – a Área Marítima”. Foi colocado no planejamento do ano anterior, 1969, mas o assunto estava há mais de uma década sendo discutido: tratava-se da proposta de o Brasil expandir seu domínio territorial de 12 para 200 milhas marítimas de largura. Em 25 de março de 1970, o presidente Emílio G. Médici assinou o Decreto-Lei no. 1098, do qual constavam os seguintes artigos:

Art. 1º O mar territorial do Brasil abrange uma faixa de 200 (duzentas) milhas marítimas de largura, medidas a partir da linha do baixa-mar do litoral continental e insular brasileiro adotada como referência nas cartas náuticas brasileiras.

Art. 2º A soberania do Brasil se estende no espaço aéreo acima do mar territorial, bem como ao leito e subsolo deste mar.

Em 1971, este último tema é mantido no programa para o 2º Período como conferência, e depois seria utilizados para debates (Db) e trabalhos em grupo (TG). É o que se pode constatar no **Anexo 17 – Programas do 2º Período – 1971**. O documento mantém os temas “As Dimensões Regionais do Espaço Brasileiro” e “Áreas Brasileiras – a Área Marítima”, além de apresentar o tema “Métodos Quantitativos na Análise dos Problemas Geográficos Brasileiros”.

No ano de 1972, os temas das conferências e debates são publicados sem que se faça distinção entre essas duas propostas. Assim, o documento do já referido **Anexo 9**, que faz parte do currículo, descreve a finalidade e os tipos de atividades.

Segundo este documento, tais conferências e debates tinham a finalidade de “Estudo da Expressão Política do Poder Nacional – Poder Político

–, nos campos interno e externo, para analisar o papel representado pelo Brasil como potência em ascensão”.

A ESG, ao assumir o projeto de tornar o Brasil “grande potência”, reforçava os laços com diversas propostas geopolíticas brasileiras. Talvez a pioneira fosse a do capitão Mário Travassos, que em sua obra *Projeção Continental do Brasil* traçava os rumos para o Brasil alcançar a hegemonia na América do Sul, ultrapassando a Argentina. O general Meira Mattos também abordou em seus escritos o tema do “Brasil Potência”. Por exemplo, no livro *Geopolítica e Projeção de Poder*, no contexto da Guerra Fria e do conflito entre as duas superpotências (EUA e URSS), Meira Mattos apresenta o Brasil como aspirante a superpotência.

Entre os temas propostos no **Anexo 9** podemos destacar:

- Relações do Brasil com os EUA.
- Relações Internacionais do Brasil: Interesses Marítimos.
- Relações Internacionais do Brasil: Brasil Amazônico e Brasil Platino.
- Relações Internacionais do Brasil: Países Andinos.
- A Antártida: Interesses Internacionais.

Nestes temas acima trazem em sua essência o conceito de “contorno estratégico” que atualmente foi retomado com o Plano Nacional de Desenvolvimento (PND) e a Estratégia Nacional de Defesa (END).

Cabe assinalar os temas tratando das “relações internacionais” do Brasil e seus interesses em determinadas regiões. O tema “As relações do Brasil com os EUA” está novamente indicado, e vale ressaltar o alinhamento do governo Médici com os EUA. O governo Médici, porém, volta-se ao Oriente Médio dando os primeiros passos de aproximação, uma vez que, “além de área promissora para investimentos, encaixa-se nos projetos de cooperação Sul-Sul que o Brasil ambicionava” (VIZENTINI, 1998, p. 245). O governo seguinte, do presidente Ernesto Geisel, dá prosseguimento aos projetos de cooperação e elabora sua política exterior direcionada na busca por uma maior autonomia, com o PRE.

Os interesses marítimos do Brasil são uma temática proposta anteriormente. Sob este título são apresentados sob a ótica das relações internacionais.

Nas relações exteriores perante os vizinhos da América do Sul, a opção foi discutir as relações sob a ótica regional, isto é, das duas regiões nas quais o Brasil está inserido territorialmente (Região Amazônica e Região do Prata). Em relação aos países andinos, a perspectiva básica era ampliar a participação brasileira no comércio regional.

O último tema destacado acima, “A Antártida e os Interesses Internacionais”, tem como ponto de partida a projeção do Brasil para o Atlântico Sul e o continente Antártico. Como visto no capítulo anterior, a “Antártida” no início da década de 1970 torna-se assunto recorrente na sociedade. Dentro da ESG é retomada como tema de conferência, num retorno a discussões da década de 1950, nas quais a professora Therezinha de Castro se mostrou a grande defensora da participação do Brasil na partilha do continente antártico. .

Tanto a Antártica como o Atlântico Sul suscitavam discussões geopolíticas a partir das propostas de projeção do Brasil ao Sul. O continente antártico estava na ordem do dia, mas não entrava na pauta de elaboração da política exterior. Discutido na ESG, este assunto foi tratado em vários trabalhos individuais ou em grupo. Afinal, no ano de 1974, no governo Geisel, com o retorno de uma pauta que buscava maior autonomia na política externa e projetava a diplomacia brasileira na direção Sul, o Brasil assinou sua adesão ao Tratado da Antártida.

A ESG em 1973, sob o comando do Gen. Ex. João Bina Machado (23/02/1972 a 24/04/1974) teve reformulação em suas publicações e na forma de divulgação de seus objetivos, conteúdos, programas e orientações didáticas. O documento intitulado “Programa do 2º Período” deixou de ser publicado como um anexo em caderno separado, passando a compor o documento “Plano Geral de Estudos” para o ano letivo a que se destinava. Além disso, tornou-se público o documento “Fichas Didáticas”, já apresentado neste capítulo (vide o **Anexo 7**).

Tais fichas didáticas levantas para esta pesquisa ano a ano a partir do levantamento da grade curricular, trazem os objetivos e as abordagens sobre o tema proposto. Em 1973 são retomados três temas cujos títulos pareciam estar em desuso – Bloco Soviético e Extremo Oriente – e o título “África Subsaária” é substituído por “África Negra”. Porém, as fichas trazem a descrição do alcance e as abordagens que serão trabalhadas.

O **Anexo 18** refere a **Ficha Didática – Extremo Oriente – 1973**. Nela temos o desmembramento do tema em uma região – o Sudeste Asiático – e cinco países: China, Japão, Índia, Paquistão e Indonésia .

No contexto da Guerra Fria, no ano de 1973, a África Negra e a região do Sudeste Asiático, somados à Índia, Paquistão e Indonésia, caracterizavam o Sul, área geopolítica da qual o Brasil, a partir do ano seguinte, buscou se aproximar, apoiando-se no PRE à medida que se distanciava do Norte.

De fato, desde 1974, o estabelecimento das bases de uma política externa mais autônoma adotará muitas abordagens e temas discutidos na ESG, tal como a Antártida e a retomada de acordos diplomáticos com os países dos continentes africano e asiático, e também a reafirmação dos interesses brasileiros na América Latina e no Atlântico Sul.

A guinada impulsionada pelo presidente Geisel na política exterior tornou-se conhecida como a política externa do Pragmatismo Responsável e Ecumênico (PRE). Na ESG, o CSG terá seus temas estabelecidos e sem mudança entre 1974 a 1980. Vide o **Anexo 5**, já referido.

Alguns temas que constam no **Anexo 5** são apresentados abaixo:

- O Brasil e o Bloco Soviético
- O Brasil e o Extremo Oriente
- O Brasil e o Oriente Médio
- A África Subsaariana
- O Brasil e o Oriente Médio
- Conjuntura do Chile e dos países da Bacia do Prata
- Conjuntura dos países da Bacia Amazônica
- A América Central e as Antilhas

Assim, podemos visualizar por meio dos temas acima a projeção do Brasil ao Sul.

Figura 27: O Sul nos temas de estudos da ESG (1974-1979)

O Sul nos termos de estudos da ESG (1974-1979)

Fonte: Fonte: MAIA, L.A.B, 2018.

Como abordado no capítulo anterior, a Política Externa do PRE trazia a retomada de uma visão internacionalista. Em boa medida, isso se deu pela ampliação das relações no eixo Sul-Sul e a redistribuição do comércio brasileiro para a África, Oriente Médio e América Latina. Assim, exceto o tema sobre o Bloco Soviético, os outros trazem uma abordagem direcionada ao Sul.

Nas fichas didáticas, os objetivos e os assuntos a serem tratados em cada tema trazem o detalhamento ou objetivos mais específicos.

Por exemplo, para a África, onde o Brasil se apresentava como alternativa de mercado em substituição à Europa Ocidental e aos EUA, na ficha didática o tema a ser trabalhado pelo conferencista do Ministério das Relações Exteriores traz como objetivo a “compreensão dos principais problemas dos países da África Negra e as relações entre eles e o Brasil”. Vide, a esse respeito, o **Anexo 8**, já referido neste capítulo.

Cabe ressaltar que alguns países africanos recém-independentes receberam o pronto reconhecimento e apoio do Brasil. Foi o caso de Angola e Moçambique, livres do domínio português em 1975.

Em seu livro *Geopolítica do Brasil*, Golbery do Couto e Silva apontava a necessidade de o Brasil intensificar as relações com a América Latina e África Ocidental, perspectiva efetivada com a execução da política externa do período do PRE. Como visto acima, essa projeção para o Sul, nos estudos da ESG, está direcionada de forma regional, tendo a América Latina uma divisão em três áreas: América Central e Antilhas, Bacia Amazônica e Bacia Platina.

Nossos geopolíticos tinham na ESG um forte debate em torno de suas idéias e viam muitas propostas viabilizadas pela política externa do PRE. O Brasil lançava-se em direção ao Sul, buscando encontrar nesse rumo maior projeção enquanto Estado e também alternativas para resolver seus problemas econômicos e superar suas mazelas sociais.

Considerações Finais

Criada em 1949, a Escola Superior de Guerra – ESG é referência no país quando se trata de temas ligados à geopolítica, à segurança nacional e ao desenvolvimento. Seus dois primeiros cursos – Curso Superior de Guerra (CSG) e Curso de Estado-Maior e Comando das Forças Armadas (CEMCFA) – no início eram destinados somente a militares, mas o CSG logo passou a receber também civis. Esses civis matriculados cumprem uma finalidade importante da ESG: além de preparar no nível político estratégico os , a Escola pode formar também lideranças civis, ou seja, todos aqueles que poderiam influenciar as políticas do governo. Durante a década de 1950, a ESG conseguiu criar um alto nível de circulação de especialistas nas mais diversas áreas, aglutinando e disseminando sua doutrina por meio de seus estagiários diplomados. MUNDIN (2007. p. 50)

Nas décadas de 1960 e 1970 essa produção foi ampliada e difundida, chegando muitos dos diplomados a exercer influência no governo e no aprimoramento de políticas a partir das doutrinas aprendidas na ESG.

Esta tese teve início com um questionamento sobre o quanto o pensamento geopolítico desenvolvido ou aprimorado na ESG teve participação ou mesmo efetivação no direcionamento da política externa brasileira. Buscava-se saber como a geografia e a geopolítica eram oferecidas em seus cursos e o papel das duas disciplinas na formação dos estagiários. Ou mesmo o quanto os estudos, propostas e teses dos geopolíticos de maior destaque na segunda metade do século XX – Golbery do Couto e Silva, Carlos de Meira Mattos e Therezinha de Castro –, formadores da escola geopolítica brasileira (escola no sentido de uma corrente ou linha de pensamento), colaboraram para o debate e a promoção das ideias que, por meio da geografia e da geopolítica, levariam o País à condição de Brasil Potência.

Um primeiro delineamento foi a escolha da ESG e sua importância como centro formador e de Altos Estudos e seu papel como berço de uma elite intelectual apta a exercer influência sobre aqueles que estão no governo. Assim, uma leitura que vai colaborar para a hipótese desta tese é se os estudos desenvolvidos na ESG anteciparam ou estiveram em consonância com a política externa brasileira. Os estudos levaram à necessidade de

levantamento bibliográfico sobre o currículo, os métodos e outros documentos que pudessem indicar os temas (assuntos) pertencentes à geografia e à geopolítica presentes no planejamento esguiano. E também ao exame da política externa brasileira, em busca de indicativos destes mesmos assuntos e temas anteriormente tratados na ESG em abordagens geográficas e geopolíticas – por exemplo, estudos a partir de uma dada regionalização (continental, hemisférica e outras) – e a política externa seguindo a mesma abordagem ou utilizando-se da mesma divisão regional.

Faltava definir o período a ser estudado sobre a ESG frente a fases de maior ou menor autonomia da política externa brasileira. Fase ou fases, no singular ou plural, que pudesse(m) ser confrontada(s) com os estudos desenvolvidos na ESG, permitindo verificar se estes anteciparam ou estiveram em consonância, tornaram-se propostas ou efetivaram-se como política exterior na qual o Brasil buscava ampliar suas relações com os países do Sul.

Os períodos ou fases de maior autonomia põem ser vistos como momentos históricos e representativos da busca do Brasil por uma maior participação no cenário mundial. Muitas vezes fazemos uma analogia com o fato de que dentro de um grupo qualquer – uma banda de rock, por exemplo –, em um dado momento um ou alguns integrantes da banda resolvem sair, “dar um tempo”, “descansar” e buscar carreira solo, alçando voos mais independentes, autônomos e, com isso, tornando-se capazes de expressar melhor em sua arte sua forma de sentir, olhar, interpretar e agir no mundo. Alguns integrantes radicalizam, saem da banda, rompem definitivamente o vínculo com o grupo e nunca mais voltam, pois no caminho em que prosseguem a caminhada sentem-se felizes na carreira solo. Outros “dão um tempo”, deixam a entender que há possibilidade de volta, que o retorno é sempre uma opção, sem romper com a banda ou criar atritos que os impeçam de ser aceitos num eventual regresso. Há aqueles que saem dizendo que vão repensar a carreira e tentar algo que seus instintos apontam como melhor alternativa, deixam o caminho aberto para um possível retorno e acabam tocando em outras bandas, de acordo com seus interesses e gostos musicais. Pois bem, nessa analogia, o Brasil pode ser comparado ao integrante talentoso mas de segundo escalão de uma banda de rock com as características descritas acima.

No pós-Segunda Guerra Mundial, na ordem mundial bipolar da Guerra Fria, o Brasil estava em uma banda de rock (o bloco ocidental) cujo líder eram os EUA. Percebendo suas qualidades, potencialidades musicais dentro da banda e que poderia evoluir muito mais enquanto músico (país), sentindo-se com pouca liberdade para expor seus pontos fortes e buscar melhorar sua participação dentro do grupo, o Brasil resolve em um dado momento “dar um tempo”. Ou seja, continua a manter boas relações com o grupo, mas vai em busca de outros músicos (países), de outras bandas (regiões) para se associar e tentar se aprimorar enquanto músico. A ideia é alcançar maior reconhecimento, ser protagonista no “show” que se propõe fazer e assim, concretizar uma proposta de que todos na banda poderiam ter aproveitamento melhor, em termos de qualidade de vida e reconhecimento e respeito no cenário musical internacional. O Brasil não abandona sua banda (Ocidente), tampouco rompe definitivamente com ela, continua como integrante mas reduz o número de participações dentro do grupo e vai em busca de novas alternativas. Busca novos músicos (países) para parcerias, expõe seu ponto de vista e procura junto a novas bandas em formação ter a liberdade para criar, expor e executar suas ideias, como uma alternativa aos modelos em que as bandas estão inseridas, cujos líderes estão longe de favorecer a ascensão e a liderança de seus membros.

O Brasil, buscando organizar uma “banda”, pode flertar ou tocar junto com outras, e assim atingir um protagonismo no cenário regional (e por que não mundial), vê sua liderança emergir ao encontrar outros músicos, de outras bandas, e propõe juntar suas qualidades musicais e se apresentar como uma alternativa viável perante os modelos de grupos que conservam a hegemonia no cenário mundial.

Os dois momentos escolhidos para isso foram a Política Externa Independente (PEI, 1961) e a Política Externa do Pragmatismo Responsável e Ecumênico (PRE, 1974). No levantamento bibliográfico para esta tese, esses dois momentos da política externa brasileira são expressivos da busca pela autonomia como resposta a um quadro imposto pelo desenrolar da Guerra Fria.

Na pesquisa documental na biblioteca da ESG, foi possível constatar a necessidade, tal como comenta AMARAL (2014), de investir na preservação dos inúmeros documentos que ali se encontram, e assim garantir que outras

pesquisas em diferentes áreas do conhecimento possam colaborar para o melhor entendimento do papel e da inserção da ESG na história do Brasil pós-1949. Boa parte do acervo não está referenciada digitalmente; assim, nos primeiros levantamentos bibliográficos, havia grande dificuldade para encontrar trabalhos, periódicos, textos que pudessem trazer informações sobre temas e conteúdos em seus cursos.

Buscando orientação junto à bibliotecária e descrevendo os materiais e o tipo de informação que eu buscava, fui direcionado para estantes da biblioteca onde estavam os planejamentos e currículos, entre outros documentos separados por ano. Começou aí o trabalho de “garimpar” tais documentos e entender a estrutura curricular e pedagógica da ESG, para depois centrar o levantamento em documentos que continham as informações sobre os cursos e temas trabalhados, como descrito no Capítulo 4 desta tese.

As fontes primárias pesquisadas correspondem ao período entre os anos de 1960 e 1980. Contudo, em dado momento, pensamos em ampliar até 1992 a extensão da pesquisa, para responder à seguinte pergunta: houve mudanças ou indicativos de mudanças nos cursos e currículos da ESG com o fim do regime militar (1985) e o término da Guerra Fria (1992)? A resposta pode ser a sugestão de novas pesquisas. Para não mencionar a grande quantidade de publicações de textos de referências, transcrições de palestras e debates, trabalhos em grupo e individuais entregues no decorrer de cada ano letivo e que poderiam ser objeto de investigações específicas.

O levantamento bibliográfico executado, as fontes primárias selecionadas e apresentadas, veio a busca pelo indicativo geográfico ou geopolítico ligado à escala de análise – regional, hemisférica, global – presente em seus temas ou estudos, de modo que pudesse ser comparada à escala de análise e atuação da política externa (PEI e PRE).

Na PEI, a identificação da escala e das regiões escolhidas para implementar a política externa foi obtida no discurso do presidente Jânio Quadros em 1961, onde a nova política externa é abordada em seis pontos: Diretrizes gerais, Nações Unidas, Países Socialistas, Europa, Mundo Afro-Asiático e Política Continental. Destes, quatro pontos são estritamente geográficos (regionais): Países Socialistas, Europa, Mundo Afro-Asiático e Política Continental) e abordados com vistas à atuação na diplomacia nessas

regiões. Por sua vez, as regiões localizadas no Sul são: Mundo Afro-Asiático e Política continental (América Latina).

No PRE, o levantamento apoiou-se também na referência de LEITE (2011), que trazia os países e acordos firmados no retorno do Brasil a uma maior autonomia diplomática. Pode-se verificar que todas as regiões mencionadas – América Latina, Oriente Médio, Ásia e Extremo Oriente (China) – correspondem ao conceito geopolítico de Sul. (O único país a sair do Terceiro Mundo para compor o Norte foi a República Popular da China, após alcançar o *status* de potência.)

Esta tese adota a concepção geopolítica do Sul como o hemisfério do globo onde estão localizados os países do Terceiro Mundo, subdesenvolvidos e periféricos, ainda que alguns deles se encontrem no Hemisfério Norte, como acontece com a Índia. Aparentemente, foi esta a concepção da política externa brasileira nos momentos de maior autonomia. Dentro do contexto de um mundo bipolar (Leste x Oeste), o Brasil, com a PEI e o PRE, direcionou sua política externa num eixo em direção aos países do Sul. É importante destacar a participação do Brasil em fóruns como o dos Países Não Alinhados (observador) e o G-77 (membro fundador). A Identidade Meridional empurrou nossa diplomacia num eixo Sul em direção à África, Oriente Médio, Ásia e Extremo Oriente e Antártica. A proposta do Meridionalismo formulada pelo professor André Martin traz o Brasil como protagonista, Potência do Sul, junto a outras três: África do Sul, Índia e Austrália. Flexibilizando as estruturas criadas na Guerra Fria, com a PEI e o PRE o Brasil se (re)aproximou dos países socialistas. Com isso, avançou da perspectiva de um mundo bipolar para um multipolar, segundo a proposta Meridionalista de Martin.

Nos documentos pesquisados na ESG que compunham o currículo, o denominado “Programa do 2º Período” foi a fonte principal de consulta. Após 1973, somou-se a este um novo componente didático, as “Fichas Didáticas”. Tais materiais traziam anualmente as propostas de temas para palestras ou conferências, ministradas por quadros indicados diretamente pelo Ministério das Relações Exteriores. Assim, identificamos um fato importante: a presença e participação de membros da diplomacia brasileira nos estudos da ESG. Em diversos anos o Chanceler foi convidado a realizar conferências.

É interessante diferenciar a palavra “tema” enquanto temática ou assunto a ser estudado de “tema” como sinônimo de disciplina a ser estudada pelos estagiários da ESG. A Escola, em sua proposta de temas para estudos, direcionava-os nem uma escala regional – segundo a região. Esporadicamente ocorria alguma alteração ou mudança no título, por exemplo, quando era proposto o estudo de um Estado ou país. Dois exemplos encontrados: em 1965 o termo “bloco”, utilizado anteriormente, é substituído por “mundo”, dando a entender a necessidade de uma abrangência geográfica maior. No ano seguinte foi substituído o termo “mundo” pelo nome do Estado (país) e acrescentados elementos para uma abordagem mais específica. Assim, “O Brasil e os Estados Unidos: Interesses e relações” centra a proposta numa relação do Brasil com outro Estado, não trata mais de uma região e sim de países/ atores individualmente. Em 1967, volta a proposta curricular com os temas de 1964.

Os mapas elaborados no Capítulo 2 sobre a PEI e o PRE buscam identificar os países que estavam diretamente na perspectiva da diplomacia brasileira no cumprimento da guinada em direção ao Sul.

Assim, a forma de regionalizar os temas propostos no currículo da ESG e a atuação da diplomacia brasileira com a formulação da política externa mais autônoma se aproximam nos períodos examinados. Além disso, a atuação diplomática demonstra que o pensamento e as teses desenvolvidas pelos nossos geopolíticos, aqui estudados, foram sim utilizados nessa formulação. Às vezes se antecipando, a exemplo da proposta do tema Antártica. Discutida na ESG em 1972, somente em 1974 se efetivou na política exterior com a assinatura do Tratado Antártico pelo presidente Ernesto Geisel.

A sobreposição das regiões de atuação da PEI e do PRE no mapa “América do Sul e os Hemisférios Interior e Exterior”, de Golbery do Couto e Silva, indica que a política externa vai atender aos estudos deste geopolítico e do general Meira Mattos, que apontavam a importância geopolítica e a necessidade de atuação maior do Brasil na projeção sobre o oceano Atlântico e o continente africano. Lembramos que os presidentes Jânio Quadros, João Goulart, chanceleres e muitos diplomatas foram estagiários ou atuaram na ESG como convidados para conferências e palestras; certamente estes, como muitos outros, transferiram seu aprendizado na Escola para o governo.

A PEI, elaborada no governo Jânio Quadros, segue os preceitos da ESG na proposta de regionalização do mundo. A PEI vai ser apresentada na fala presidencial trazendo uma compartimentação do mundo, uma divisão regional, tal qual a proposta estudada na ESG anteriormente a 1959. Essa consonância vem mostrar as semelhanças na proposta de estudos na ESG com as regiões de aplicação da PEI. A guinada para o Sul e o estabelecimento deste eixo geopolítico resultam da política externa brasileira, mas a formulação dessas políticas teve seus postulados originados nos debates, conferências, e outros estudos na ESG e foram apreendidos por seus estagiários, que depois passaram a atuar em vários órgãos do governo federal.

Portanto, a ESG se fez presente na política externa em sua busca por maior autonomia. Em primeiro lugar, preparando seus estagiários e oferecendo um currículo com seus temas e diferentes propostas pedagógicas: por exemplo, a Escola propondo para a formação dos estagiários no 2º Período – Conjuntural, temas sobre a política externa e as relações internacionais tendo a escala regional como ponto de partida para a apresentação por conta dos palestrantes indicados pelo MRE. Em segundo lugar, com seus ex-estagiários assumindo protagonismo na política e na administração pública e levando seu aprendizado para a construção do Brasil Potência.

Esta pesquisa não se encerra aqui. Analisar as mudanças curriculares e abordagens geográficas e geopolíticas nos estudos pós-1981, vendo a projeção para o Sul se concretizar em acordos bilaterais e multilaterais, colaboraria para destacar ainda mais a importância da cooperação Sul-Sul como alternativa ao Norte x Sul, que mantém o Sul subalterno e inferior. A exemplo da autonomia da política externa brasileira e consequente projeção para o Sul, esta tese buscou no passado indícios de tal protagonismo na política externa, não contrariando a proposta do prof. André Martin e colocando assertivamente o Meridionalismo proposto pelo referido geógrafo como teoria geopolítica. Temos no presente uma proposta geopolítica brasileira para os povos do Sul, portanto Meridionalista, que incentiva os povos oprimidos historicamente a terem uma identidade, levantarem a cabeça e buscarem juntos o desenvolvimento econômico e social, atingindo uma posição de destaque e até de protagonismo no cenário mundial.

Referências

ADERALDO, Vanda Maria Costa. *A Escola Superior de Guerra: um estudo de currículos e programas*. 1978. Dissertação (Mestrado) – Curso de Ciência Política do IUPERJ. Rio de Janeiro, 1978.

ADESG. *Estatuto da Associação dos Diplomados da Escola Superior de Guerra*. Disponível em: <<http://www.adesg.net.br/estatuto>>. Acesso em: 10 jan. 2018.

AGUIAR, João Catraio. Relações Sutis: Escola Superior de Guerra, Pensamento Político Brasileiro e Política Externa Brasileira em dois “momentos autonomistas”. *Revista da Escola Superior de Guerra*, Rio de Janeiro, ESG, v. 28, p. 149-178, 2015.

ALBUQUERQUE, Edu S. A teoria geopolítica meridionalista de André Martin. *Revista de Geopolítica*, v. 5, nº 2, p. 5-18, jul./dez. 2014.

ALMEIDA, Isnard Pereira de. *A ESG até o jubileu de prata da ADESG*. 2 vol. Rio de Janeiro: ESG, 1976.

AMARAL, Diane Vicente. *Escola Superior de Guerra (ESG): 65 anos de memória através da fotografia*. 2014. 70 f; 28 fotografias (algumas coloridas). Trabalho de Conclusão de Curso – (Bacharelado em Biblioteconomia). Rio de Janeiro, UFERJ, 2014.

ARCASSA, Wesley de Souza; MOURÃO, Paulo Fernando Cirino. Karl Haushofer: a Geopolitik alemã e o III Reich. *GEOATOS - Revista Geografia em Atos*. Presidente Prudente, Departamento de Geografia da FCT/UNESP, n. 11, v.1, p. 1-14, janeiro a junho de 2011.

ARRUDA, Antônio de. Doutrina da ESG: principais alterações ocorridas nas últimas quatro décadas. *Revista da Escola Superior de Guerra*, Rio de Janeiro, ano V, nº 12, p.13-22, 1989.

BARBOSA, Antônio: Outros espaços. In: CERVO, Amado Luiz (Org.). *O desafio internacional: a política exterior do Brasil de 1930 a nossos dias*. Brasília: UNB, 1994, p. 26.

BASSETS, L. *La venganza de la geopolítica*, 2014. Disponível em: <https://elpais.com/internacional/2014/03/08/del_alfiler_al_elefante/1394269200_139426.html>. Acesso em: 16 fev. 2017.

BEDJAOUI, Mohammed. *Por uma nova ordem econômica internacional*. Lisboa: Editora Perspectiva, 1980.

BONFIM, Uraci Castro. *Geopolítica*. Brasília: Escola de Comando e Estado Maior do Exército. Monografia. 2005.

BRASIL: Lei nº 785, de 20 de agosto de 1949. Cria a Escola Superior de Guerra e dá outras providências. *Diário Oficial da União*, Rio de Janeiro, 30 ago. 1949. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br/ccivil/LEIS/1930-1949/L785.htm>>. Acesso em: 11 ago. 2016.

CABRAL, Severino. Meira Mattos e os Trópicos: o Homem Brasília e a Projeção Mundial do Brasil. *Cadernos de Estudos Estratégicos*, Rio de Janeiro, ESG, n. 12, p.92, 2013.

CAMBESES JUNIOR, Manuel. Therezinha de Castro – uma extraordinária mulher. In: IBGE. Geografia e Geopolítica – a contribuição de Delgado de Carvalho e Therezinha de Castro. *Documentos para disseminação. Memória Institucional 16*. Rio de Janeiro: IBGE, 2009.

CARVALHO, Delgado de; CASTRO, Therezinha de. A questão da Antártica. *Boletim Geográfico*, Rio de Janeiro, IBGE, v. 14, n. 135, p. 502-506, nov./dez. 1956.

CASTRO, Therezinha de. Gana independente. *Boletim Geográfico*, Rio de Janeiro, IBGE, v. 17, n. 148, p. 135-137, janeiro/fevereiro 1959.

_____. Recursos minerais do Saara. *Boletim Geográfico*, Rio de Janeiro: IBGE, v. 18, n. 154, p. 57-63, jan./fev. 1960. Disponível em: <http://biblioteca.ibge.gov.br/colecao_digital_publicacoes.php>. Acesso em: 15 set. 2016.

_____. *Retrato do Brasil: Atlas-texto de geopolítica*. Rio de Janeiro: Capemi Editora, 1981, p.53.

_____. *Retrato do Brasil: Atlas-texto de geopolítica*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, BIBLIX, 1986.

_____. *Oceano Índico: regionalização e globalização*. Rio de Janeiro: Escola Superior de Guerra, 1997. (Leitura selecionada, 822/97).

_____. *África Subsaariana: estudo sobre uma caracterização geopolítica com fins didáticos*. Rio de Janeiro: Escola Superior de Guerra, 1997. (Leitura selecionada).

CHILD, J. Geopolitical Thinking in Latin America. *Latin America Research Review*. nº 14. p.89-111, 1979.

COSTA, Wanderley Messias da. O Ressurgimento da Geopolítica na Europa. In: COSTA, W.M. *Geografia Política e Geopolítica*. São Paulo: EDUSP, 1992.

COUTO E SILVA, Golbery. *Conjuntura Política Nacional: O Poder Executivo & Geopolítica do Brasil*. 3ª edição. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1983.

DEFARGES, Philippe Moreau. *Introdução à Geopolítica*. Lisboa: Gradiva, 2003.

FARIAS, Osvaldo Cordeiro de: *Meio século de combate: diálogo com Cordeiro de Farias*. Aspásia Camargo, Walder de Góes. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1981.

_____. *Palestra sobre a organização da Escola Superior de Guerra*. EMFA, 1949. *Revista da ESG*, Rio de Janeiro, v. 20, n. 42, p. 149-161, jan/dez. 2003.

FERNANDES, José Pedro Teixeira. A Geopolítica Clássica Revisitada. *Nação e Defesa*. n.º 105 - 2.ª série, p. 221-244, verão 2003. Disponível em: <https://comum.rcaap.pt/bitstream/10400.26/1395/1/NeD105_JosePedroTeixeiraFernandes.pdf>. Acesso em: 10 jul. 2017.

FERNANDES, Ananda Simões. A reformulação da Doutrina de Segurança Nacional pela Escola Superior de Guerra no Brasil: a geopolítica de Golbery do Couto e Silva. *Antíteses*, Londrina, Depto. de História da UEL, vol. 2, n. 4, p. 831-856, jul.-dez. 2009. Disponível em: <<http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/antiteses>>. Acesso em: 18 out. 2016.

FREITAS, Jorge Manoel da Costa. *A escola geopolítica brasileira*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora – BIBLIEX, 2004.

GASPARI, Elio. *A ditadura derrotada*. O sacerdote e o feiticeiro. São Paulo: Cia. das Letras. 2003.

GEISEL, Ernesto. *Pronunciamento feito na primeira reunião ministerial -19 de março de 1974*. Disponível em: <<http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/ernesto-geisel/discursos/1974/03.pdf/view>>. Acesso em: 20 jan. 2018.

GURGEL, José Alfredo Amaral. *Segurança e democracia: uma reflexão política sobre a doutrina da Escola Superior de Guerra*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora, Livraria José Olympio Editora, 1975.

HORTA, Célio Augusto da Cunha. Geografia Política e Geopolítica: Velhas e Novas Convergências. *Geographia*, Niterói, UFF, vol. 8, n.15. p. 51-69, 2006.

LEITE, Patrícia Soares. *O Brasil e a operação Sul-Sul em três momentos: os governos Jânio Quadros/João Goulart, Ernesto Geisel e Luiz Inácio Lula da Silva*. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão (FUNAG), 2011.

LIGIÉRO, Luiz Fernando. A autonomia na política externa Brasileira. Brasília: A política externa independente e o pragmatismo responsável: momentos diferentes, políticas semelhantes? Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão (FUNAG), 2011.

LIMA, Wendell Teles de. *A Geopolítica brasileira, o papel de Mário Travassos e as implicações na constituição do sistema geográfico no eixo de integração e*

desenvolvimento Manaus/Caribe. 2015. Tese (Doutorado) – UFPAR, Curitiba, 2015.

MARTIN, André Roberto. Geografia, Geopolítica e poder mundial. Módulo 2. In: MARTINS, Elvio Rodrigues; CASTELLAR, Sonia Maria Vanzella (Orgs.). *Geografia, Geopolítica e poder mundial*. São Paulo: Secretaria da Educação do Estado de São Paulo. 2005. Disponível em: <http://www.cienciamao.usp.br/dados/pru/_geopoliticaepodermundial.apostila.pdf>. Acesso em: 12 jul. 2017.

MARTIN, André Roberto. Qual é o nosso "bloco"? O Brasil procura o seu lugar no mundo.

In: SCARLATO, F.; SANTOS, M.; SOUZA, M. A.; ARROYO, M. (Orgs.). *Globalização e espaço latino-americano*. São Paulo: Hucitec, 1993.

_____. O Meridionalismo Geopolítico. Palestra de André Martin no Congresso Brasileiro. *Millennium*, 2012. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=-oABdxQGLG0>>; Acesso em: 10 jul. 2015.

_____. O Meridionalismo Geopolítico. In: *Seminário Estratégias de Defesa Nacional*. Brasília: Congresso Nacional, 2012. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=-oABdxQGLG0>>. Acesso em: 12 jul. 2015.

_____. Entrevista concedida a Dídimo Matos. *Revista de Geopolítica*, v.5, nº 2, p. 3-4, jul./dez. 2014.

_____. Uma nova estratégia para o sul. Entrevista a Marília Melhado. *Revista Forum*: 9 fev. 2012. Disponível em: <www.revistaforum.com.br/uma-nova-estrategia-sul-sul-2/>. Acesso em: 22 ago. 2015.

MEIRA MATTOS, Carlos de. *Brasil: Geopolítica e Destino*. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1975.

_____. *A Geopolítica e as Projeções do Poder*. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1977.

_____. *Geopolítica e Trópicos*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército - BIBLIEX, 1984.

MELLO, L. I. A. (1987): *A geopolítica do Brasil e a Bacia do Prata*. 1987. Dissertação (Mestrado) – PUC-SP, São Paulo, 1987.

MIYAMOTO, S. Os Estudos Geopolíticos no Brasil: Uma contribuição para a sua avaliação. *Perspectivas*. São Paulo, 4, p.75-92, 1981.

_____. *Geopolítica e poder no Brasil*. Campinas: Papirus, 1995.

MONIZ BANDEIRA, Luiz Alberto. *Brasil-Estados Unidos: a rivalidade emergente (1950-1988)*. 3ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.

MONTENEGRO, José Everaldo de Albuquerque (Org.). *Memória: seleta 1*. Vol 1. Rio de Janeiro, 2010.

MUNDIN, Luiz Felipe Cezar. *Juarez Távora e Golbery do Couto e Silva: Escola Superior de Guerra e a organização do Estado brasileiro (1930-1960)*. 2007. 157 f. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2007.

NOVAES, André Reyes. A Geopolítica pelas Imagens. *Terra Brasilis (Nova Série)* [Online], 6, 2015. Disponível em: <<http://terrabrasilis.revues.org/1722>>. Acesso em: 28 jul. 2016.

OLIVA, Oswaldo Muniz. A Escola Superior de Guerra. *Revista da Escola Superior de Guerra*, Rio de Janeiro, v. 5, n. 12, p. 11-12, 1989.

PENHA, Eli Alves. Geografia e Geopolítica: os estudos e proposições de Delgado de Carvalho e Therezinha de Castro. In: IBGE. Geografia e Geopolítica – a contribuição de Delgado de Carvalho e Therezinha de Castro. *Documentos para disseminação. Memória Institucional 16*. Rio de Janeiro: IBGE, 2009.

_____. *Relações Brasil-África e geopolítica do Atlântico Sul*. Salvador: EDUFBA, 2011.

QUADROS, Jânio. Mensagem ao Congresso Nacional – 1961. Disponível em: <<http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/publicacoes-oficiais/mensagem-ao-congresso-nacional/mensagem-ao-congresso-nacional-janio-quadros-1961/view>>. Acesso em: 11 jun. 2017.

SEPULVEDA, José Antônio Miranda. *O papel da Escola Superior de Guerra na projeção do campo militar sobre o campo educacional*. 2010. Tese (Doutoramento) – UFRJ, Rio de Janeiro, 2010.

SILVA, Pedro Ferreira da. Os Teóricos do Poder Aéreo : Douhet e Seversky. Aula 28 de Teoria da Estratégia, Dr. Pedro Ferreira da Silva – Universidade Independente, Lisboa. Disponível em: <<https://www.aereo.jor.br/2010/12/07/os-teoricos-do-poder-aereo-giulio-douhet-1869-1930/>>. Acesso em: 13 jul. 2017.

SILVA, Heloisa Conceição Machado da. *Da substituição de importações à substituição de exportações*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004.

SOUZA, Carmo Antônio. *A Escola Superior de Guerra como importante Centro de Estudo de Problemas Brasileiros / Uma Visão de Futuro*. 2011. 65 f. Monografia (trabalho de Conclusão de Curso) apresentada ao Departamento de Estudos da Escola Superior de Guerra como requisito à obtenção do diploma do Curso de Altos Estudos de Política e Estratégia (CAEPE). Rio de Janeiro, ESG, 2011.

SPROUT, Harold; SPROUT, Margaret. *The Rise of American Naval Power 1776-1918*. 2ª ed. Princeton (New Jersey): Princeton University Press, 1942.

STEPAN, Alfred: *Os Militares na Política: as mudanças de padrões na vida brasileira*. São Cristóvão, RJ: Editora Artenova, 1975.

SUÁREZ, Luis. *Países no alineados*. México: Fondo de Cultura Económica, 1975.

TAMBS, Lewis. O Xadrez Geopolítico da América Latina. *Revista Defesa*, São Paulo, Editora Aero. Maio 1980.

TÁVORA, Juarez. *Uma vida e muitas lutas. Memórias*. 3 vols. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército; Livraria José Olympio Editora, 1974-1977.

TOSTA, Octavio. *Teorias Geopolíticas*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1984.

TRAVASSOS, Mário. *Projeção Continental do Brasil*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, Coleção Brasiliana, vol. 50, 1936. Rio de Janeiro: UFERJ, Brasiliana Eletrônica, 2018.

VLACH, Vânia Rubia Farias. Estudo preliminar acerca dos geopolíticos militares brasileiros. *Terra Brasilis* [Online], 4 – 5, 2003. Disponível em: <<http://terrabilis.revues.org/1722>>. Acesso em: 25 ago. 2016.

VESENTINI, José William. Repensando a Geografia Política. Um breve histórico crítico e a revisão de uma polêmica atual. *Revista do Departamento de Geografia*, 20, p.127-142, 2010.

_____. *Novas Geopolíticas*. 5ª Ed. São Paulo: Contexto. 2012.

VIGEVANI, Tullo. *Terceiro Mundo (Conceito e História)*. São Paulo: Ática, 1990.

VIZENTINI, Paulo G. Fagundes. *A política externa do regime militar brasileiro: multilateralização, desenvolvimento e a construção de uma potência média (1964-1985)*. Porto Alegre: Ed. Da Universidade/UFRGS, 1998.

_____. *Relações Internacionais do Brasil: de Vargas a Lula*. 2ª ed. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2005.

_____. O Brasil e o Mundo: A Política Externa e suas Fases. *Ensaio FEE*, Porto Alegre, FEE, v. 20, n.1, p. 134-154, 1999.

_____. *A África na política internacional: o sistema interafricano e sua inserção mundial*. Curitiba: Juruá, 2010.

_____. *A Relação Brasil-África: prestígio, cooperação ou negócios?* Rio de Janeiro: Alta Books, 2016.

ANEXOS**ANEXO 1 – Programas do 2º Período**

- C₁-52-66 - Mobilização Nacional - Abastecimento.
- C₁-53-66 - Mobilização Nacional - Transportes.
- C₁-54-66 - Mobilização Nacional - Comunicações.
- C₁-55-66 - A Defesa Civil.
- C₁-56-66 - O Serviço Nacional de Informações.

CICLO IV

CONJUNTURA INTERNACIONAL

- C₁-57-66 - O Panorama Político do Mundo - A ONU.
- C₁-58-66 - O Panorama Político do Continente Americano - A OEA.
- C₁-59-66 - Política Externa Brasileira.
- C₁-60-66 - O Brasil e os Estados Comunistas - Interesses e Relações.
- C₁-61-66 - O Brasil e os Estados Africanos - Interesses e Relações.
- C₁-62-66 - O Brasil e os Estados Asiáticos - Interesses e Relações.
- C₁-63-66 - O Brasil e a Europa Ocidental - Interesses e Relações.
- C₁-64-66 - O Brasil e os Estados Unidos da América - Interesses e Relações.
- C₁-65-66 - O Brasil e a América Latina - Interesses e Relações.
- C₁-66-66 - Aspectos Econômicos das Relações Internacionais do Brasil.
- C₁-67-66 - Aspectos Financeiros das Relações Internacionais do Brasil.

ANEXO 2 – Organograma

ANEXO 3: A ESG: Sua Organização e Atividades

ANEXO 4: Programas publicados em 1974

II - Doutrina Básica	9. Método para o Planejamento da Política Nacional (Conte.)	14. Método para o Planejamento da Política Nacional (Conte.)	T38	Informática na Produção de Informações	C-DB e DM	Todos	DAS	
							1	2
			T39	Método para o Planejamento da Política Nacional	DD-DB		2	DPD
			T40	Método de Avaliação da Conjuntura	DD-DB	Todos	2	DPD
			T41	Orçamento - Programa Governamental	P-DB		1	DAE

29 PERÍODO - CONJUNTURAL									
III - ANÁLISE DAS CONJUNTURAS INTERNA E EXTERNA	10. Análise da Conjuntura Externa	15. Análise da Conjuntura Externa							
			T101	Política Externa do Brasil	C-DB		1	DAP	MRE
			T102	A ONU e os Interesses do Brasil	C-DB		1	DAP	
			T103	A OEA e os Interesses do Brasil	C-DB		1	DAP	
			T104	O Brasil e o Sistema de Segurança Continental	C-DB	Todos	1	DAM	
			T105	O Brasil e o Bloco Soviético	C-DB		1	DAP	
			T106	O Brasil e o Extremo Oriente	C-DB		1	DAP	
			T107	A África Subsaariana	C-DB		1	DAP	
			T108	Conjuntura dos Países da Bacia Amazônica	C-DB		1	DAP	

(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)	(7)	(8)	(9)
10. Análise da Conjuntura Externa	15. Análise da Conjuntura Externa	Tl01 Tl02 Tl03 Tl04 Tl05 Tl06 Tl07 Tl08	Política Externa do Brasil A ONU e os Interesses do Brasil A OEA e os Interesses do Brasil O Brasil e o Sistema de Segurança Continental O Brasil e o Bloco Soviético O Brasil e o Extremo Oriente A África Subsaariana Conjuntura dos Países da Bacia Amazônica	C-DB C-DB C-DB C-DB C-DB C-DB C-DB C-DB	1 DAP 1 DAP 1 DAP 1 DAM 1 DAP 1 DAP 1 DAP 1 DAP		MRE	
		Tl09 Tl10 Tl11 VGI VGI	Conjuntura do Chile e dos Países da Bacia do Prata A América Central e as Antilhas O Brasil e o Oriente Médio Viagem ao Exterior Análise da Conjuntura Externa	C-DB C-DB C-DB VG TG	1 DAP 1 DAP 1 DAP 30 DEXDE 12 DAP		VF2	
11. Análise da Conjuntura Interna	16. Expressão Política do Poder Nacional	Tl20 Tl21 Tl22 Tl23 Tl24	Conjuntura Política Nacional - O Poder Executivo Conjuntura Política Nacional - O Poder Legislativo Conjuntura Política Nacional - O Poder Judiciário O Poder de Polícia, o Desenvolvimento e a Segurança Nacional Os Partidos Políticos Brasileiros	C-DB C-DB C-DB C-DB C-DB	1 DAP 1 DAP 1 DAP 1 DAP 1 DAP			

ANEXO 7: Fichas Didáticas – 1973

Anexo 8: Ficha Didática: África Subsaariana

<u>TÍTULO DO TRABALHO</u> A ÁFRICA SUBSAARIANA		<u>INDICATIVO</u> T107
<u>CURSO</u> CSG	<u>PARTICIPANTES</u> Todos	<u>DIV. RESPONSÁVEL</u> DAP

ALCANCE

a. Habilitar os estagiários à compreensão dos principais problemas dos países da África Negra e as relações entre eles e o Brasil.

b. Compreenderá:

Panorama geral da área e seu relacionamento com a conjuntura mundial. Problema das colônias de Portugal.

Posição atual do Brasil em face dos países da área, e Portugal no tocante às suas colônias (inclusive relações de qualquer natureza).

Tendências, inclusive quanto à posição do Brasil.

PRESCRIÇÕES METODOLÓGICAS

a.

Tipo de trabalho	C	DB
Tempo disponível	50 min	85 min
	1	módulo

b. Conferencista:

A ser indicado pelo MRE.

Anexo 9: Programas – 2º. Período – Conferências e Debates – 1972

- 7 -

5.1.2 - Currículo

UNIDADE DIDÁTICA	FINALIDADE E TIPOS DE ATIVIDADES	Nº DE HORAS	% HORÁRIA
UD 1 ASSUNTOS POLÍTICOS	<p>Estudo da Expressão Política do Poder Nacional - Poder Político -, nos campos interno e externo -, para analisar o papel representado pelo BRASIL como potência em ascensão.</p> <p>- 21 Conferências e Debates</p> <ul style="list-style-type: none"> - O Brasil e a Pluralidade dos Centros de Decisão - Panorama da Política Exterior Brasileira. - O Desarmamento e a Segurança Internacional. - Relações Internacionais do Brasil - Brasil Amazônico. - Relações Internacionais do Brasil - Brasil Platino. - Relações Internacionais do Brasil - Países Andinos. - Relações Internacionais do Brasil - Interesses Marítimos. - A Antártida: Interesses Internacionais. - O Brasil e a OEA. - As Relações do Brasil com os E.U.A. - O Brasil e os Organismos Internacionais - ONU. - A Conjuntura Atual do Uruguai. - A Conjuntura Atual da Venezuela. - A Conjuntura Atual de Portugal. - Problemas Institucionais do Estado Moderno. 	<p>(80 h)</p> <p>(52h e 30 m)</p> <p>sendo:</p> <p>21h para conferências e 31 h e 30 m para os debates</p>	9,0

Anexo 10: Métodos de Trabalho Didático – 1967

- 3 -

- Conferência (C)
- Palestra (P)
- Debates (Db)
- Demonstração (Dm)
- Leitura e Discussão (LD)
- Discussão Dirigida (DD)
- Simpósio (Sp)
- Trabalho de Grupo (TG)
- Estudo de Estado-Maior (Et EM)
- Exercício de Estado-Maior (Ex EM)
- Trabalho de Turma (TT)
- Viagem e Visita de Estudos (Vg E, Vi E)
- Trabalho de Planejamento (TP)
- Trabalho Especial (TE)

6 - CONFERÊNCIA

Anexo 11: Métodos de Trabalho Didático - 1974

<u>ÍNDICE</u>	
1 - FINALIDADE	3
2 - GENERALIDADES	3
2.1 - Método de trabalho didático	3
2.2 - Ciclo docente	3
2.2.1 - Planejamento	4
2.2.2 - Orientação	4
2.2.3 - Controle	4
2.3 - Ciclo didático	4
3 - TIPOS DE ATIVIDADES	6
3.1 - Atividade letiva	6
3.1.1 - Peculiaridades das atividades escolares	8
3.2 - Atividade Administrativa	8
4 - CONFERÊNCIA	8
5 - PALESTRA	9
6 - DEBATE	9
6.1 - Conceito	9
6.2 - Normas	10
7 - DEMONSTRAÇÃO	14
8 - DISCUSSÃO DIRIGIDA	14
9 - SIMPÓSIO	16
10 - SEMINÁRIO	17
11 - PAINEL	18
12 - TRABALHO DE GRUPO	18
13 - ESTUDO DE ESTADO-MAIOR	22
14 - EXERCÍCIO DE ESTADO-MAIOR	24
15 - ESTÁGIO	25
16 - VIAGEM DE ESTUDOS E VISITA DE ESTUDOS	25
17 - TRABALHO ESPECIAL	27
18 - TRABALHO ESPECIAL DE PESQUISA	27

19 - TRABALHO DE PLANEJAMENTO	30
20 - DIVERSOS	36
21 - ANEXO	
A - Ficha de Orientação	33
B - Orientação para a discussão em grupo	33
C - Normas para apresentação de citações, notas de rodapé e referências bibliográficas em documentos de estudos	53

Anexo 12: 1º Período – Aspectos Doutrinários Contemporâneos e a Segurança Nacional no Campo da Política Externa

-21-

C - 17 - 60 - ASPECTOS DOUTRINÁRIOS CONTEMPORÂNEOS E A
SEGURANÇA NACIONAL NO CAMPO DA POLÍTICA
EXTERNA

302.2

A - SUMÁRIO

- 1 - Considerações Gerais. Política Externa e Política Interna.
- 2 - Correntes Doutrinárias. O Capitalismo e o Comunismo na Política Exterior.
- 3 - As Relações Internacionais na Teoria e na Prática. Idealismo, Realismo, Nacionalismo, Neutralismo, Coexistência Pacífica e Política de "Disengagement".
- 4 - A Política Exterior face às Doutrinas Políticas Contemporâneas e à Segurança Nacional.
- 5 - Conclusão.

B - LEITURA RECOMENDADA

- C-11-55 - Segurança Nacional. Política e Estratégia. Conceituação e Interrelações. V Alte Ernesto de Araújo.
- C-06-56 - O Poder Nacional e as Relações Internacionais. Min. Luiz Leivas Bastian Pinto.
- C₁-11-57 - As Doutrinas Políticas Contemporâneas e suas relações com a Segurança Nacional. Dr. Egberto Miranda e Silva.
- C₁-97-57 - Planejamento da Política Externa.. Emb. Décio Moura.
- C-12-58 - O Poder Nacional. As Relações Internacionais. Emb. A. Mendes Vianna.
- C-14-59 - O Poder Nacional e a Política Externa. Sec. Paulus da Silva Castro.
-

Anexo 13: Relação das Conferências 2º Período – 1961

ANEXO nº 1	
<u>RELACÃO DAS CONFERÊNCIAS DO 2º PERÍODO - CSG</u>	
<u>CICLO III - INTERPRETAÇÃO DOS INTERESSES E ASPIRAÇÕES DO POVO BRASILEIRO</u>	
C-32-61	- Análise Histórica.
C-33-61	- Análise Política.
C-34-61	- Análise Jurídica .
C-35-61	- Análise Econômica .
C-36-61	- Análise Sociológica.
<u>CICLO IV - AVALIAÇÃO DA CONJUNTURA -</u>	
<u>(1) SÍNTESE DA CONJUNTURA INTERNACIONAL</u>	
C-37-61	- O Panorama Mundial .
C-38-61	- Os Sistemas Mundiais e Regionais de Segurança.
C-39-61	- O Bloco Ocidental.
C-40-61	- O Bloco Soviético.
C-41-61	- O Bloco Afro-Asiático.
C-42-61	- A China Comunista.
C-43-61	- Panorama do Continente Americano.
C-44-61	- Panorama da América Latina.
<u>(2) SÍNTESE DA CONJUNTURA NACIONAL: Estádio atual e perspectivas.</u>	
C-45-61	- Campo Político Interno.
C-46-61	- Campo Político Externo: A Política Exterior do Brasil. Aspectos Gerais.
C-47-61	- Campo Político Externo: A Política Exterior do Brasil com os E.U.A.
C-48-61	- Campo Político Externo: A Política Exterior do Brasil com a América Latina.
C-49-61	- Campo Econômico: Aspectos Gerais.
C-50-61	- Campo Econômico: Aspectos Monetários.
C-51-61	- Campo Psico-Social: Aspectos Objetivos.

Anexo 14: Relação de Conferências do 2º Período – CSG – 1963

- 8 -

- CAMPO MILITAR

19/9

C₁-11-63 - Forças Armadas Brasileiras: Organização e Missões Gerais. Divisão Territorial.

3 - SÍNTESE DA CONJUNTURA INTERNACIONAL

C-27-63 - Política Exterior do Brasil.

C-28-63 - Panorama Mundial. Os Sistemas Internacionais de Segurança.

C-29-63 - Panorama da Economia Mundial. Posição do Brasil.

4 - ASPECTOS PARTICULARES DA CONJUNTURA INTERNACIONAL

C₁-12-63 - O Bloco Ocidental.

C₁-13-63 - O Bloco Comunista.

C₁-14-63 - O Mundo Afro-Asiático.

C-30-63 - A Política dos E.U.A. com a América Latina e o Brasil.

C₁-15-63 - As Relações entre o Brasil e os E.U.A.

C₁-16-63 - O Brasil e a América Latina.

C-31-63 - O Problema do Desarmamento.

C-32-63 - O Impacto da Ciência e da Tecnologia na Guerra Mundial.

C-33-63 - A Política Internacional Militar dos E.U.A., especialmente com o Brasil.

5 - ASPECTOS PARTICULARES DA CONJUNTURA NACIONAL

- CAMPO POLÍTICO

C₁-17-63 - A Legislação Brasileira e a Segurança Nacional.

ANEXO 15: Conjuntura Internacional – 1966

- C₁-52-66 - Mobilização Nacional - Abastecimento.
- C₁-53-66 - Mobilização Nacional - Transportes.
- C₁-54-66 - Mobilização Nacional - Comunicações.
- C₁-55-66 - A Defesa Civil.
- C₁-56-66 - O Serviço Nacional de Informações.

CICLO IVCONJUNTURA INTERNACIONAL

- C₁-57-66 - O Panorama Político do Mundo - A ONU.
- C₁-58-66 - O Panorama Político do Continente Americano - A OEA.
- C₁-59-66 - Política Externa Brasileira.
- C₁-60-66 - O Brasil e os Estados Comunistas - Interesses e Relações.
- C₁-61-66 - O Brasil e os Estados Africanos - Interesses e Relações.
- C₁-62-66 - O Brasil e os Estados Asiáticos - Interesses e Relações.
- C₁-63-66 - O Brasil e a Europa Ocidental - Interêses e Relações.
- C₁-64-66 - O Brasil e os Estados Unidos da América - Interêses e Relações.
- C₁-65-66 - O Brasil e a América Latina - Interêses e Relações.
- C₁-66-66 - Aspectos Econômicos das Relações Inter-nacionais do Brasil.
- C₁-67-66 - Aspectos Financeiros das Relações Inter-nacionais do Brasil.

IV

C-68-66 - A ALALC e os Interesses do Brasil.
1

C₁ 69-66 - As Relações Militares - Brasil-Estados
Unidos.

ANEXO 16: Programa do 2º Período – 1970

<u>ANEXO Nº 2</u>	
<u>PROGRAMA DO 2º PERÍODO</u>	
<u>ANO LETIVO DE 1970</u>	
<u>CONFERÊNCIAS (C) E PALESTRAS (P) PREVISTAS</u>	
<u>- COMUNS AOS TRÊS CURSOS (CSG, CEMCFA e CI)</u>	
C -	As Dimensões Regionais do Espaço Brasileiro
C -	Áreas Brasileiras - As Regiões Sul e Sudeste
C -	Áreas Brasileiras - As Regiões Centro-Oeste, Nordeste e Norte
C -	Áreas Brasileiras - A Área Marítima
C -	O Ministério do Planejamento e Coordenação-Geral
C -	A Secretaria-Geral do CSN - Organização e Funcionamento
C -	O Serviço Nacional de Informações (SNI) - Organização e Funcionamento
C -	O Ministério da Justiça
C -	A Marinha Brasileira
C -	O Exército Brasileiro
C -	A Força Aérea Brasileira

Anexo 17: Programas do 2º Período – 1971

Anexo 18: Ficha Didática – Extremo Oriente – 1973

TÍTULO DO TRABALHO		INDICATIVO
O EXTREMO ORIENTE		T 115
CURSO	PARTICIPANTES	DIV. RESPONSÁVEL
CSG	Gp Seg e Info	DAP

ALCANCE

a. Habilitar os estagiários a analisar os principais problemas dos países do Extremo Oriente, bem como as relações entre estes e o Brasil.

b. Compreenderá:

- (1) A China Continental. Relações com os demais países do bloco socialista. Relações com o Brasil. Aspectos políticos, econômicos e psicossociais: Ôbices e apoios.
- (2) O Japão. Situação como potência econômica. Relações com o Brasil: Ôbices e apoios.
- (3) Índia, Paquistão, Indonésia e Sudeste Asiático. Relações com o Brasil: Ôbices e apoios.
- (4) Medidas aplicáveis às relações entre o Brasil e os países da área, em benefício do Desenvolvimento e da Segurança do Brasil.

PRESCRIÇÕES METODOLÓGICAS

a.

Tipo de trabalho	C	DB
Tempo disponível	50 min	85 min
1 Módulo		

de ligação

OUTROS DOCUMENTOS

<u>TÍTULO DO TRABALHO</u> CONJUNTURA DO CHILE E DOS PAÍSES DA BACIA DO PRATA		<u>INDICATIVO</u> T109
<u>CURSO</u> CSG - CEMCFA	<u>PARTICIPANTES</u> Todos	<u>DIV. RESPONSÁVEL</u> DAP

ALCANCE

a. Habilitar os estagiários à compreensão dos principais problemas dos países da Bacia do Prata e do Chile e as relações entre eles e o Brasil.

b. Compreenderá:

Conjuntura atual dos países da área: Paraguai, Bolívia, Uruguai e Argentina. Repercussões sobre o Continente.

Integração regional.

Relações entre o Brasil e os países da área: obstáculos e apoios recíprocos, sob aspectos políticos, econômicos, psicossociais e militares.

Medidas aplicáveis às relações entre o Brasil e os países da área.

Chile: conjuntura atual política, psicossocial e militar e relações com o Brasil.

PRESCRIÇÕES METODOLÓGICAS

a.

Tipo de trabalho	C	DB
Tempo disponível	50 min	85 min
	1 módulo	

b. Conferencista:

A ser indicado pelo MRE.

<u>TÍTULO DO TRABALHO</u> CONJUNTURA DOS PAÍSES DA BACIA AMAZÔNICA		<u>INDICATIVO</u> T108
<u>CURSO</u> CSG - CEMCFA	<u>PARTICIPANTES</u> Todos	<u>DIV. RESPONSÁVEL</u> DAP

ALCANCE

a. Habilitar os estagiários à compreensão dos principais problemas dos países da Bacia Amazônica e as relações entre eles e o Brasil.

b. Compreenderão:

Peculiaridades da conjuntura interna dos países da área.

Relações do Brasil com os países da área: óbices e apoios nos aspectos políticos, econômicos, psicossociais e militares.

Ocupação da Amazônia e suas repercussões nos países da área.

Cooperação regional para o Desenvolvimento da área.

Conflitos existentes ou em potencial entre os países da área.

Medidas aplicáveis às relações entre o Brasil e os países da área.

PRESCRIÇÕES METODOLÓGICAS

a.

Tipo de trabalho	C	DB
Tempo disponível	50 min	85 min
	1	módulo

b. Conferencista:

A ser indicado pelo MRE.